FAPERS

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

1981
Fundação da FAPERS

2016
35 anos de Fundação da FAPERS

2017

Relatório Anual de Informações 2016

Expediente:

Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR.
Elaboração: Diretoria Executiva, Gestão 2014-2017, e empregados da FUNDAÇÃO.
Aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 23 de março de 2017, na Ata nº 299.
Divulgação eletrônica no portal: www.fapers.org.br.

Sumário

APRESENTAÇÃO 4
1. INSTITUCIONAL 5
Mensagem da Diretoria Executiva 6
Fatos Relevantes no ano de 2016 10
2. GESTÃO PREVIDENCIAL 15
3. GESTÃO DE INVESTIMENTOS 26
4. GESTÃO CONTÁBIL 47
5. PARECERES ATUARIAIS 110
6. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES 125
7. PARECER DO CONSELHO FISCAL 130
8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO 132

Apresentação

Em atendimento a legislação e ao Estatuto vigente, a FUNDAÇÃO apresenta, aos seus Participantes, Assistidos e ao Patrocinador, o Relatório Anual das Informações - RAI relativo ao exercício social de 2016, o qual encontra-se estruturado em cinco itens:

Institucional: apresenta a Mensagem da Diretoria Executiva, as informações sobre a gestão da FUNDAÇÃO e os Fatos Relevantes ocorridos em 2016.

Gestão Previdencial: neste item, você terá informações sobre o perfil dos Participantes, fluxo previdenciário e situação atuarial dos planos de benefícios administrados pela FUNDAÇÃO.

Gestão de Investimentos: quer informa-se sobre a gestão do seu patrimônio? Então aproveite as informações disponibilizas sobre o cenário do mercado financeiro, estratégias de alocação e distribuição do Patrimônio por segmento e por Plano de Benefício. A evolução dos investimentos e sua rentabilidade bruta, líquida, bem como, a patrimonial por Plano de Benefício. Você, também, visualizará a aderência a alocação e o enquadramento dos Recursos Garantidores, a Política de Investimentos dos Planos de Benefícios e da Gestão Administrativa utilizada no exercício de 2016 e o resumo da mesma para 2017.

Gestão Contábil: neste item, são apresentadas as Demonstrações Contábeis, as quais englobam: 1) Balanço Patrimonial; 2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado; 3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios; 4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefício; 5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado; 6) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano e 7) Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Pareceres: você terá em mãos os Pareceres Atuariais dos Planos de Benefícios, o Relatório dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal e a Manifestação do Conselho Deliberativo sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício de 2016.

No RAI 2016, você tem informações sobre sua FUNDAÇÃO, em curto e longo prazo. Os órgãos de gestão tem consciência de que o trabalho desenvolvido está ligado a realização dos sonhos dos seus Participantes, tanto daqueles que hoje estão em atividade, mas programando a sua aposentadoria, quanto daqueles, já em gozo do benefício e que se propõe a novos desafios.

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos seus Participantes, Assistidos e Pensionistas; o apoio do Patrocinador ASCAR; o compromisso dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; o esforço dos membros das Comissões; a responsabilidade da equipe de empregados e às assessorias na realização das atividades em 2016!

Lembre-se: O papel dos órgãos de administração é de gerir os Planos de Benefícios, bem como, estimular, conscientizar e disponibilizar as informações necessárias as suas decisões, mas o restante é com você!

1 - INSTITUCIONAL

1. INSTITUCIONAL

1.1. Mensagem da Diretoria Executiva

Prezados Participantes,

Ao tempo em que realizamos a elaboração do Relatório Anual de Informações - RAI 2016, esta Diretoria entendeu que seria oportuno uma manifestação sobre os atos de gestão praticados pela mesma no período 2011/2016, em agradecimento a todos que de alguma forma nos acompanharam e contribuíram para alcançamos o momento presente.

Não apresentaremos uma retrospectiva de ações e resultados atingidos, neste período de mais de cinco anos de trabalho, porque estas estão detalhadamente descritos nos Relatórios Anuais de Informações que anualmente são apresentados aos Participantes e Patrocinador, em atendimento as normas estatutárias e em cumprimento à legislação.

Queremos sim, ressaltar alguns fatos que em nossa avaliação foram determinantes e que exigiram dedicação, esforço, doação, coragem e principalmente humildade para aceitar críticas e sugestões, as quais contribuíram para alcançarmos os objetivos e metas a que nos propusemos ao assumirmos os destinos da FUNDAÇÃO em 1º de julho de 2011.

Dentre os desafios que nos inquietavam, são lembranças permanentes:

- Recuperação da imagem de FUNDAÇÃO junto a seu quadro de Participantes e principalmente aos não Participantes.
- Encaminhar o impasse criado pela execução judicial impetrada contra o Patrocinador ASCAR pela Diretoria anterior devido a inadimplência de dívidas financeiras, atuariais e contribuições ordinárias, vencidas a mais de noventa dias.
- Substituição dos sistemas de informática dos Núcleos de Contabilidade, Investimentos e Gestão dos Planos, com a empresa INTECH, visando dinamizar o cruzamento de informações, a gestão dos controles internos, minimização de inconsistências e redução do custo mensal de manutenção.
- O retorno imediato do repasse dos valores devidos à FUNDAÇÃO pelo Patrocinador ASCAR.
- O atendimento das exigências do órgão fiscalizador, PREVIC, que apontou irregularidades, passível de intervenção e multa aos componentes dos órgãos de administração da Fundação.
- A retomada da adesão de novos Participantes.
- Atendimento de acordos e/ou convenções coletivas de trabalho, até então pendentes, referente aos empregados da FUNDAÇÃO.
- Outras ações foram executadas, as quais ao longo do tempo mostraram os acertos e também os realinhamentos necessários para garantir os resultados planejados.

Ao lembrar tais fatos é natural uma reflexão sobre o que foi possível atingir, com destaque para:

O esforço das duas diretorias e conselhos na aproximação das Instituições (ASCAR e FUNDAÇÃO) cuja interação mostrava-se desgastada pelos episódios já mencionados.

Entre dezembro/2011 a abril/2014, as Diretorias das duas Entidades e seus Conselhos, discutiram e buscaram formas de equacionar o grave problema de insolvência do Plano Geral Saldado. Em outubro de 2012, após três rodadas de Mediação junto a PREVIC em Brasília, foi assinado Acordo que permitiu a retomada do pagamento da Dívida Financeira e equalização do *Déficit* Atuarial do Plano Geral Saldado. O Patrocinador pactuou a Dívida Financeira e 50% do *déficit* em 252 parcelas mensais.

A homologação do Acordo citado acima possibilitou a retirada das ações judiciais, que a FUNDAÇÃO tinha contra a ASCAR e desta contra a FUNDAÇÃO, extinguindo a possibilidade de uma longa discussão jurídica, com consequências indesejáveis para ambas as Instituições.

Os desdobramentos que se seguiram levaram a criação de Grupo de Estudos para analisar e propor alterações nos regulamentos dos planos afetados pelo Acordo, a fim de adequar o funcionamento da FUNDAÇÃO as normas e exigências legais assumidas, em 10 de outubro de 2012, e construir alternativas para motivar a adesão de novos participantes e garantir a solvência dos Planos de Benefícios administrados pela Fundação.

Além da criação e ou reformulação de Comissões, foram elaborados manuais e a Matriz de Risco, os quais permitiram aprimorar os resultados e qualificar os serviços oferecidos aos Participantes. Quanto as Comissões, convém ressaltar a implantação da Comissão Permanente. Tendo em vista o processo de reestruturação pelo qual a FUNDAÇÃO passava, bem como, as reuniões envolvendo Associações, Sindicatos e outras organizações formais que representam as diferentes classes de trabalhadores da extensão rural emergiu a importância da constituição de uma Comissão Permanente. A referida Comissão foi implantada, em agosto de 2012, por sugestão da Associação Nacional dos Participantes de Fundos de Pensão – ANAPAR, com o objetivo de acompanhar os processos de tomada de decisão, desempenhando papel determinante no resgate da confiança e credibilidade da FUNDAÇÃO junto ao seu público.

Em 2013, a Comissão Mista de Investimentos foi reformulada com a implantação do seu Regimento Interno. Já em 2015, o Conselho Deliberativo deliberou pela implantação da Comissão *Shopping* Lindóia, a qual tem contribuído na elaboração de estratégias e plano de ação visando melhorar e/ou ampliar a rentabilidade do referido investimento, que historicamente não remunera a meta atuarial dos planos administrados pela FUNDAÇÃO.

Também cabe salientar outros dois aspectos: reformulação do portal e da estrutura organizacional da Fundação. O portal da Fundação em 2012, foi ajustado e incluído o *link* Transparência, o qual tem como objetivo manter os Participantes atualizados sobre as deliberações, pareceres e outros atos dos Órgãos da Administração da Fundação. Em 2014, a estrutura organizacional foi reformulada, visando à funcionalidade e eficiência administrativa. A implantação de um novo organograma fez parte de um processo de reestruturação do quadro de Recursos Humanos da FUNDAÇÃO, no qual, também foi implantado o novo Regulamento de pessoal, visando: adequar os cargos a nova estrutura

organizacional, qualificar a gestão dos processos, qualificar sistema de promoção e adequando-o a capacidade financeira da FUNDAÇÃO.

Ao nos aproximarmos do término desta Gestão, esse rápido olhar ao passado, nos trás a certeza do dever cumprido e a confiança de ter contribuído para consolidar a perenidade da FUNDAÇÃO ao constatar que a mesma conquistou junto ao Patrocinador ASCAR o *status* de principal política de recursos humanos.

Esta diretoria entrega a FUNDAÇÃO com quatro planos de benefícios, sendo um deles o Plano de Benefícios Prever, o qual está aberto para aqueles que querem garantir uma aposentadoria com qualidade de vida e tranquilidade financeira.

Esperamos que este breve relato motive a leitura das próximas páginas, bem como, dos Relatórios Anuais de Informações anteriores, as quais possibilitam uma análise detalhada desta Gestão e a consolidação da FUNDAÇÃO.

Boa leitura!

Diretoria Executiva
Gestões 2011-2014 e 2014-2017

1.2 Órgãos de Administração e Fiscalização

Conforme prevê a legislação vigente e o Estatuto, a FUNDAÇÃO mantém sua estrutura de governança composta pela Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal. Em caráter consultivo, a FUNDAÇÃO também dispõe da Comissão Mista de Investimentos, Comissão Permanente, Comissão de Ética e Comissões especiais designadas pelo Conselho Deliberativo.

1.2.1 Conselho Deliberativo

Titulares
Dirlei Matos de Souza-Presidente
Álvaro José Mallmann
Suzana Medianeira Lunardi
Ricardo Capelli- Vice-Presidente
Derli Paulo Bonine
Fernando Luiz Horn
Doriana Gozzi Miotto
Adão Bertier Rodrigues

Suplentes
Claudio Rufino de Aguiar
Mario Luiz Landerdahl
Jaime Eduardo Ries
Gilceu Antonio Cippolat
Antonio Conte
Clairto Dal Forno
Marli Theresinha Bühler

1.2.2 Conselho Fiscal

Titular
João Francisco Quaresma Caino
Álvaro Roque Kern Junqueira
Celito Aldo Reffatti - Presidente
Almir Fernandes Laureano

Suplente
José Cláudio Secchi Motta
Roblein Cristal Coelho Filho
Jorge Eduardo Hamilton Torres
Cleci Santos Girardi

1.2.3 Diretoria Executiva

Paulo Francisco Conrad
Diretor Superintendente

Aluisio Santos Ribeiro
Diretor de Seguridade

Clever Renato Neuenfeldt
Diretor Financeiro

Lembre-se:
Os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos representam você, Participante!

1.3 Fatos Relevantes no Ano de 2016

1.3.1 Canais de Comunicação

Internet, telefone e correio eletrônico são as ferramentas disponíveis aos Participantes dirimirem suas dúvidas e/ou buscar informações junto a sua FUNDAÇÃO. A comunicação eletrônica, além da economia, com redução nos custos de impressão e correio, minimiza os danos à natureza e proporciona rapidez na obtenção de informações. Participante, confira os canais disponíveis a você:

1.3.1.1 Portal

Acesse www.fapers.org.br e confira as informações disponíveis sobre seu Plano, a Gestão da Fundação, Simulador de Benefícios, Simulador de Empréstimos e muito mais!

1.3.1.2 Reuniões

Em 2016, as reuniões da Comissão Permanente foram realizadas bimensalmente, focadas no diálogo interinstitucional as entidades acompanham o desempenho da FUNDAÇÃO e indicam mudanças de rumo quando necessário.

A Comissão é composta pelos representantes das seguintes entidades: AGC – Associação Gaúcha dos Classificadores, AESR – Associação das Extensionistas Sociais Rurais do RS, ASAE – Associação dos Servidores da Emater/RS-Ascar, ASAPAS – Associação dos Aposentados da Ascar, SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul, SENGE/RS – Sindicato dos Engenheiros do RS, SIMVETRS – Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul e SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul e da Diretoria Executiva da Fundação.

Interaja com sua entidade de classe e com sua FUNDAÇÃO! Opine, sugira e acompanhe os assuntos debatidos pela Comissão Permanente, acessando o ícone Notícias..

Diretoria Executiva esteve, também, presente nas reuniões de Capacitação e/ou eventos a convite do Patrocinador ASCAR, da Associação dos Aposentados da ASCAR/EMATER e SENGE/RS. Nos eventos promovidos pela ASCAR, destaca-se a participação nos eventos denominados “Dias de Campo”, nos quais a Diretoria Executiva apresentou informações sobre o Processo de Migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, bem como, dirimiu dúvidas dos Participantes.

1.3.2 Planos de Benefícios

O ano de 2016, foi marcado pela aprovação da alteração regulamentar do Plano de Benefícios II – Plano Misto e criação do Plano de Benefícios Prever. Confira no item Gestão Previdencial informações sobre os Planos de Benefícios administrados pela FUNDAÇÃO.

1.3.3 Custeio Administrativo

Em atendimento a legislação vigente, foi aplicado o Plano de Custeio Administrativo em cada Plano de Benefício da Fundação, respeitando a paridade contributiva (50% Patrocinadores e 50% Participantes e Assistidos). A contribuição para o Custeio Administrativo é calculada atuarialmente, para todos os participantes ativos e assistidos, e destina-se a cobertura das despesas administrativas.

Leia a Nota Explicativa nº 11 disponível neste Relatório no item 4.1 Gestão Contábil e verifique os percentuais aplicados em cada plano de benefícios.

1.3.4 Ações Judiciais

1.3.4.1 Participantes x Participantes

É direito de todo cidadão procurar a justiça quando avaliar necessário, mas antes de ingressar com uma ação judicial, procure sua FUNDAÇÃO. É importante primeiro esclarecer suas dúvidas e depois decida o que for melhor para você e para seu fundo de pensão.

Lembre-se: todos os Participantes são prejudicados pelas ações contra os planos de previdência complementar uma vez que o patrimônio é dos Participantes e não da FUNDAÇÃO. Quando um Participante ganha uma ação, as despesas, serão divididas entre todos podendo acarretar desiquilíbrios e gerar aumento de contribuição.

1.3.4.2 Contingências

A Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, na Instrução Normativa da PREVIC nº 5, de 08 de setembro de 2011, e na Instrução Normativa/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, dispõem sobre as contingências, as quais representam as incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC.

Entenda o Exigível Contingencial, lendo a Nota Explicativa nº 8 disponível no item 4.1 Gestão Contábil.

1.3.5 Capacitações

No segundo semestre, o Conselho Deliberativo iniciou um ciclo de capacitações, as quais são apresentadas em módulos com duração de uma hora, antecedendo discussões dos temas pautados, visando a qualificação da gestão daquele Conselho.

O primeiro tema "Fundamentos da Previdência "Complementar" contemplou características do Regime de Previdência, legislação sobre Previdência Complementar e conceitos básicos dos Fundos de Pensão". Os demais temas foram abordados de acordo com a demanda do próprio Conselho. Já ao Conselho Fiscal, os atuários da Equipe Atuarial, Edson Jair Pereira e Luis Alberto M. Martini, ministraram o Curso intitulado "Enfoque Atuarial nos Planos Administrados pela FUNDAÇÃO extensivo aos empregados e Diretoria da FUNDAÇÃO.

Além da capacitação interna, os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos, bem como, os empregados da Fundação participaram de cursos e treinamentos promovidos pela Associação Gaúcha das Entidades de Previdência Complementar Fechada do Rio Grande do Sul–Tchê Previdência, PREVIC e Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP.

O desenvolvimento dos profissionais ligados ao Sistema Fechado de Previdência Complementar, também, é possível participando das reuniões organizadas pelas Comissões Técnicas Nacionais e Regionais, as quais foram idealizadas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar- ABRAPP, entidade que representa os interesses dos fundos de pensão. A Fundação está representada nas Comissões Técnicas Regionais Sul de: Seguridade, Investimentos, Contabilidade, Comunicação e *Marketing*.

1.3.6. Membros Estatutários

1.3.6.1 Habilitação e Certificação

O processo de certificação, habilitação e qualificação no âmbito das entidades fechadas de previdência complementar está previsto na Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2015, e da Resolução CNPC nº 21, de 18 de junho de 2015, Portaria nº 297 da PREVIC, datada de 29 de junho de 2016, Instrução Normativa da PREVIC nº 30, de 22 de junho de 2016.

Os participantes interessados em concorrer a uma das vagas para Diretor de Seguridade ou para os Conselhos Deliberativo e Fiscal devem observar os requisitos estabelecidos na legislação vigente, no Estatuto e Regulamento Eleitoral da FUNDAÇÃO.

O futuro candidato deve ser participante com mais de cinco anos de adesão à Fundação, e deve comprovar experiência profissional de, no mínimo, três anos em atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização ou de auditoria. Também, não deve ter sofrido condenação criminal transitada em julgado ou penalidades administrativas por infração da legislação da seguridade social, inclusive da Previdência Complementa, ou como servidor público.

O efetivo exercício do cargo de Diretor ou membro do Conselho Deliberativo ou Fiscal, eleitos e indicados, fica condicionado à obtenção prévia do Atestado de Habilitação, a ser expedido pela PREVIC. Assim, a PREVIC exige um dossiê de documentos, com cópias dos certificados dos principais cursos mencionados no currículo e documentação que comprove a experiência do candidato. Entre os documentos necessários, está a certificação exigida no art. 4º da Instrução PREVIC nº 28/2016, a qual poderá ser obtida no prazo de um ano a contar da respectiva data de posse, com exceção do Assistente Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ, o qual para assumir a função, necessita estar certificado.

1.3.6.2 Regulamento Eleitoral

O Regulamento Eleitoral define as normas e critérios para a eleição dos membros aos órgãos de administração e fiscalização da FUNDAÇÃO:

I - Dos membros do Conselho Deliberativo,
II - Dos membros do Conselho Fiscal e
III - Do Diretor de Seguridade.

Em 2016, o Regulamento Eleitoral foi reestruturado, e estabeleceu as seguintes alterações:

a) Os certames eleitorais ao Conselho Deliberativo elegerão um membro Titular e um Suplente, divididos nas seguintes áreas eleitorais:

I - Área eleitoral 1: com os regionais de Bagé, Pelotas, Santa Maria e Soledade.

II - Área eleitoral 2: com os regionais de Passo Fundo, Erechim, Frederico, Ijuí e Santa Rosa.

III - Área eleitoral 3: com os regionais de Porto Alegre, Caxias do Sul, Lajeado e Central.

IV - Área eleitoral 4: Área dos assistidos.

Em caráter excepcional, no exercício de 2016, serão indicados pelo patrocinador 2 (dois) novos membros para compor o Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO, sendo um deles Titular e o outro Suplente.

O exercício do mandato dos 2 (dois) novos membros do Conselho Fiscal citados acima vigerá por 3 (três) anos; com início em 1º de julho de 2016 e término em 30 de junho de 2019.

O Conselho Fiscal, em razão das disposições previstas no §2º e §3º do Regulamento Eleitoral, conterá excepcionalmente 8 (oito) membros em sua totalidade a partir de 1º de Julho de 2016.

Em caráter excepcional, no exercício de 2017, não haverá mudança integral do quadro de membros do Conselho Fiscal após o término dos seus mandatos. A reformulação foi essencial para o regular andamento dos projetos e realização das atividades, pois evitará a criação de lacunas de desinformação entre a futura e antiga gestão, além de dar maior segurança ao candidato eleito que conhecerá o contexto através dos membros remanescentes.

1.3.8 Aniversário da Fundação

No dia 24 de março, a Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul comemorou seu 35º aniversário, e para marcar a referida data, a Diretoria Executiva elaborou uma edição Especial do Informativo FAPERS Informa, na qual encontra-se disponível no o ícone Notícias-Informativos no portal www.fapers.org.br.

Participante,
Acesse a edição Especial do Informativo FAPERS Informa e relembre os principais fatos da caminhada da sua FUNDAÇÃO! Aos futuros Participantes, fica o convite para ingressar na FAPERS!

2. GESTÃO PREVIDENCIAL

2. GESTÃO PREVIDENCIAL

Previdência, uma preocupação até então distante, em 2016, tornou-se um dos temas mais comentados e discutidos pela população brasileira.

As medidas de controle dos gastos públicos tem na previdência oficial um das principais vertentes de discussão, com vistas a reduzir *déficit* e criar a longo prazo mecanismos de sustentabilidade e equilíbrio atuarial para o sistema. Um dos fatores apontados para o crescimento do *déficit* da previdência oficial é o aumento da longevidade da população brasileira.

As Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC nas quais a FUNDAÇÃO se enquadra, não fogem a regra. Quando o sistema foi concebido na década de 70 a expectativa de vida era de 56 anos. Decorridos quase meio século do início das atividades das primeiras Entidades, muitas das quais hoje pagando benefícios vitalícios, a expectativa de vida aproxima-se dos 80 anos. Isto coloca todos, previdência oficial e previdência privada na mesma discussão. Ajustes e novos mecanismos de sustentabilidade são necessários para manter a solvência dos planos e garantir o retorno esperados a todos que investem parte de seus ganhos visando ao término da vida laboral manter um padrão digno de sobrevivência e a garantia de uma boa qualidade de vida.

Atenta a esses desafios a FUNDAÇÃO a partir de grupos de estudos e inúmeras reuniões com seu Patrocinador, conselhos, assessorias jurídica e atuarial, realizou ao longo dos três últimos anos estudos que trataram de alterações nos planos já existentes e criação de um novo plano com características e premissas em sintonia com os desafios que o momento atual coloca a todos que militam no segmento da previdência social, pública ou privada.

Encerramos 2016, com as alterações de regulamentos aprovadas, a implantação do novo plano e o processo de migração oferecido aos participantes do Plano Misto interessados em aderir ao Plano de Benefícios Prever concluídos.

Consolidar esses avanços e aperfeiçoar o trabalho de educação previdenciária e financeira em parceria com o Núcleo de Recursos Humanos da ASCAR com vista a adesão de novos Participantes é uma das pautas permanentes desta Diretoria e Conselheiros da FUNDAÇÃO.

“Pensar Previdência Complementar passou a fazer parte do nosso dia a dia...”

2.1 Os números da FAPERS em 2016

Com a criação do Plano de Benefícios Prever e a abertura de migração do Plano Misto para o novo Plano os números mostram novos arranjos na composição do quadro de Participantes ativos, Aposentados, Pensionistas. Outros fatores que concorreram para alteração destes quadros, se comparados com 2015, foram a concessão de aposentadorias, resgates, pagamentos de pecúlio e óbitos. Confira nos itens 2.1.1 a 2.5, esta movimentação.

2.1.1 Os números da FUNDAÇÃO nos últimos anos:

Quadro 1: Evolução dos Participantes e Assistidos

Ano	Assistidos	Ativos	Total
2012	628	1.590	2.218
2013	700	1.645	2.345
2014	737	1.701	2.438
2015	818	1.597	2.415
2016	855	1.531	2.386

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

A perspectiva é que com a criação do Plano de Benefícios Prever, que por suas premissas e modelagem que o caracterizam como de contribuição definida, também chamando de CD puro, vem ao encontro das expectativas dos empregados mais jovens que aguardavam um plano que afastasse o temor de *déficits* atuariais e contribuições extraordinárias para cobertura benefícios de riscos. Os esforços agora são para que a adesão ao Plano de Benefícios Prever passe a ser uma decisão tranquila para todos os empregados que ainda não fazem da FAPERS.

2.2 Ser participante de um EFPC é um privilegio para poucos.

O Patrocinador ASCAR oferece por meio da FUNDAÇÃO uma oportunidade garantir a tranquilidade de uma aposentadoria segura ao seu empregado que aderir à FAPERS.

Em 2016, a Fundação completou 35 anos de atividades proporcionando assistência e pagando benefícios desde 1986 a todos que completaram suas carências para usufruir os benefícios a que tinham direito.

Ao encerrar o ano de 2016 os planos administrados pela FUNDAÇÃO apresentaram o seguinte desempenho:

O Plano de Benefício Definido I – PBD-I criado, em 1981, se mantém equilibrado com 15 Participantes em benefícios e um Participante ativo.

O Plano de Benefícios II – PLANO MISTO, com a abertura de migração teve seus números significativamente alterados, fechando o ano de 2016, com 682 participantes ativos e 532 em gozo de benefício continuado e 100 suspensos, totalizando 1.314 participantes.

O Plano Geral Saldado - PGS, fechado desde 2009, apresenta anualmente movimentação devido às aposentadorias e falecimentos. Encerra o ano de 2016, tendo como números finais 511 participantes em gozo de benefício continuado e 177 aguardando a concessão do benefício, totalizando 688 participantes.

O Plano Prever com o ingresso de participantes oriundos do Plano Misto através de migração e novas adesões, ocorridas até dezembro de 2016, encerrou o ano com 848 ativos e 77 em gozo de benefício continuado, totalizando 925 participantes.

Os quatro Planos apresentam, portando, a seguinte distribuição:

Quadro 2: Distribuição dos Participantes

Descrição	PBD - I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	**Total**
Ativos	1	682	0	848	**1.531**
Aguardando Benefício	0	0	177	0	**177**
Aposentados	15	480	453	71	**1.019**
Benefícios Pensão	0	52	58	6	**116**
Suspensos	0	100	0	0	**100**
Total	**16**	**1.314**	**688**	**925**	**2.943**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.3 Solidez e Longevidade dos Planos:

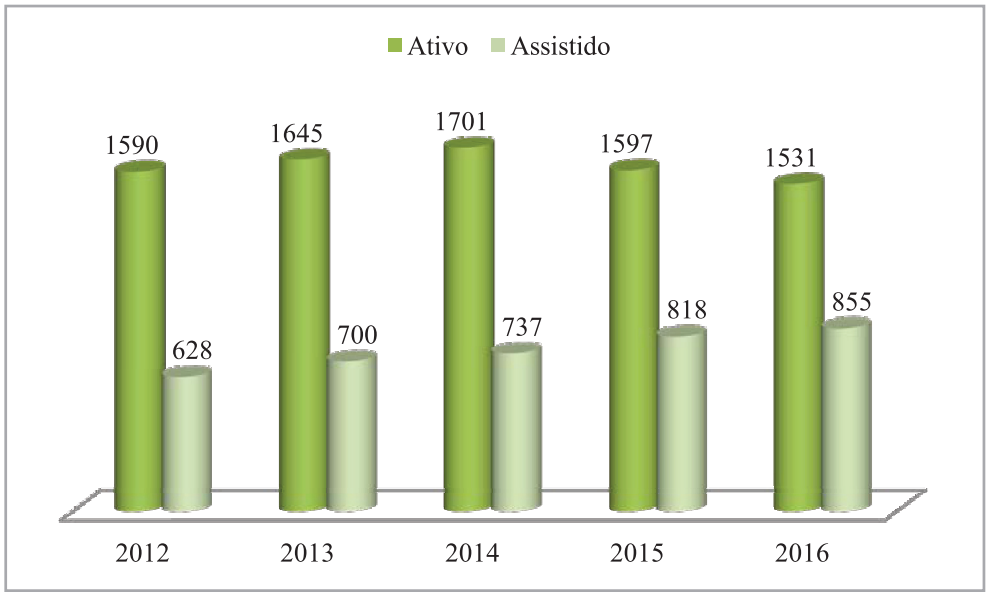
O três primeiros Planos de Benefícios da FUNDAÇÃO, na modelagem de benefício definido e contribuição variável, tem seu equilíbrio atuarial e financeiro assegurados pela gradual renovação dos participantes.

Com a criação do Plano Prever essa lógica fica alterada em razão dos Planos PBD-I, MISTO e PGS, estarem fechados a novas adesões, e as premissas e modelagem que regem o Plano PREVER, tem como carateristica a individualidade e a não existência de mutualidade para cobertura de benefícios.

Os quadros/planilhas que seguem se referem a projeções feitas sobre os dados dos Planos PBD I, MISTO e PGS.

O Plano Prever em função da sua concepção CD (Contribuição Definida), não se enquadra neste tipo de análise de risco.

Quadro 3: Participantes Ativos e Assistidos



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.4 Pensar previdência é estar atento para na hora oportuna poupar mais.

Os Plano MISTO e PREVER oferecem a oportunidade de realizar duas alterações de percentual de contribuição, permitindo aumentar até o limite de 15% ou eventualmente reduzir, ajustando o valor da contribuição ordinária, nos meses de junho e dezembro ou fazendo aportes adicionais, duas vezes por ano, de qualquer valor, sem a contra partida do Patrocinador.

Em 2016, os percentuais de aumento/redução de contribuições ordinárias podem ser acompanhados no quadro abaixo:

Quadro 4: Alteração de Percentual

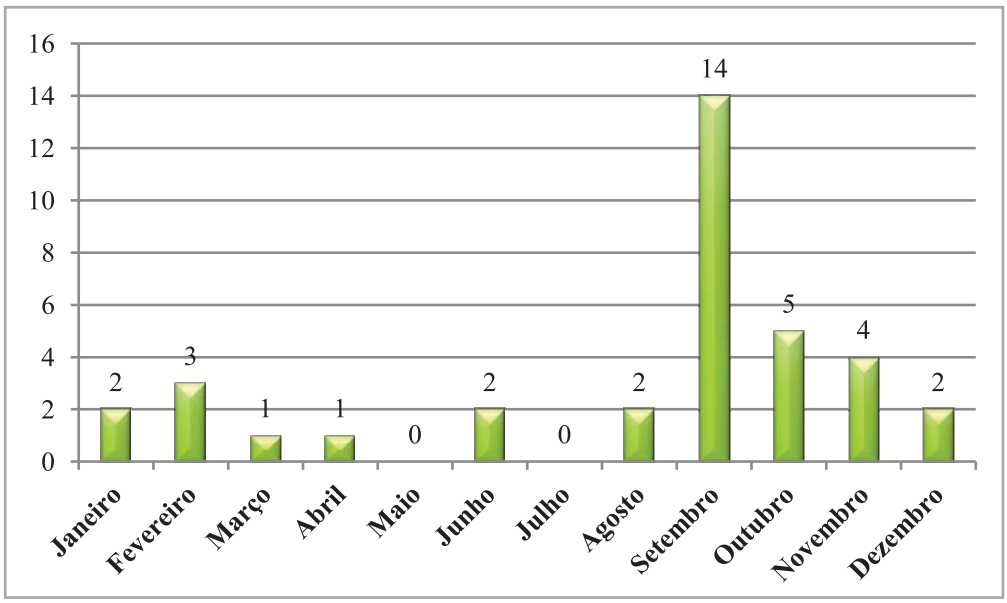
Descrição	Plano Misto Δ%	Plano Prever Δ%	Janeiro	Julho
Aumento	8,50	0,00	36	22
Redução	3,22	0,00	9	13

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

2.5 Ingresso de novos participantes:

O quadro abaixo mostra mês a mês a adesão de 36 novos participantes na FUNDAÇÃO:

Quadro 5: Novos Participantes 2016



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante destacar que a partir do dia 16/06/2016, as adesões ocorreram somente no Plano Prever em face da aprovação do Regulamento do Plano.

Como consequência natural o número de participantes também se movimenta pelos óbitos que ocorrem, tendo o ano de 2016, tendo registrado a morte de 1(um) participante ativo e 8 (oito) assistidos.

2.6 Fluxo Previdenciário por Plano

No quadro abaixo, o Fluxo Previdenciário do Núcleo de Gestão de Planos, demonstra os valores pagos de benefícios e resgates, bem como, as contribuições normais dos Participantes e Patrocinadores e a contribuição extraordinária dos Participantes, realizadas durante o ano de 2016. As contribuições extraordinárias dos Patrocinadores não aparecem no fluxo porque as mesmas são firmadas em Escrituras/Termo de Confissão de Dívida e, portanto são remuneradas de acordo com o estabelecido no documento.

O saldo apresentado é uma estimativa da situação financeira da FUNDAÇÃO e tem como objetivo básico demonstrar o que será coberto pelo retorno dos investimentos para cumprir os compromissos com o pagamento de benefícios.

Quadro 6: Fluxo Previdenciário

2016	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO
	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
Saídas	**2.835.845,56**	**2.151.660,70**	**2.163.703,14**	**2.140.694,55**	**2.026.200,91**
Plano de Benefícios I - PBDI	54.791,91	54.791,91	54.791,91	54.791,91	54.791,91
Plano de Benefícios II - Plano Misto	671.611,65	544.980,85	548.211,26	642.801,10	548.521,59
Plano Geral Saldado	1.429.639,43	1.490.821,47	1.401.718,87	1.431.028,54	1.403.091,51
Plano Prever	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgates	679.802,57	61.066,47	158.981,10	12.073,00	19.795,90
Portabilidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas	**1.656.034,06**	**1.377.040,87**	**1.367.533,91**	**1.387.765,87**	**1.360.245,46**
1 - Contribuição Participante	801.773,53	634.630,76	628.898,73	640.619,79	625.042,17
2 - Contribuição Patrocinadora	543.198,11	435.937,33	431.921,21	439.859,34	430.163,17
3 - Contribuição Extraordinária	300.087,96	294.870,71	294.870,71	297.295,31	295.120,55
4 - Autopatrocinados	10.974,46	11.602,07	11.843,26	9.991,43	9.919,57
Saldo	**-1.179.811,50**	**-774.619,83**	**-796.169,23**	**-752.928,68**	**-665.955,45**

JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
2.837.167,15	**2.106.347,66**	**3.278.101,56**	**3.279.000,26**	**3.779.285,97**	**2.322.287,85**	**4.607.243,66**	**33.527.538,97**
54.791,91	54.791,91	54.791,91	54.791,91	54.791,91	59.451,92	118.903,84	726.274,86
548.772,14	556.495,82	639.248,12	573.530,99	785.568,99	552.084,45	1.082.347,89	7.694.174,85
1.408.018,32	1.457.464,62	1.421.299,35	1.508.556,65	1.474.354,58	1.552.353,31	3.091.650,40	19.069.997,05
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	158.398,17	219.834,98	378.233,15
825.584,78	37.595,31	1.162.762,18	1.142.120,71	1.464.570,49	0,00	94.506,55	5.658.859,06
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.382.234,14	**1.368.784,39**	**1.370.287,78**	**1.376.686,83**	**1.367.734,10**	**1.513.822,31**	**3.074.022,83**	**18.602.192,55**
637.417,63	629.770,97	619.096,02	621.086,45	619.858,98	651.888,80	1.411.273,32	8.521.357,15
438.573,24	429.109,94	420.084,49	422.224,34	418.727,53	512.002,88	1.300.295,01	6.222.096,59
295.963,90	298.010,79	314.621,33	316.925,20	318.701,35	338.783,56	339.538,48	3.704.789,85
10.279,37	11.892,69	16.485,94	16.450,84	10.446,24	11.147,07	22.916,02	153.948,96
-1.454.933,01	**-737.563,27**	**-1.907.813,78**	**-1.902.313,43**	**-2.411.551,87**	**-808.465,54**	**-1.533.220,83**	**-14.925.346,42**

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

2.7 Evolução do Passivo Atuarial da FUNDAÇÃO

As principais hipóteses adotadas na Avaliação Atuarial de 2016 foram:

Plano de Benefício Definido I – PBD-I
Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 5,00% ;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000.

Plano de Benefícios II – PLANO MISTO
Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,38% até 11/2016 e 5,31% a partir de 12/2016;
Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000;
Tábua de Entrada em Invalidez – MULLER;
Tábua de Mortalidade de Inválidos – AT 49.

Plano Geral Saldado - PGS
Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,43% até 11/2016 e 5,30 partir de 12/2016;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000;

2.8 Situação dos Planos Previdenciários da FUNDAÇÃO em 2016

Plano de Benefício Definido – PBD-I
Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2016, o Plano de Benefício Definido – PBD-I apresentou um *superávit* de R$ 2.550.808,90, equivalente a 20,74% do Ativo Líquido.

Plano Geral Saldado - PGS
Durante o exercício de 2016, as Diretorias da ASCAR e FUNDAÇÃO seus Conselhos, mantiveram as estratégias com vista a reduzir de *déficit* do PGS, com ênfase a aplicação dos ativos do plano em papéis que além mitigar riscos oferecessem remuneração aderente a meta atuarial.

Na avaliação atuarial realizada em 31/12/2016, o Plano Geral Saldado - PGS apresentou um *déficit* de R$ 10.832.623,30, equivalente a 4,41 % do Ativo Líquido.

Destaca-se a nova forma de avaliação da solvência dos planos definida pela Resolução CNPC nº 22/2015 e Resolução CGPC Nº18/2016, que permite que os planos tenham maior flexibilidade no equacionamento de *déficits* de acordo com a *duration* do passivo.

Plano de Benefício II – PLANO MISTO

Com a criação do Plano PREVER e a abertura de migração do Plano Misto para o novo Plano, de acordo com a legislação tem que estar com seus *déficits* equacionados. Isto fez com fosse apurado, em junho de 2016, o valor do *déficit* atuarial do Plano Misto. O valor a ser equacionado somou R$ 682.609,71 sendo suportado pelas Patrocinadores ASCAR e FUNDAÇÃO e pelos participantes em gozo de benefícios. O valor devido pelas Patrocinadores foi pago a vista e os dos Participantes em 24 parcelas mensais, calculadas atuarialmente de acordo com as regras definidas pela legislação. Os Patrocinadores integralizaram em pagamento único, no mês de agosto de 2016, mesma data em que iniciou a cobrança da primeira parcela das 24 prestações previstas para o saldamento do *déficit* já referido.

Em 31/12/2016, em consequência da equalização do *déficit* equacionado em junho do Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentou um *superávit* de R$ 1.636.973,71, equivalente a 1,05% do Ativo Líquido.

2.9 Migração para o Plano de Benefícios Prever

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no dia 16/06/2016, homologou o pedido de abertura de Migração entre o Plano de Benefícios II – Plano Misto e o Plano de Benefícios Prever, CNPB nº 2016.0006-19, administrados pela FUNDAÇÃO, conforme Portaria nº 271, publicado no Diário Oficial da União de 16/06/2016.

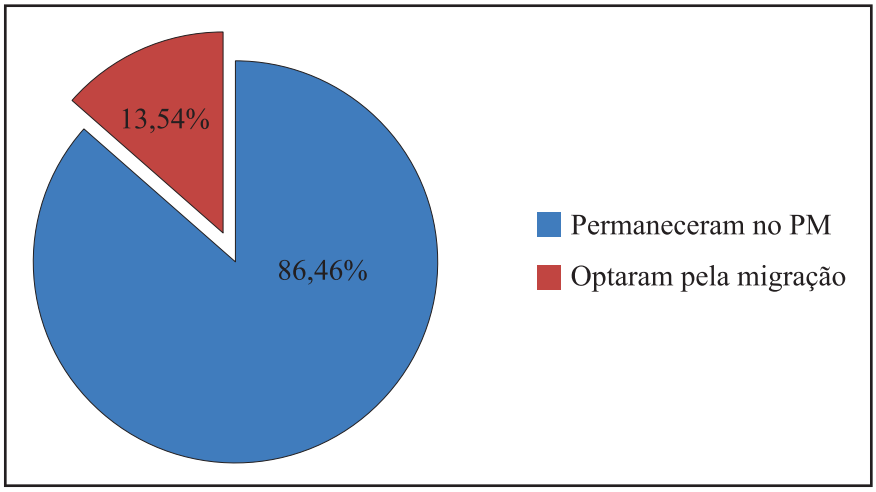
Os procedimentos que foram observados pela FUNDAÇÃO estão previstos no Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos.

De acordo com o disposto no referido Termo de Migração, foi apurado o valor que cada Participante ativo, Assistido e Beneficiário em gozo de benefício, vinculados ao Plano de Benefícios II – Plano Misto teve direito a migrar para o Plano de Benefícios Prever.

Os Participantes ativos, Assistidos ou Beneficiários em gozo de benefício, após o recebimento da comunicação, tiveram até o dia 14/10/2016 para informar a FUNDAÇÃO se optavam pela migração do Saldo da Reserva Individual de Migração para o Plano de Benefícios Prever.

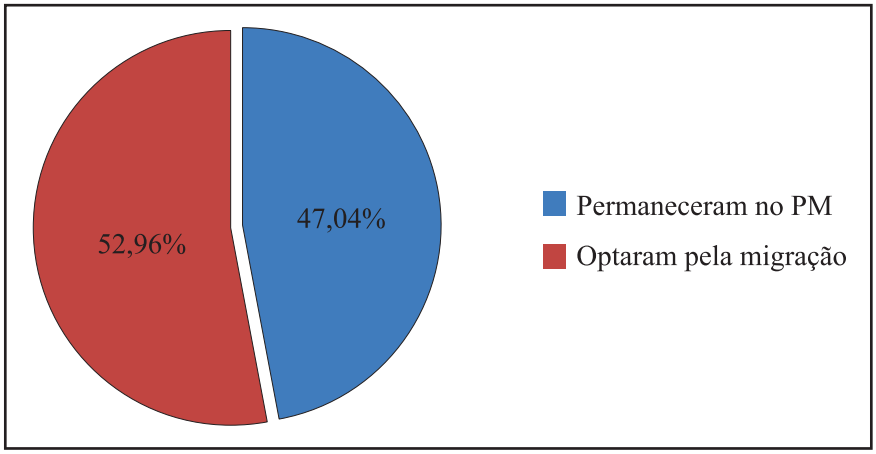
As tabelas a seguir demonstram os percentuais de migração entre os Planos:

Tabela 1: Migração de Assistidos



Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

Tabela 2: Migração dos Ativos



Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

Quadro 7: Resumo da Migração dos Assistidos

Descrição	**Pensionistas**	**Assistidos Vitalícios**	**Assistidos Inválidos**	**Assistidos Temporários**
Assistidos	6	63	7	4

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

Dos Participantes assistidos, ocorreram 05 (cinco) pagamentos único em decorrência do benefício de aposentadoria ser inferior a Unidade de Referência do Plano Prever.

Durante o processo de migração, 02 (dois) participantes ativos que haviam solicitado a migração de plano, requereram o benefício de aposentadoria.

Quadro 8: Resumo da Migração dos Ativos

Descrição	Quantidade
Assistidos que permaneceram no Plano Misto	511
Ativos que permaneceram no Plano Misto	732
Total de Participantes que permaneceram no Plano Misto	**1.243**

Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

Quer saber mais sobre sua Fundação?
Avalie os Pareceres Atuariais constantes no final deste Relatório e confira outras informações sobre os Planos de Benefícios.

3. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

“Aquele que não luta para ter o futuro que quer, deve aceitar o futuro que vier.”

3. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

3.1 Cenário dos Investimentos 2016

O quadro enfrentado pelos mercados no ano pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos relevantes:

a) O forte aperto monetário implementado a partir do início do primeiro semestre conseguiu reverter o quadro de descontrole das taxas inflacionárias, provocando desaceleração nos índices inflacionários, com o IPCA encerrando o ano em 6,29% e o INPC com 6,58%, números bastante favoráveis, quando comparados ao início do ano em que a média de doze meses destes índices chegou a superar os 10%. Assim, o ano se encerra com as expectativas inflacionárias ancoradas muito próximas do centro da meta para 2017.

b) Por outro lado, o forte aperto monetário afetou duramente a economia real, gerando queda de PIB, aumento de desemprego, problemas financeiros nas empresas e queda na arrecadação, afetando ainda mais as contas públicas.

c) As medidas econômicas adotadas combinadas com a melhoria do cenário externo elevou fortemente o fluxo de capital estrangeiro para o mercado de ações fazendo com que o IBOVESPA encerrasse o ano com uma alta de 38,91%.

d) No cenário internacional, a grande surpresa ficou com a vitória de Donald Trump nas eleições americanas, com um discurso conservador e agressivo, gerando muitas incertezas sobre as relações de comércio mundial e o equilíbrio geopolítico.

Em resumo, em que pese o quadro de baixo nível de atividade econômica, o ano se encerra com uma vitória sobre a inflação e muitas incertezas sobre as medidas que precisam ser implementadas para recuperar o equilíbrio nas contas públicas e a retomada do crescimento econômico. No entanto, as incertezas políticas no plano internacional e no plano local ainda são fatores que podem atrapalhar a agenda econômica e retomada dos investimentos com mais vigor.

Na FUNDAÇÃO, comparando o desempenho por segmento de investimentos em relação aos seus respectivos *benchmark's* o desempenho das carteiras ficou alinhado, exceto pela carteira de renda variável que foi inferior em função das diferenças de composição entre as carteiras e os índices de referências. Já as peculiaridades da carteira própria de imóveis, mais uma vez afetou o desempenho da carteira, ficando bem aquém do benchmark.

Em termos de risco de mercado, a carteira de investimento tem apresentado um desempenho adequado ao orçamento de risco. Quanto ao de risco de crédito, os problemas decorridos do cenário econômico afetaram o rating do Brasil como um todo e da grande maioria das empresas, de forma que ocorreu um rebaixamento rating da carteira de uma forma geral. No entanto este rebaixamento não ocasionou rompimento do orçamento da política de

investimento ou representou aumento expressivo na exposição de risco de crédito, bem como sem gerar eventos negativos na carteira de crédito.

A partir da análise dos documentos disponibilizados pela FUNDAÇÃO nas reuniões da Comissão Mista de Investimentos, da análise das carteiras de investimentos e da política de investimentos, somos de opinião de que no decorrer do segundo semestre de 2016 a gestão dos recursos garantidores esteve de acordo com as normas em vigor. Da mesma forma, afirmamos que as estratégias de alocação de ativos praticadas durante o ano de 2016 foi consistente com as políticas de investimentos e com o momento vivido pela economia brasileira, atendendo as expectativas de retorno de médio e longo prazo dos planos.

Marco Martins
Consultor de Investimentos

3.2 Estratégias de Investimentos

Durante o ano de 2016, a FUNDAÇÃO operou a carteira de investimentos dentro dos limites da legislação e política de investimentos, sem grandes elevações nos níveis de risco. Com aplicações em maior volume títulos de renda fixa, públicos e privados, com maior concentração em títulos públicos federais indexados ao IPCA e baixa exposição em renda variável. As elevadas taxas de juros praticadas, combinada com a recuperação dos mercados de renda variável contribuíram para que a rentabilidade consolidada da FUNDAÇÃO alcançasse 15,51% no ano ante uma meta atuarial de 12,31% no mesmo período.

3.2.1 Comissão Mista de Investimentos

A Comissão Mista de Investimentos da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul foi criada pela Resolução Executiva nº 013/2013. Tem por objetivo analisar a aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, atuando de forma consultiva, observando as Políticas de Investimentos e a legislação em vigor, a fim de mitigar riscos, aumentar a segurança e a rentabilidade da aplicação dos recursos. Com reuniões mensais no ano de 2016, foi um órgão de suma importância na elaboração de estratégias de investimento, levando em consideração os cenários econômicos do momento.

3.3 Evolução do Patrimônio

3.3.1 Distribuição do Patrimônio Consolidado

O quadro abaixo apresenta o patrimônio consolidado da FUNDAÇÃO comparando a posição de 2015 com a de 2016. O crescimento do Patrimônio Social foi de 11,79% e houve uma redução no déficit de 51,69%.

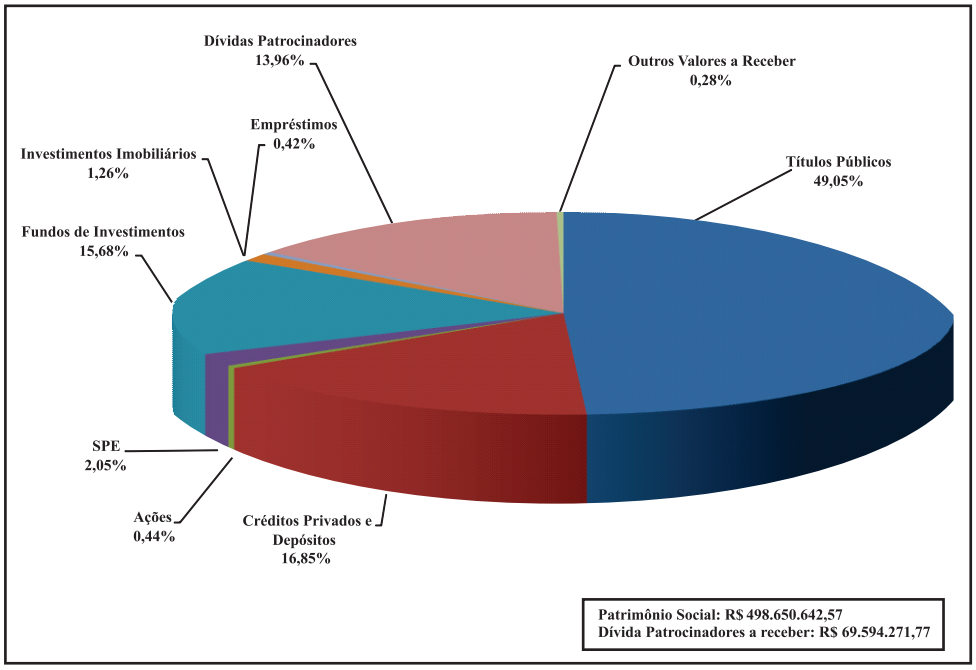
Quadro 1: Patrimônio Consolidado

	31.12.2015		31.12.2016		Δ
	R$	%	R$	%	%
INVESTIMENTOS	**377.464.343,78**	**84,62%**	**427.639.205,55**	**85,76%**	**13,29%**
Títulos Públicos	246.976.727,94	**55,37%**	244.590.144,38	49,05%	-0,97%
Créditos Privados e Depósitos	89.122.927,44	**19,98%**	84.038.015,13	16,85%	-5,71%
Ações	2.362.058,33	**0,53%**	2.175.855,02	0,44%	-7,88%
Sociedades de Propósito Específico	9.693.369,12	**2,17%**	10.233.575,74	2,05%	5,57%
Fundos de Investimentos em Ações	4.134.057,48	**0,93%**	-	0,00%	-100,00%
Fundos de Investimentos	16.250.659,56	**3,64%**	78.201.951,80	15,68%	381,22%
Investimentos Imobiliários	6.635.706,73	**1,49%**	6.304.777,01	1,26%	-4,99%
Empréstimos (a Participantes)	2.288.837,18	**0,51%**	2.094.886,47	0,42%	-8,47%
CONTR.EM ATRASO E DÍVIDA PATROCINADORAS	**67.511.300,69**	**15,13%**	**69.594.271,77**	**13,96%**	**3,09%**
Contrib.em Atraso e Dívida Patrocinadora Ascar a Receber	67.309.714,61	**15,09%**	69.388.866,58	13,92%	3,09%
Dívida Patrocinadora Fapers a Receber	201.586,08	**0,05%**	205.405,19	0,04%	1,89%
Outros Valores a Receber ou a Pagar	**1.092.686,03**	**0,24%**	**1.417.165,25**	**0,28%**	**29,70%**
PATRIMÔNIO SOCIAL	**446.068.330,50**	**100,00%**	**498.650.642,57**	**100,00%**	**11,79%**
PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	**443.317.190,71**	**99,38%**	**495.770.382,41**	**99,42%**	**11,83%**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	457.070.832,27	102,47%	502.415.223,10	100,75%	9,92%
EQUILIBRIO TÉCNICO (RESULTADO)	(13.753.641,56)	-3,08%	(6.644.840,69)	-1,33%	-51,69%
FUNDOS (Previd. / Admin. / Invest.)	2.751.139,79	0,62%	2.880.260,16	0,58%	4,69%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O Gráfico abaixo demonstra a composição do Patrimônio Social da FUNDAÇÃO em 31/12/2016.

Gráfico 1: Patrimônio Social da FUNDAÇÃO



Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.3.2 Patrimônio por Segmento de Investimento

O quadro a seguir demonstra todos os investimentos da FUNDAÇÃO na posição de 31/12/2016.

Quadro 2: Investimentos da FUNDAÇÃO em 31/12/2016

Investimentos de Renda Fixa	Valor (R$)	Gestor
Títulos Públicos do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNB/NTNF	244.590.144,38	FAPERS
Total	**244.590.144,38**	
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)		
B FI REF DI PREMIUM	20.004.175,15	Banco BRADESCO
BNP MATCH DIFI RF CP	52.413.776,65	Banco BNP PARIBAS
Total	**72.417.951,80**	
CDB/Operações Compromissadas c/ Lastro em Debêntures/DPGE		
PINE	287.790,86	FAPERS
BMB	7.051.476,60	FAPERS
Total	**7.339.267,46**	
CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)		
- BRC (PETROBRÁS)	3.797.135,51	FAPERS
Total	**3.797.135,51**	
Debêntures		
ALGA	6.904.758,76	FAPERS
AMPLA EN	3.996.393,95	FAPERS
BNDESPAR	25.238.647,26	FAPERS
CACHOEIR	10.813.488,52	FAPERS
CART	6.446.449,50	FAPERS
CEMIG G	8.520.396,50	FAPERS
ECPT	5.020.965,47	FAPERS
ENERGISA	5.959.856,74	FAPERS
VAL	655,46	FAPERS
Total	**72.901.612,16**	
Total dos Investimentos em Renda Fixa		**401.046.111,31**
Investimentos de Renda Variável	**Valor (R$)**	**Gestor**
AÇÕES		
- CARTEIRA PRÓPRIA DE AÇÕES	2.171.607,20	FAPERS
- CARTEIRA PRÓPRIA DIVIDENDOS E JUROS A RECEBER	4.247,82	FAPERS
Total Carteira Própria	**2.175.855,02**	
SPE (Sociedade de Propósito Específico)		
RD TIETE	10.233.575,74	FAPERS
Total SPE	**10.233.575,74**	FAPERS
Total dos Investimentos em Renda Variável		**12.409.430,76**
Investimentos Estruturados	**Valor (R$)**	**Gestor**
FII JHSF FBV - Fundo Imobiliario	5.784.000,00	Rio Bravo Investimentos
Total dos Investimentos Estruturados		**5.784.000,00**
Investimentos Imobiliários	**Valor (R$)**	**Total (R$)**
Sala Comercial - Saldanha Marinho 33, Porto Alegre		
Imóveis Alienados - valores a receber	22.521,64	
Imóveis para uso próprio	-	**22.521,64**
Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	1.386.918,73	
Valores a receber/pagar	-	**1.386.918,73**
Investimento em Shopping Center, Porto Alegre		
Lindóia Shopping - 20%	5.895.336,64	
Provisão p/ oscilações no mercado imobiliário (*)	-1.000.000,00	
Valores a receber	-	**4.895.336,64**
Total dos Investimentos Imobiliários		**6.304.777,01**
(*) As oscilações nos preços dos imóveis são quase sempre imperceptíveis no curto prazo. Já se comparados preços pela avaliação do mercado a cada três anos (obrigatório pela legislação) especialmente no caso de shopping center, pode haver sensíveis diferenças de valor, refletindo momentos otimistas ou recessivos do mercado. Neste contexto , por medida de cautela, provisionou-se o montante estimado como suficiente para absorver esta realidade.		

Fonte: Núcleo de Investimentos

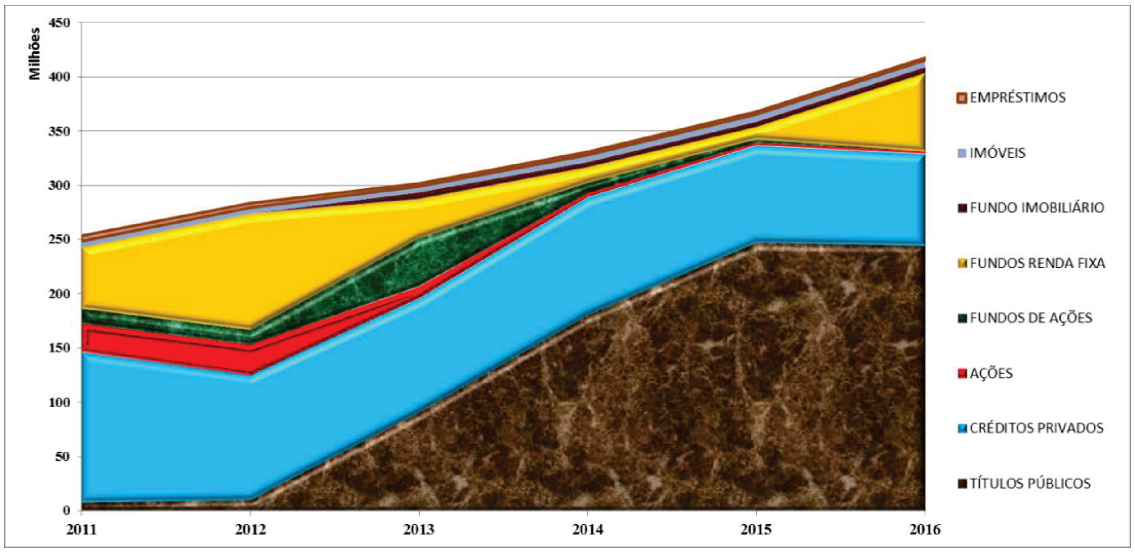
Operações com Participantes	Valor (R$)
Total dos Empréstimos aos Associados	2.094.886,47
TOTAL GERAL	**Valor (R$)**
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**427.639.205,55**

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.3.3 Evolução dos investimentos por segmento de aplicação

O gráfico a seguir evidencia o crescimento dos investimentos de dezembro de 2011 a dezembro de 2016.

Gráfico 2: Evolução dos Investimentos



Fonte: Núcleo de Investimentos

3.4 Rentabilidade

3.4.1 Rentabilidade Bruta e Líquida dos Investimentos

No quadro abaixo, é demonstrada a comparação da rentabilidade bruta e líquida obtida pelos investimentos com o seu respectivo *benchmark,* por segmento de aplicação, consolidado e por plano.

Quadro 3: Rentabilidade bruta e líquida dos investimentos

CONSOLIDADO FAPERS				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	14,69%	14,32%	CDI	14,00%
RENDA VARIÁVEL	34,17%	33,74%	IBX	36,70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	28,44%	28,02%	M.A.	12,31%
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	25,45%	25,05%	CDI	14,00%
IMÓVEIS	4,44%	4,10%	M.A.	12,31%
TOTAL PLANOS	**15,51%**	**15,14%**	**M.A.**	**12,31%**

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD1				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,93%	13,42%	CDI	14,00%
RENDA VARIÁVEL	79,28%	78,47%	IBX	36,70%
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	18,52%	17,98%	CDI	14,00%
IMÓVEIS	4,44%	4,10%	M.A.	11,91%
TOTAL PLANO	**15,15%**	**14,63%**	**M.A.**	**11,91%**

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	14,75%	14,38%	CDI	14,00%
RENDA VARIÁVEL	20,68%	20,29%	IBX	36,70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	28,75%	28,34%	M.A.	12,31%
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	29,80%	29,39%	CDI	14,00%
IMÓVEIS	4,44%	4,10%	M.A.	12,31%
TOTAL PLANO	**15,13%**	**14,76%**	**M.A.**	**12,31%**

PLANO GERAL SALDADO - PGS				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,66%	13,30%	CDI	14,00%
RENDA VARIÁVEL	45,34%	44,87%	IBX	36,70%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	28,44%	28,02%	M.A.	12,36%
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES	17,17%	16,79%	CDI	14,00%
IMÓVEIS	4,44%	4,10%	M.A.	12,36%
TOTAL PLANO	**15,10%**	**14,73%**	**M.A.**	**12,36%**

PLANO PREVER				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA*	2,93%	2,91%	CDI	1,12%
RENDA VARIÁVEL*	-1,37%	-1,40%	IBX	-2,55%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS*	4,10%	4,08%	M.R.**	0,57%
EMPRESTIMOS A PARTICIPANTES*	0,43%	0,41%	CDI	1,12%
IMÓVEIS*	1,33%	1,31%	M.R.**	0,57%
TOTAL PLANO	**2,81%**	**2,79%**	**M.R.****	**0,57%**

* Resultado da rentabilidade de um mês

** Meta de Rentabilidade do plano - INPC + 5,31% ao ano. Este plano não possui Meta Atuarial.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
SEGMENTO	RENTABILIDADE		BENCHMARK	
	BRUTA	LÍQUIDA	INDICADOR	%
RENDA FIXA	13,29%	12,49%	CDI	14,00%
TOTAL PLANO	**13,29%**	**12,49%**	**M.A.**	**10,84%**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Rentabilidade Bruta: é o rendimento obtido pelo investimento, calculado pelo sistema de cota mensal, somando-se os ingressos e diminuindo-se as retiradas ocorridas no mês.

Rentabilidade Líquida: é o rendimento calculado pelo sistema de cota mensal, a partir da rentabilidade bruta diminuindo a despesa dos serviços de custódia e corretagem, e os valores de constituição do fundo garantidor de empréstimo por inadimplência, do fundo de cobertura de empréstimo por morte ou invalidez e do fundo administrativo.

Benchmark: é o indicador usado como referência de desempenho da FUNDAÇÃO perante a média obtida pelo mercado. Nos segmentos em que não há um indicador de referência aprovado pelo órgão regulador, foi utilizado a Meta Atuarial-M.A, que é

também o indicador de desempenho dos planos de benefícios. Na Renda Fixa, utiliza-se o Certificado de Depósito Interbancário-CDI, para a Renda Variável utiliza-se o Índice Brasil da Bovespa-IBX.

Renda Fixa: composta por títulos públicos federais, cotas de fundos de investimento em Renda Fixa, Certificado de Depósito Bancário-CDB, Certificado de Recebíveis Imobiliários-CRI e Debêntures. Este segmento representa 93,78% do total dos investimentos e sua rentabilidade consolidada, no ano de 2016, foi de 14,69% (bruta) e 14,32% (líquida), comparada ao *benchmark* de 14,00% (CDI).

Renda Variável: representa 2,90% dos investimentos da FUNDAÇÃO, sendo composta por carteira própria de ações e Sociedade de Propósito Específico–SPE. A rentabilidade, no ano de 2016 foi de 34,17% (bruta) e 33,74% (líquida), frente ao seu *benchmark,* o IBX, que encerrou o ano em 36,70%.

Investimentos Estruturados: com um percentual de 1,35%, trata-se do fundo imobiliário FII JHSF Fazenda Boa Vista, que possui cotas negociadas na Bolsa de Valores. O rendimento, no ano de 2016, foi de 28,44% (bruto) e 28,02%(líquido), ante um *benchmark* de 12,31% (Meta Atuarial).

Empréstimos a Participantes: a rentabilidade dos empréstimos, no ano de 2016, foi de 25,45% (bruta) e de 25,05% (líquida). O *benchmark* deste segmento, o CDI, alcançou 14,00%. Os empréstimos representam 0,49% do total dos investimentos.

Imóveis: a carteira representa 1,47% do total dos investimentos, composta pela participação de 20% do Shopping Lindóia e a Casa Sede da FUNDAÇÃO, cuja rentabilidade foi de 4,44% (bruta) e 4,10% (líquida). O *benchmark* do segmento, a Meta Atuarial, fechou o ano em 12,31%. O rendimento muito aquém deve-se a uma queda significativa de receita proveniente do recebimento de aluguéis das lojas do *Shopping*. Redução esta ocasionada pela crise econômica que impactou de forma significativa os lojistas, ocasionando inadimplência e fechamento de lojas devido a redução de vendas.

Meta Atuarial: a Meta Atuarial consolidada de FUNDAÇÃO foi de 12,31%. A rentabilidade líquida alcançada pelos investimentos foi de 15,14%, superando a necessidade dos planos e contribuindo para uma redução significativa do *déficit* consolidado. A análise por segmento evidencia que, com exceção dos imóveis, todos os segmentos superaram a Meta Atuarial.

3.4.2 Rentabilidade Patrimonial

A Rentabilidade Patrimonial é calculada pelo sistema de cotas mensais, considerado todas receitas e despesas do plano. As receitas são: remuneração dos investimentos e dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões. As despesas são: as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Esta é a rentabilidade líquida do plano, a diferença dela em relação a Meta Atuarial gera *superávit* ou *déficit.* No Plano Misto, e Plano Prever é a rentabilidade que corrige o saldo de contas dos Participantes.

A seguir o quadro com a Rentabilidade Patrimonial por plano e comparada com a Meta Atuarial.

Quadro 4: Rentabilidade Patrimonial

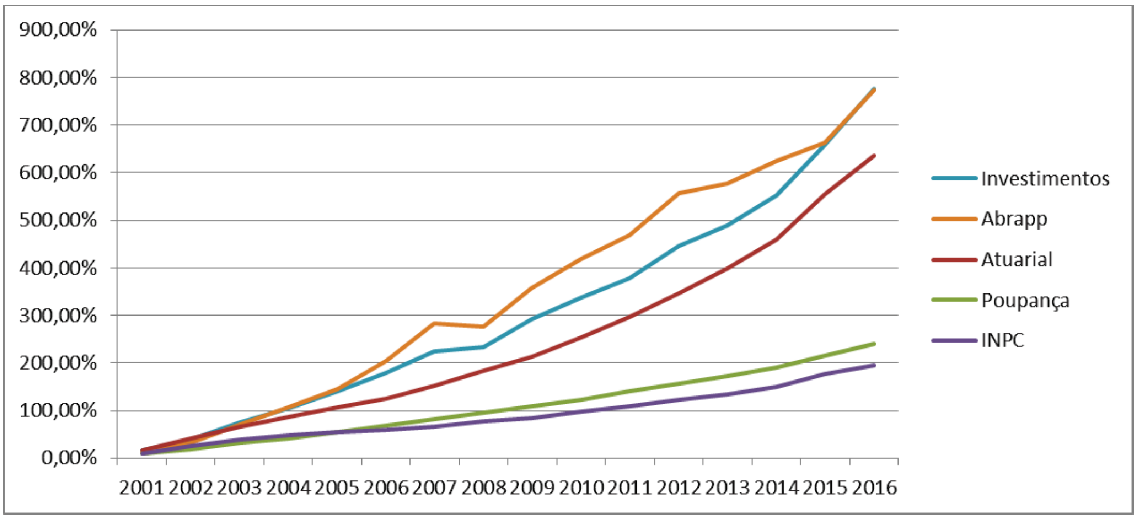
	PBD-I		MISTO		PGS		PREVER	
Mês	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Atuarial**	**Rent.%**	**Meta Rent.**	**Rent.%**
Janeiro	1,92%	1,04%	1,95%	1,30%	1,96%	1,21%		
Fevereiro	1,36%	1,68%	1,39%	1,61%	1,40%	1,87%		
Março	0,85%	1,93%	0,88%	1,41%	0,88%	1,90%		
Abril	1,05%	1,47%	1,08%	1,03%	1,08%	1,41%		
Maio	1,39%	0,55%	1,42%	1,12%	1,43%	0,91%		
Junho	0,88%	1,43%	0,91%	1,36%	0,91%	1,52%		
Julho	1,05%	1,44%	1,08%	1,07%	1,08%	1,48%		
Agosto	0,72%	0,98%	0,75%	0,91%	0,75%	1,06%		
Setembro	0,49%	0,83%	0,52%	0,82%	0,52%	0,94%	0,52%	0,82%
Outubro	0,58%	0,78%	0,61%	0,67%	0,61%	0,92%	0,61%	0,67%
Novembro	0,48%	0,87%	0,51%	1,74%	0,51%	1,04%	0,51%	1,74%
Dezembro	0,55%	0,66%	0,57%	0,89%	0,57%	0,95%	0,57%	2,59%
Acumulado Ano	**11,91%**	**14,54%**	**12,31%**	**14,85%**	**12,36%**	**16,31%**	**2,23%**	**5,93%**

Fonte: Controladoria

3.4.3 Histórico de Rentabilidade

O gráfico a seguir apresenta o histórico da rentabilidade dos investimentos da FUNDAÇÃO desde o ano de 2001.

Gráfico 3: Histórico de Rentabilidade da FUNDAÇÃO



Fonte: Núcleo de Investimentos e Relatório Consolidado Estatístico da ABRAPP

Investimentos: rentabilidade consolidada bruta dos investimentos da FUNDAÇÃO: 776,92%;
Abrapp: rentabilidade consolidada das fundações associadas da ABRAPP: 774,21%;
Atuarial: meta atuarial consolidada da FUNDAÇÃO: 636,02%;
Poupança: rentabilidade acumulada da caderneta de poupança: 241,22%
INPC: índice de inflação acumulado: 195,45%

3.5 Gestão de Riscos

O monitoramento dos riscos da FUNDAÇÃO são efetuados por meio de relatórios emitidos pelo Consultor de Investimentos e apresentados na reunião mensal da Comissão Mista de Investimentos. Os referidos relatórios são analisados e, se necessário, medidas de controle são sugeridas pela Comissão à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo.

3.5.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é provocado pelas mudanças na precificação dos ativos financeiros. Tais mudanças se devem a alterações nas taxas de juros, nas taxas de câmbio, nos preços das ações e nos preços das commodities. O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo medir a máxima perda esperada de uma carteira de investimento, nas condições normais de mercado, com um grau de confiança especificado e para um dado horizonte de tempo.

3.5.1.1 Value-at-Risk (VaR) e Tracking Error

Estas duas ferramentas análise de risco de mercado medem a aderência dos investimentos em relação ao seu *benchmark*, isto é, verifica se os investimentos estão se comportando de forma similar ao seu *benchmark.* De forma geral, quanto mais próximo de zero for o resultado do indicador, mais aderente é o investimento em relação ao seu *benchmark.*

No ano de 2016 o Fundo de Ações da gestora Rio Bravo, ficou desenquadrado de fevereiro a julho. Este fundo foi resgatado pela FUNDAÇÃO 95% no mês de agosto de 2016 e zerando-se a sua posição em outubro de 2016.

3.5.1.2 Divergência Não Planejada (DNP)

Conforme previsto pela legislação em vigor, a FUNDAÇÃO deve utilizar a ferramenta da Divergência Não Planejada como instrumento oficial de monitoramento de risco de mercado, que também, como o *Value-at-Risk (VaR)* e o *Tracking Error,* medem a aderência dos investimentos em relação ao seu benchmark. Mensalmente é postado no *Site* do órgão regulador o resultado da DNP.

O Resultado Consolidado da FUNDAÇÃO ficou com desempenho negativo em relação ao *benchmark* nos segmentos de Renda Variável, Investimentos Estruturados e Imóveis, devido a volatilidade do mercado e a crise econômica que afetou alguns segmentos da economia.

3.5.2 Risco de Crédito

A FUNDAÇÃO analisa o Risco de Crédito por meio do Relatório "Análise da Carteira Própria de Títulos Privados - *Rating* de Risco de Crédito", que é elaborado e encaminhado pelo Consultor de Investimentos trimestralmente. O referido relatório, tem por objetivo analisar a posição da carteira de títulos privados, em relação a evolução das notas de

ratings de crédito das principais agências classificadoras de risco de crédito e aceitas dentro da Política de Investimentos da FUNDAÇÃO, ou seja, *Moodys*, *Standard & Poor´s e Fitch Ratings*. Cabe ressaltar que o consultor constrói o relatório a partir da consulta individualizada de cada título nas respectivas agências de *rating*, comparando a posição atual com a do período analisado anteriormente.

A posição da FUNDAÇÃO em aplicações de Crédito Privado é diversificada e composta por grandes empresas, líderes de mercado, com alto potencial de geração de caixa e ligadas a setores estratégicos da economia e/ou concessão de serviços públicos e infraestrutura. Os problemas decorridos do cenário econômico no ano de 2016, afetaram o *rating* do Brasil como um todo e da grande maioria das empresas, ocasionando também um rebaixamento rating da carteira de uma forma geral, sem ocasionar rompimento do orçamento da política de investimento ou representar aumento expressivo na exposição de risco de crédito, bem como sem gerar eventos negativos na carteira de crédito.

3.5.3 Risco de Liquidez - ALM

O monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM *(Asset, Liability Management)*, que é realizado através da comparação dos fluxos atuariais, que denominamos de "Necessidade", fornecidos por estudo realizado pela assessoria atuarial da FUNDAÇÃO, com o fluxo financeiro, denominado "Existente", extraído do relatório do banco Custodiante. Este estudo é atualizado uma vez por ano e monitorado mensalmente. Para cada novo investimento é considerada a necessidade de liquidez futura.

3.6. Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios as Normas em Vigor e a Política de Investimentos

O enquadramento da FUNDAÇÃO à Resolução CMN nº 3.792, 24 de setembro de 2009, e à Política de Investimentos, é controlada pelo Banco Custodiante Bradesco, por meio da sua área de enquadramento, a qual analisa cada aplicação realizada e a aderência desta aplicação às normas. A Custódia Bradesco fornece, posteriormente, o relatório de enquadramento dos investimentos das carteiras da FUNDAÇÃO. O referido relatório é analisado pelo Núcleo de Investimentos e Comissão Mista de Investimentos, sendo também item constante na análise do Conselho Fiscal. No ano de 2016, não foram observados desenquadramentos. O quadro abaixo demonstra o enquadramento dos Investimentos da FUNDAÇÃO aos imites estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792, bem como a aderência a Política de Investimentos em 2016.

Quadro 5: Enquadramento dos investimentos da FUNDAÇÃO

Descrição do Investimento	Enquad. Máximo Res. 3.792	PBD - 1			PLANO MISTO			PGS		
		Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %
Disponível	-	-	**4.025,89**	**0,04%**	-	**123.411,47**	**0,08%**	-	**4.354,80**	**0,002%**
Renda Fixa	**Até 100%**	**100%**	**10.499.638,40**	**97,35%**	**100%**	**146.194.348,84**	**94,80%**	**100%**	**166.401.643,08**	**92,16%**
Títulos Públicos	100%	100%	6.249.165,28	57,94%	100%	90.927.223,97	58,96%	100%	110.903.192,47	61,42%
Créditos Privados e Depósitos	80%	80%	3.043.331,82	28,22%	80%	31.540.124,82	20,45%	80%	37.119.072,11	20,56%
Fundos de Investimentos	20%	20%	1.207.141,30	11,19%	20%	23.727.000,05	15,39%	20%	18.379.378,50	10,18%
Renda Variável	**Até 70%**	**10%**	**84.251,20**	**0,78%**	**10%**	**3.920.666,81**	**2,54%**	**10%**	**6.606.874,80**	**3,66%**
Ações Companhias Abertas	-	-	84.251,20	0,78%	-	433.836,75	0,28%	-	1.441.200,63	0,80%
Sociedade de Propósito Específico	-	-	-	0,00%	-	3.486.830,06	2,26%	-	5.165.674,17	2,86%
Fundos de Investimentos em Ações	-	-	-	0,00%	-	0,00	0,00%	-	0,00	0,00%
Investimentos Estruturados	**20%**	**5%**	**-**	**-**	**7%**	**1.928.964,00**	**1,25%**	**7%**	**2.892.000,00**	**1,60%**
Fundo de Investimento Imobiliário	10%	5%		10%	7%	1.928.964,00	1,25%	7%	2.892.000,00	1,60%
Investimentos Imobiliários	**8%**	**3%**	**186.198,97**	**1,73%**	**3%**	**1.320.037,47**	**0,86%**	**3%**	**4.120.039,38**	**2,28%**
Empréstimos e Financiamentos	**15%**	**5%**	**14.781,82**	**0,14%**	**5%**	**778.141,06**	**0,50%**	**5%**	**580.207,06**	**0,32%**
(-) Exigivel Operacional Investimentos	-	-	**(2.938,22)**	**-0,03%**	-	**(50.959,97)**	**-0,03%**	-	**(48.913,07)**	**-0,03%**
Recursos Garantidores	-	-	**10.785.958,06**	**100,00%**	-	**154.214.609,68**	**100,00%**	-	**180.556.206,05**	**100,00%**

Descrição do Investimento	Enquad. Máximo Res. 3.792	PREVER			PGA			CONSOLIDADO	
		Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %	R$	Δ %
Disponível	-	-	**5.918,65**	**0,007%**	-	**51.840,51**	**1,20%**	**189.551,32**	**0,04%**
Renda Fixa	**Até 100%**	**100%**	**75.539.117,92**	**94,92%**	**100%**	**2.411.363,07**	**98,85%**	**401.046.111,31**	**93,79%**
Títulos Públicos	100%	100%	34.885.494,45	43,84%	100%	1.625.068,21	79,65%	244.590.144,38	57,20%
Créditos Privados e Depósitos	80%	80%	12.335.486,38	15,50%	80%	-	-	84.038.015,13	19,65%
Fundos de Investimentos	20%	20%	28.318.137,09	35,59%	20%	786.294,86	19,21%	72.417.951,80	16,94%
Renda Variável	**Até 70%**	**10%**	**1.797.637,95**	**2,26%**	**5%**	**-**	**-**	**12.409.430,76**	**2,90%**
Ações Companhias Abertas	-	-	216.566,44	0,27%	-	-	-	2.175.855,02	0,51%
Sociedade de Propósito Específico	-	-	1.581.071,51	1,99%	-	-	-	10.233.575,74	2,39%
Fundos de Investimentos em Ações	-	-	0,00	0,00%	-	-	-	-	0%
Investimentos Estruturados	**20%**	**7%**	**963.036,00**	**1,21%**	-	-	-	**5.784.000,00**	**1,35%**
Fundo de Investimento Imobiliário	10%	7%	963.036,00	1,21%	-	-	-	5.784.000,00	1,35%
Investimentos Imobiliários	**8%**	**3%**	**678.501,19**	**0,85%**	-	-	-	**6.304.777,01**	**1,47%**
Empréstimos e Financiamentos	**15%**	**5%**	**721.756,53**	**0,91%**	-	-	-	**2.094.886,47**	**0,49%**
(-) Exigivel Operacional Investimentos	-	-	**(127.628,23)**	**-0,16%**	-	**(109,26)**	**-0,06%**	**- 230.548,75**	**-0,05%**
Recursos Garantidores	-	-	**79.578.340,01**	**100,00%**	-	**2.463.094,32**	**100,00%**	**427.598.208,12**	**100,00%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade/Investimentos

3.7 Política de Investimentos

A Política de Investimentos, complementar a Resolução CMN nº 3792, rege a alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela FUNDAÇÃO, este documento é elaborado anualmente pela Diretoria Executiva, analisada pela Comissão Mista de Investimentos e aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do exercício a que se refere. Na reunião do dia 15 de dezembro de 2016 o Conselho Deliberativo aprovou as Politicas de Investimentos para o exercício de 2017, conforme segue:

3.7.1 Resumo da Política de Investimentos do PBD-I

Os investimentos deste plano respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 6:Resumo da Política de Investimentos do PBD-I

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo%
Renda Fixa	0	100	93
Renda Variável	0	10	2
Imóveis	0	3	2
Empréstimos	0	5	1
Investimentos Estruturados	0	7	1
Investimentos no Exterior	0	4	1
A FAPERS observa os princípios deresponsabilidade socioambiental, utilizaderivativos para atingir osobjetivos da Política de Investimentos, avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível do site da FAPERS.			

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.7.2 Resumo da Política de Investimentos do Plano Misto

Os investimentos deste plano respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 7: Resumo da Política de Investimentos do Plano Misto

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	90
Renda Variável	0	10	4
Imóveis	0	3	1
Empréstimos	0	5	1
Investimentos Estruturados	0	7	3
Investimentos no Exterior	0	4	1
A FAPERS observa os princípios de responsabilidade socioambiental, utiliza derivativos para atingir os objetivos da Política de Investimentos, avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível do site da FAPERS.			

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados No Segmento De Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.7.3 Resumo da Política de Investimentos do PGS

Os investimentos deste plano respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 8: Resumo da Política de Investimentos do PGS

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo%	Máximo%	Alvo %
Renda Fixa	0	100	89
Renda Variável	0	10	4
Imóveis	0	3	2
Empréstimos	0	5	1
Investimentos Estruturados	0	7	3
Investimentos no Exterior	0	4	1
A FAPERS observa os princípios deresponsabilidade socioambiental, utilizaderivativos para atingir osobjetivos da Política de Investimentos, avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível do site da FAPERS.			

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.7.4 Resumo da Política de Investimentos do PREVER

Os investimentos deste plano respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 9: Resumo da Política de Investimentos do PREVER

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	87
Renda Variável	0	10	5
Imóveis	0	3	2
Empréstimos	0	5	2
Investimentos Estruturados	0	7	3
Investimentos no Exterior	0	4	1
A FAPERS observa os princípios deresponsabilidade socioambiental, utilizaderivativos para atingir osobjetivos da Política de Investimentos, avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível do site da FAPERS.			

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	10	
FI/FICFI Classificados No Segmento De Investimentos Estruturados	0	10	

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	20	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	25	
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	25	
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	25	
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário	0	20	

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.7.5 Resumo da Política de Investimentos do PGA

Os investimentos deste plano respeitarão os seguintes parâmetros e limites:

Quadro 10: Resumo da Política de Investimentos do PGA

Alocação de Recursos Período de Referência 01/2017 a 12/2017			
Segmento	Mínimo%	Máximo %	Alvo%
Renda Fixa	0	100	98,5
Renda Variável	0	5	1,5
Imóveis	0	0	0
Empréstimos	0	0	0
Investimentos Estruturados	0	0	0
Investimentos no Exterior	0	0	0
A FAPERS observa os princípios deresponsabilidade socioambiental, utilizaderivativos para atingir osobjetivos da Política de Investimentos, avalia previamente os riscos e adota sistemas de controles internos, conforme descrito na versão completa da Política de Investimentos, disponível do site da FAPERS.			

PERFIS DE INVESTIMENTO
O plano não possui perfis de investimentos.

Alocação por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
Tesouro Nacional	0	100	
Instituição Financeira	0	20	
Tesouro Estadual ou Municipal			x
Companhia Aberta com Registro na CVM	0	10	
Organismo Multilateral			x
Companhia Securitizadora	0	10	
Patrocinador do Plano de Benefício			x
FIDC/FICFIDC	0	10	
Fundo de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	0	10	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0	5	
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados			x

Concentração por Emissor			
Emissor	**Mínimo%**	**Máximo%**	**Não Aplica**
% do capital votante de uma mesma Cia Aberta	0	20	
% do capital total de uma mesma Cia Aberta ou de uma SPE	0	10	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0	20	
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia Aberta	0	15	
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento Investimentos Estruturados	0	0	x
% do PL de fundo de investimentos classificados no segmento de Investimentos no Exterior	0	0	x
% do PL de fundos de índice no exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0	0	x
% do patrimônio separado de Certificados de Recebíveis com regime fiduciário	0	25	

Concentração por Investimento			
Emissor	**Mínimo %**	**Máximo %**	**Não Aplica**
% De uma série de títulos ou valores mobiliários	0	20	
% De uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	0	20	
% De um mesmo empreendimento imobiliário			x

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.8 Meta Atuarial

A taxa mínima atuarial ou Meta Atuarial, é a taxa mínima de rentabilidade que deve ser alcançada pelos investimentos para que o plano de benefícios se mantenha equilibrado entre o ativo e o passivo.

Nos planos de Benefício Definido como o caso do PBD-I e PGS esta meta alcançada significa plano equilibrado, não alcançada ou superada, acarreta *déficit* ou *superávit*.

Nos planos de contribuição variável, como por exemplo, o Plano Misto, para os Participantes ativos a rentabilidade é alocada diretamente às contas individuais e, quando da aposentadoria vitalícia, a meta atuarial passa a ser o indicativo de juros para o cálculo do benefício.

Para planos de Contribuição Definida, como é o caso do Prever, não existe Meta Atuarial, mas é definida uma Meta de Rentabilidade como objetivo a ser alcançado, mas que não impacta nas reservas do plano.

O Conselho Deliberativo estabeleceu a Meta Atuarial dos Planos de Benefícios, a partir de dezembro de 2016, conforme segue:

Quadro 11: Meta Atuarial dos Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa

Plano	Indexador	Taxa de Juros a partir de dez/2015	Taxa de Juros a partir de dez/2016
Plano de Benefício I - PBD-I	INPC	5,00%	5,00%
Plano de Benefícios II - Plano Misto	INPC	5,38%	5,31%
Plano Geral Saldado - PGS	INPC	5,43%	5,30%
Plano de Benefícios Prever*	INPC	N/D	5,31%
Plano de Gestão Administrativa - PGA*	INPC	4,00%	4,00%
* Meta de Rentabilidade			

Fonte: Núcleo de Investimentos

3.9 Estrutura Anual de Gastos Administrativos da FUNDAÇÃO:

Os custos administrativos da FUNDAÇÃO são divididos entre: Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos, conforme estabelecido na Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009. O Art. 35 do Estatuto da FUNDAÇÃO estabelece que o Orçamento Anual para o exercício seguinte, deve ser apresentado pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, no mês de dezembro de cada ano civil. Ainda segundo o referido artigo, no mês de agosto de cada ano, o Conselho Deliberativo examinará o desempenho da FUNDAÇÃO no primeiro semestre do mesmo ano e autorizará eventuais alterações no Orçamento para o restante do exercício.

No quadro abaixo, apresenta-se os gastos administrativos no ano de 2016, comparados com os gastos do ano de 2015, onde verifica-se um aumento de 17,74% no total de despesas administrativas, resultante da atualização monetária dos custos e gastos extras com a criação do Plano de Benefícios Prever. O total dos serviços de custódia aumentou 12,78% no comparativo dos 2 anos.

Quadro 12: Gastos administrativos

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL 2015	GESTÃO PREVIDENCIAL 2016	GESTÃO INVESTIMENTOS 2015	GESTÃO INVESTIMENTOS 2016	TOTAL 2015	TOTAL 2016	Δ %
DESPESAS COMUNS	**1.365.745,41**	**1.591.151,28**	**875.522,41**	**1.010.459,52**	**2.241.267,82**	**2.601.610,80**	**16,08%**
PESSOAL E ENCARGOS	843.293,52	942.709,48	562.195,58	628.472,94	**1.405.489,10**	**1.571.182,42**	11,79%
TREINAMENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	10.167,88	9.655,55	6.778,59	6.437,03	**16.946,47**	**16.092,58**	-5,04%
VIAGENS E ESTADIAS	40.506,53	28.397,57	27.004,33	18.931,70	**67.510,86**	**47.329,27**	-29,89%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	365.794,54	439.792,88	208.888,61	242.887,32	**574.683,15**	**682.680,20**	18,79%
DESPESAS GERAIS	100.278,26	167.426,77	66.852,18	111.617,84	**167.130,44**	**279.044,61**	66,96%
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	5.704,68	3.169,03	3.803,12	2.112,69	**9.507,80**	**5.281,72**	-44,45%
DESPESAS ESPECÍFICAS	**32.865,00**	**61.018,85**	**21.910,10**	**40.679,24**	**54.775,10**	**101.698,09**	**85,66%**
PESSOAL E ENCARGOS	19.800,00	16.057,78	13.200,10	10.705,18	**33.000,10**	**26.762,96**	-18,90%
VIAGENS E ESTADIAS	0,00	2.713,58	0,00	1.809,05	**0,00**	**4.522,63**	100,00%
SERVIÇOS DE TERCEIROS	0,00	18.532,95	0,00	12.355,31	**0,00**	**30.888,26**	100,00%
DESPESAS GERAIS	0,00	7.829,54	0,00	5.219,70	**0,00**	**13.049,24**	100,00%
TRIBUTOS - Tafic	13.065,00	15.885,00	8.710,00	10.590,00	**21.775,00**	**26.475,00**	21,58%
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**1.398.610,41**	**1.652.170,13**	**897.432,51**	**1.051.138,76**	**2.296.042,92**	**2.703.308,89**	**17,74%**

SERVIÇOS DE DE CUSTÓDIA	TOTAL 2015	*TOTAL 2016*	Δ %
Plano de Benefício Definido - PBD-I	19.026,00	19.262,91	1,25%
Plano Misto - PM	91.973,23	108.393,59	17,85%
Plano Geral Saldado - PGS	78.749,56	89.909,55	14,17%
Plano PREVER	-	970,75	
Plano de Gestão Administrativa - PGA	16.995,80	14.631,43	-13,91%
Total Serviços de Custódia	**206.744,59**	**233.168,23**	**12,78%**
CUSTÓDIA BRADESCO	**138.931,22**	**157.721,66**	**13,52%**
SELIC	**6.506,46**	**8.931,91**	**37,28%**
BOVESPA	**1.001,38**	**959,89**	**-4,14%**
CORRETAGEM	**2.375,32**	**-**	**-100,00%**
CETIP	**57.930,21**	**65.554,77**	**13,16%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.10 Custo Total da Gestão

O custo global de gestão no exercício de 2016, compreendendo o somatório das Despesas Administrativas Previdenciais e das Despesas Administrativas dos Investimentos foi equivalente a 0,64% dos recursos garantidores, sendo 0,31% correspondentes à gestão administrativa e previdencial e 0,33% o custo relativo à gestão de investimentos. O custo das Despesas Administrativas foi equivalente a 0,55% do Ativo Total da Fundação.

Quadro 13: Custo Total da Gestão

Custo Total da Gestão				(Em R$)
Despesas	**1º Sem/16**	**2º Sem/16**	**12 meses (2016)**	**Em 2015**
1) Total das Despesas com a Administração Previdencial	777.733,26	874.436,87	1.652.170,13	1.398.610,51
2) Total das Despesas com a Administração de Investimentos	500.195,95	550.942,81	1.051.138,76	897.432,51
3) Total das Despesas Administrativas	1.277.929,21	1.425.379,68	2.703.308,89	2.296.043,02
4) Recursos Garantidores sob Gestão	406.792.405,61	427.598.208,12	427.598.208,12	377.411.025,88
5) Custo com Administração Previdencial (1 / 4)	0,19	0,20	0,39	0,37
6) Custo com Administração dos Investimentos (2 / 4)	0,12	0,13	0,25	0,24
7) Custo Total com Administração da Fundação (3 / 4)	0,31	0,33	0,64	0,61
8) Ativo Total	479.691.140,02	500.102.718,31	500.102.718,31	447.496.406,15
9) Custo Total com Administração da Fundação (3 / 8)	0,27	0,29	0,55	0,51

Fonte: Núcleo de Controladoria

3.11 Processo de Migração de Ativos do Plano Misto para o Plano Prever

Com a aprovação do Plano Prever, em junho de 2016, pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 271 de 15 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 16 de junho de 2016, e consequentemente a necessidade de transferência de ativos financeiros do Plano de Benefícios II - Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever para garantir as reservas dos participantes que optaram pela migração, no dia 13 de dezembro de 2016, foi concluído o processo com a migração dos seguintes recursos:

Quadro 13: Valores migrados do Plano Misto para o Plano Prever

Descrição	Valor R$
Investimentos	**76.630.212,04**
Títulos Públicos	58.481.050,96
Créditos Privados e Depósitos	12.779.934,34
Ações	239.113,37
Sociedade de Propósito Específico	1.649.600,38
Fundos de Investimentos	2.080.174,13
Investimentos Imobiliários	679.259,14
Emprestimos e Financiamentos	721.079,72
Ajustes Patrimoniais	**1.059.458,21**
Dívida Contratada	978.139,54
Parcela de Empréstimos	53.908,98
Fundo de Empréstimos	27.269,98
Recurso a Receber do Plano Misto	139,71
Recurso a Pagar Plano Prever	-
Total Geral	**77.689.670,25**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

3.12 Análise do Exercício pelo Núcleo de Investimentos

O Exercício de 2016 apresentou grandes oscilações nos juros, na inflação e na bolsa de valores. Na FUNDAÇÃO, todas as decisões de aplicações passaram nas reuniões mensais da Comissão Mista de Investimentos, que analisou as propostas de aplicações oferecidas, chegando a um consenso para as ações no Núcleo de Investimentos.

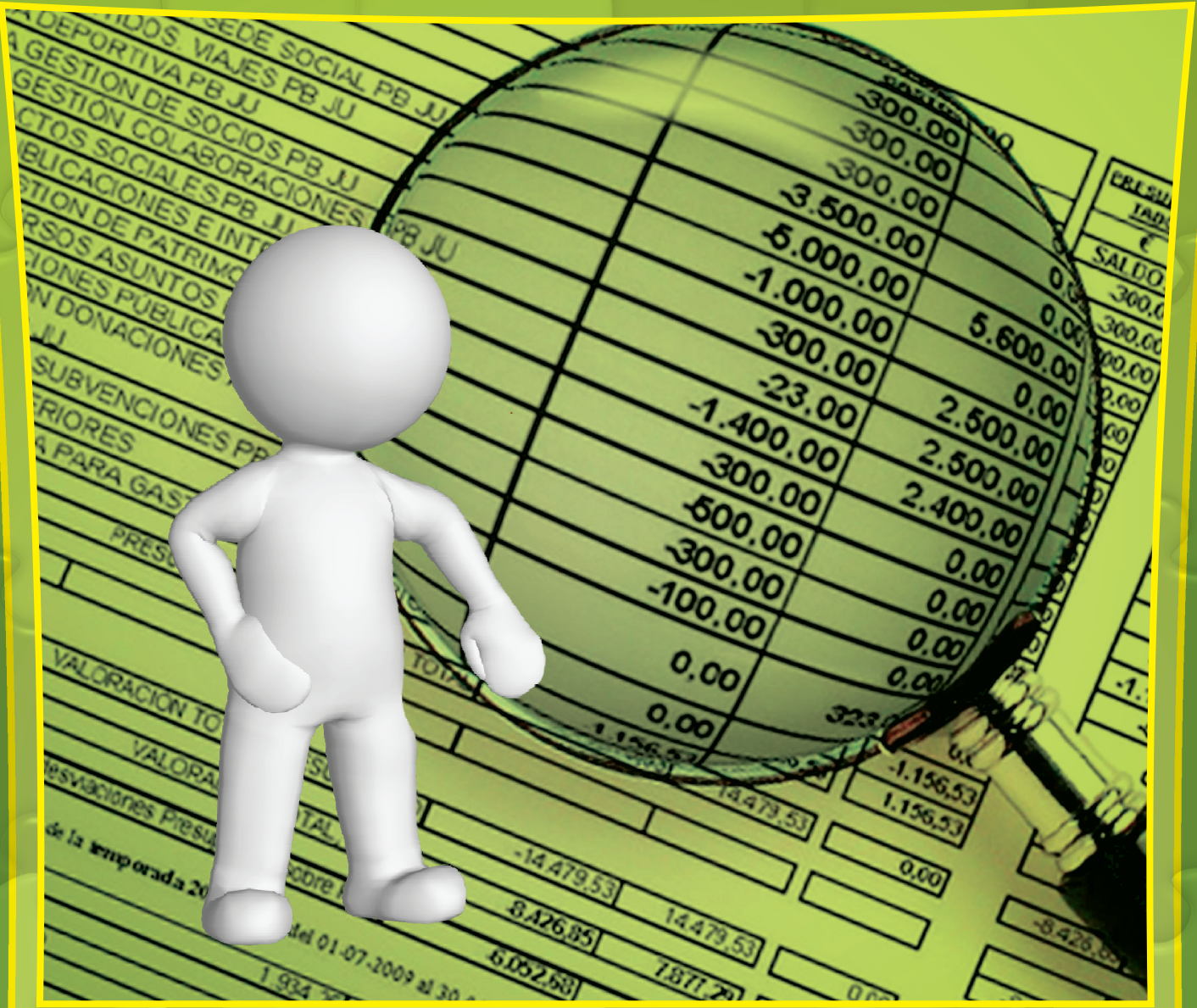
Na Renda Fixa foi concentrado 93,78% do Patrimônio. Neste segmento a rentabilidade foi de 14,69%, o que superou a Meta Atuarial do ano de 12,31%, com margem de segurança. A composição deste segmento encerrou o ano com 57,20% de Títulos Públicos, 16,94% de Fundos administrados por Asset's de reconhecida competência pelo mercado (Bradesco e BNP Paribas) e o restante distribuído em Debêntures, CDB's, DPGE's e CRI's, emitidos por Bancos e Empresas. As aplicações são regularmente monitoradas no seu grau de risco, obedecendo a legislação e as disposições da Política de Investimentos.

As aplicações em Fundo Imobiliário e Renda Variável, somaram 4,25% do patrimônio. Visualizando apenas os 12 meses de 2016, estes ativos renderam 32,24%. Por outro lado, considerando os valores originariamente investidos, verifica-se rendimento aquém da Meta Atuarial. Assim, em 2016, a Administração da FUNDAÇÃO deixou de alocar recursos novos nestas modalidades.

Nos Empréstimos, a FAPERS focou no atendimento com qualidade e eficiência aos Participantes. As ações sugeridas pela Assessoria Jurídica quanto à inadimplência, foi monitorada pela Diretoria, atenta a possibilidade de recuperação de ativos.

O rendimento com Imóveis de 4,44% no ano foi muito aquém das necessidades da Meta Atuarial. As ações de desmobilização ao longo do tempo reduziram a participação no patrimônio a apenas 1,47%. A Administração monitora permanentemente o *Shopping* Lindóia, o principal ativo, apoiando decisões que possam incrementar o retorno mensal.

Mesmo no contexto de crise econômica de 2016, o resultado financeiro alcançado pela FAPERS foi de 15,51%, superando a Meta Atuarial de 12,31%. Ao mesmo tempo foi dado seguimento as ações que visam reduzir riscos e garantir no futuro, a aposentadoria dos Participantes.



4. GESTÃO CONTÁBIL

4. GESTÃO CONTÁBIL

4.1 Introdução

No exercício de 2016, consideramos como fato relevante o Processo de Migração entre Plano Misto e Plano Prever. Veja informações mais detalhadas na Nota Explicativa de nº 05 e confira, também, no item Gestão Previdencial informações sobre os Planos de Benefícios administrados pela FUNDAÇÃO.

4.2 Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são relatórios que englobam informações que devem ser divulgadas pelas fundações, respeitando as exigências dos órgãos reguladores, detalhadas na Nota Explicativa nº 3. As referidas demonstrações são uma representação monetária estruturada e tem como objetivo informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, além de mostrarem os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados. Estas informações, em conjunto com as constantes nas notas explicativas às demonstrações contábeis, auxiliam os participantes a estimar os resultados e os fluxos financeiros futuros da entidade.

Visando facilitar o entendimento dos Demonstrativos Contábeis e das Notas Explicativas deste Relatório, trazemos os conceitos de Ativo, Passivo e Patrimônio Social:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a mesma.

O Passivo corresponde às obrigações da Fundação, isto é, aos compromissos a serem pagos.

O Patrimônio Social, que faz parte do Passivo da Entidade, é amplamente analisado nas demonstrações contábeis e notas explicativas, por ser o resultado da soma dos bens e direitos (Ativo) deduzidos das obrigações (Passivo Exigível Operacional e Contingencial) da Fundação.

As Demonstrações Contábeis apresentadas neste documento seguirão a seguinte ordem:

1) Balanço Patrimonial;
2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado;
3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios;
4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefício;
5) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado;

6) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano.

Neste relatório as demonstrações contábeis serão apresentadas de forma individual, isto é, por plano (PBD I, PLANO MISTO, PGS, PREVER e PGA) e consolidadas, que é a soma de todos os planos. Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, onde consta R$ 500 mil leia-se: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

A maioria dos demonstrativos compara o exercício atual com o exercício anterior e leva em consideração os registros dos exercícios financeiros (neste relatório o exercício atual refere-se a 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016).

A coluna "Variação %", dos demonstrativos, representa o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior.

4.2.1 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016

O Balanço Patrimonial atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade (Ativo/Passivo) por ocasião do encerramento do exercício, como apresentado no demonstrativo abaixo:

Quadro 1: Balanço Patrimonial em 31/12/2016

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
DISPONÍVEL	**190**	**52**	**EXIGÍVEL OPERACIONAL**	**1.183**	**1.289**
REALIZÁVEL	**499.894**	**447.423**	GESTÃO PREVIDENCIAL	475	761
GESTÃO PREVIDENCIAL	71.887	69.602	GESTÃO ADMINISTRATIVA	478	423
GESTÃO ADMINISTRATIVA	368	357	INVESTIMENTOS	230	105
INVESTIMENTOS	427.639	377.464	**EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**	**269**	**139**
TÍTULOS PÚBLICOS	244.590	246.977	GESTÃO PREVIDENCIAL	269	139
CRÉDITO PRIVADOS E DEPÓSITOS	84.038	89.123	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**498.651**	**446.068**
AÇÕES	12.409	12.055	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**	**495.770**	**443.317**
FUNDOS DE INVESTIMENTO	78.202	20.385	**PROVISÕES MATEMÁTICAS**	**502.415**	**457.071**
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO	6.305	6.636	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	343.606	312.840
EMPRÉSTIMOS	2.095	2.288	BENEFÍCIOS A CONCEDER	203.022	185.999
PERMANENTE	**19**	**21**	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	-44.213	-41.768
IMOBILIZADO	19	21	**EQUILÍBRIO TÉCNICO**	**-6.645**	**-13.754**
			RESULTADOS REALIZADOS	-6.645	-13.754
			(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-6.645	-13.754
			FUNDOS	**2.881**	**2.751**
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	93	290
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	2.373	2.067
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	415	394
TOTAL DO ATIVO	**500.103**	**447.496**	**TOTAL DO PASSIVO**	**500.103**	**447.496**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Analisando o Balanço Patrimonial pode-se observar que houve um acréscimo de 11,76% no total do ativo de 2016 em relação a 2015.

O *déficit* apresentado como Resultado Realizado reduziu em 51,69%, principalmente em decorrência do equacionamento do *Déficit* Técnico Acumulado do Plano Misto, em junho de 2016, devido ao processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever.

4.2.2. Demonstração da mutação do patrimônio Social (DMPS)

A demonstração da mutação do patrimônio social de forma consolidada atesta as modificações do patrimônio social dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício, confrontando o patrimônio social atual com o anterior.

No demonstrativo abaixo, é possível analisar as adições (item 1), deduções (item 2) e o total de acréscimos ou decréscimos (item 3) ocorridos no patrimônio durante o ano.

Quadro 2: Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2016	31/12/2015	%
A) PATRIMONIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**446.068**	**395.299**	**12,84**
1. ADIÇÕES	**166.534**	**85.429**	**94,94**
(+) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIAIS	107.032	30.316	253,05
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	56.472	52.119	8,35
(+) RECEITAS ADMINISTRATIVAS	2.730	2.655	2,82
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO ADMINISTRATIVA	279	298	-6,38
(+) CONSTITUIÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	21	41	-48,78
2. DESTINAÇÕES	**-113.951**	**-34.660**	**228,77**
(-) BENEFÍCIOS	-111.118	-31.384	254,06
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTINGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-130	-16	712,50
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-2.703	-3.260	-17,09
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	**52.583**	**50.769**	**3,57**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	45.344	50.189	-9,65
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	7.109	4.058	75,18
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	-197	-3212	-93,87
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	306	-307	-199,67
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	21	41	-48,78
B) PATRIMONIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**498.651**	**446.068**	**11,79**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Observa-se no DMPS o aumento de 11,79% no Patrimônio Social no final do exercício de 2016 em relação ao de 2015.

4.2.3 Demonstração da mutação do ativo líquido por Plano de Benefícios (DMAL)

Este demonstrativo tem por finalidade evidenciar, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.
Na leitura do DMAL, encontramos o Patrimônio Social somando o Ativo Líquido no final do exercício(B) com os Fundos não Previdenciais (C).

Quadro 3: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício Definido I/CNPB: 19810000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**11.353**	**10.429**	**8,86**
1. ADIÇÕES	**1.687**	**1.605**	**5,08**
(+) CONTRIBUIÇÕES	271	299	-9,36
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	1.416	1.306	8,39
2. DESTINAÇÕES	**-740**	**-681**	**8,66**
(-) BENEFÍCIOS	-728	-667	9,15
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-12	-14	-14,29
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**947**	**924**	**2,49**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-337	-761	-55,70
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-610	-163	274,23
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**12.300**	**11.353**	**8,34**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**917**	**795**	**15,30**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	912	790	15,39
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5	5	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo DMAL do Plano de Benefícios I, verifica-se um aumento no Ativo Líquido de 8,34%.

Quadro 4: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**203.542**	**173.877**	**17,06**
1. ADIÇÕES	**44.974**	**44.939**	**0,08**
(+) CONTRIBUIÇÕES	15.869	17.246	-7,99
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	29.105	27.693	5,10
2. DESTINAÇÕES	**-92.071**	**-15.274**	**502,80**
(-) BENEFÍCIOS	-90.920	-14.059	546,70
(-) CONSTITUIÇÃO LÍQUIDA DE CONTIGÊNCIAS - GESTÃO PREVIDENCIAL	-130	-16	711,96
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-1.021	-1.199	-14,85
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**-47.097**	**29.665**	**-258,76**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	50.932	-30.633	-266,27
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	197	-290	-167,93
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-4.032	1.258	-420,51
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**156.445**	**203.542**	**-23,14**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.102**	**1.138**	**-3,14**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	790	811	-2,56
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	312	327	-4,59

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Plano Misto no demonstrativo DMAL acima visualizamos redução no Ativo Líquido de 23,14%, decorrente do processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever.

Quadro 5: Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Geral Saldado/CNPB: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**228.712**	**208.266**	**9,82**
1. ADIÇÕES	**36.374**	**36.682**	**-0,84**
(+) CONTRIBUIÇÕES	12.476	13.562	-8,01
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	23.898	23.120	3,37
2. DESTINAÇÕES	**-19.527**	**-16.236**	**20,27**
(-) BENEFÍCIOS	-19.092	-16.658	14,61
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-435	422	-203,16
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**16.847**	**20.446**	**-17,60**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-14.380	-18.795	-23,49
(+/-) FUNDOS PREVIDENCIAIS	0	3.502	0,00
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	-2.467	-5.153	-52,13
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**245.559**	**228.712**	**7,37**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**664**	**528**	**25,76**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	593	466	27,30
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	71	62	14,52

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No PGS o demonstrativo DMAL apresenta um aumento no Ativo Líquido de 7,37%.

Quadro 6: Demonstração da mutação do ativo líquido do Plano de Benefícios Prever/CNPB: 2016.0006-19

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	**0**	**0**	**0,00**
1. ADIÇÕES	**82.063**	**0**	**0,00**
(+) CONTRIBUIÇÕES	80.010	0	0,00
(+) RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	2.053	0	0,00
2. DESTINAÇÕES	**-504**	**0**	**0,00**
(-) BENEFÍCIOS	-378	0	0,00
(-) CUSTEIO ADMINISTRATIVO	-126	0	0,00
3. ACRÉSCIMO/DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	**81.559**	**0**	**0,00**
(+/-) PROVISÕES MATEMÁTICAS	-81.559	0	0,00
(+/-) SUPERÁVIT (DÉFICIT) TÉCNICO DO EXERCÍCIO	0	0	0,00
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	**81.559**	**0**	**0,00**
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**105**	**0**	**0,00**
(+/-) FUNDOS ADMINISTRATIVOS	78	0	0,00
(+/-) FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	27	0	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Verifica-se no demonstrativo DMAL do Plano de Benefícios Prever o registro de R$ 81.559 mil no Ativo Líquido em 2016.

4.2.4 Comparativo entre a Demonstração da mutação do patrimônio social consolidado (DMPS) e da Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios (DMAL)

O Patrimônio Social Consolidado apresentado no DMPS é a soma do Ativo Líquido no final do exercício com os Fundos no DMAL de cada plano, conforme o quadro abaixo:

DMPS X DMAL x BALANÇO	DMAL				DMPS
	PBD I	P. MISTO	PGS	PREVER	BALANÇO
Ativo Líquido	12.300	156.352	245.559	81.559	495.770
Fundo Previdencial	0	93	0	0	93
Fundos não Previdenciais	917	1.102	664	105	2.788
Patrimônio Social	13.217	157.547	246.223	81.664	498.651

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.2.5 Demonstração do ativo líquido por plano de benefício (DAL)

A demonstração do ativo líquido por plano de benefício equivale ao Balanço Patrimonial por plano de benefícios. O objetivo deste é evidenciar, de forma individual, a situação do ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) de cada plano de benefícios por ocasião do encerramento do exercício.

A partir do exercício de 2015, a Fundação passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (vide notas explicativas de nº 15 e nº 16).

Quadro 7: Demonstração do ativo líquido do Plano de Benefício Definido I/CNPB: 1981000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2016	31/12/2015	%
1. ATIVOS	**13.226**	**12.157**	**8,80**
DISPONÍVEL	4	1	300,00
RECEBÍVEL	2.437	2.256	8,04
INVESTIMENTO	10.785	9.900	8,94
TÍTULOS PÚBLICOS	6.249	5.752	8,64
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	3.043	3.270	-6,93
AÇÕES	85	141	-39,72
FUNDOS DE INVESTIMENTO	1.207	525	129,93
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	186	196	-5,00
EMPRÉSTIMOS	15	16	-7,61
2.OBRIGAÇÕES	**9**	**9**	**0,00**
OPERACIONAL	9	9	0,00
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**917**	**795**	**15,35**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	912	790	15,44
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	5	5	0,00
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**12.300**	**11.353**	**8,34**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	9.749	9.412	3,58
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	2.551	1.941	31,42
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.551	1.941	31,42
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	254	270	-5,93
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	2.805	2.211	26,87

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo DAL acima, observa-se um aumento de 8,80% nos Ativos e que as Obrigações mantiveram o mesmo saldo de 2015. Também é possível notar um acréscimo de 15,35% nos Fundos Não Previdenciais, de 3,58% nas Provisões matemáticas e de 31,42% no *Superávit* Técnico do plano, ocasionando o aumento de 8,34% no Ativo Líquido, conforme já visto no DMAL.

Quadro 8: Demonstração do ativo líquido do Plano Misto- Plano de Benefício II/CNPB: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2016	31/12/2015	%
1. ATIVOS	**158.053**	**205.454**	**-23,07**
DISPONÍVEL	123	22	459,09
RECEBÍVEL	3.788	6.171	-38,62
INVESTIMENTO	154.142	199.261	-22,64
TÍTULOS PÚBLICOS	90.927	136.561	-33,42
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	31.540	45.854	-31,22
AÇÕES	3.921	5.157	-23,97
FUNDOS DE INVESTIMENTO	25.656	8.044	218,95
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	1.320	2.103	-37,23
EMPRÉSTIMOS	778	1.542	-49,54
2.OBRIGAÇÕES	**506**	**774**	**-34,63**
OPERACIONAL	237	635	-62,68
CONTINGENCIAL	269	139	93,53
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**1.102**	**1.138**	**-3,16**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	790	811	-2,59
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	312	327	-4,59
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**156.445**	**203.542**	**-23,14**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	154.715	205.647	-24,77
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	1.637	-2.395	-168,35
FUNDOS PREVIDENCIAIS	93	290	-67,93
6. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.637	-2.395	-168,35
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	4.897	6.345	-22,82
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	6.534	3.950	65,42

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DAL do Plano Misto visualiza-se a diminuição de 23,07% nos Ativos e de 34,63% nas Obrigações. Também redução de 3,16% nos Fundos Não Previdenciais, de 24,77% nas Provisões Matemáticas e a reversão do Déficit Técnico para constituição de *Superávit* Técnico do plano, ocasionando a redução de 23,14% no Ativo líquido, de acordo com o DMAL do Plano Misto, variações estas decorrentes do processo de migração do Plano de Benefícios II – Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever.

Quadro 9: Demonstração do ativo líquido do Plano Geral Saldado/

CNPB: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2016	31/12/2015	%
1. ATIVOS	**246.458**	**229.461**	**7,41**
DISPONÍVEL	5	5	0,00
RECEBÍVEL	65.852	63.243	4,13
INVESTIMENTO	180.601	166.213	8,66
TÍTULOS PÚBLICOS	110.903	102.982	7,69
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	37.119	39.998	-7,20
AÇÕES	6.607	6.757	-2,22
FUNDOS DE INVESTIMENTO	21.271	11.409	86,44
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.120	4.336	-4,98
EMPRÉSTIMOS	581	731	-20,52
2.OBRIGAÇÕES	**235**	**221**	**6,33**
OPERACIONAL	235	221	6,33
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**664**	**528**	**25,76**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	593	466	27,25
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	71	62	14,52
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**245.559**	**228.712**	**7,37**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	256.392	242.012	5,94
SUPERÁVIT/DEFICIT TÉCNICO	-10.833	-13.300	-18,55

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No demonstrativo DAL do PGS, visualizamos um aumento de 7,41% nos Ativos e de 6,33% nas Obrigações. Nos Fundos Não Previdenciais um acréscimo de 25,76%, e aumento de 5,94% nas Provisões matemáticas e redução de 18,55% no *Déficit* Técnico do plano, resultando em aumento de 7,37% no Ativo Líquido, de acordo com o DMAL do PGS.

Quadro 10: Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios Prever/CNPB: 2016.0006-19

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	VARIAÇÃO
	31/12/2016	31/12/2015	%
1. ATIVOS	**81.888**	**0**	**0,00**
DISPONÍVEL	6	0	0,00
RECEBÍVEL	2.182	0	0,00
INVESTIMENTO	79.700	0	0,00
TÍTULOS PÚBLICOS	34.885	0	0,00
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	12.335	0	0,00
AÇÕES	1.798	0	0,00
FUNDOS DE INVESTIMENTO	29.281	0	0,00
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	679	0	0,00
EMPRÉSTIMOS	722	0	0,00
2.OBRIGAÇÕES	**224**	**0**	**0,00**
OPERACIONAL	224	0	0,00
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	**105**	**0**	**0,00**
FUNDOS ADMINISTRATIVOS	78	0	0,00
FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	27	0	0,00
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	**81.559**	**0**	**0,00**
PROVISÕES MATEMÁTICAS	81.559	0	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Verifica-se no demonstrativo DAL do Plano de Benefícios Prever a constituição de R$ 81.888 mil de Ativos, R$ 224 mil de Obrigações e R$ 105 mil de Fundos Não Previdenciais, resultando em R$ 81.559 mil de Ativo Líquido em 2016.

4.2.6. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada

O DPGA mostra as receitas e as despesas administrativas da Fundação e o Fundo Administrativo.

No demonstrativo abaixo, verifica-se o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefício, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada.

Quadro 11: Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	**2.067**	**2.374**	**-12,93**
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	**3.009**	**2.953**	**1,90**
1.1. RECEITAS	**3.009**	**2.953**	**1,90**
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.594	1.755	-9,17
CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS	1.053	897	17,39
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3	3	0,00
RESULTADO POSITIVO LÍQUIDO DOS INVESTIMENTOS	279	298	-6,38
OUTRAS RECEITAS	80	0	0,00
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**-2.703**	**-2.296**	**17,73**
2.1 ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	**-1.653**	**-1.399**	**18,16**
PESSOAL E ENCARGOS	-959	-862	11,25
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-10	-10	0,00
VIAGENS E ESTADIAS	-32	-41	-21,95
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-458	-366	25,14
DESPESAS GERAIS	-175	-101	73,27
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-3	6	-150,00
TRIBUTOS	-16	-13	23,08
2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	**-1.050**	**-897**	**17,06**
PESSOAL E ENCARGOS	-638	-574	11,15
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-7	-7	0,00
VIAGENS E ESTADIAS	-20	-27	-25,93
SERVIÇOS DE TERCEIROS	-255	-209	22,01
DESPESAS GERAIS	-116	-67	73,13
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	-2	-4	-50,00
TRIBUTOS	-12	-9	33,33
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	**0**	**-964**	**-100,00**
6. SOBRA/INSUFICIÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1-2-4)	**306**	**-307**	**-199,67**
7. CONSTITUIÇÃO/REVERSÃO DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	**306**	**-307**	**-199,67**
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)	**2.373**	**2.067**	**14,80**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Neste demonstrativo verifica-se aumento de 1,90% nas receitas, de 17,73% nas despesas administrativas do PGA e de 14,80% no saldo do Fundo Administrativo Acumulado.

4.2.7. Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios (DPT)

As Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefício (DPT) evidenciam, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela FAPERS. Em suma, mostra os valores das obrigações presentes e futuras do plano com seus participantes.

Também visualizamos estas rubricas de forma individual no DAL item 4.4 (linha nº 5 - Ativo Líquido) e no DMAL item 4.3.2 (linha letra B - Ativo liquido) de cada plano, e de forma consolidada no Balanço Patrimonial da fundação.

Quadro 12: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefício Definido I/CNPJ: 19810000747

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**12.314**	**11.367**	**8,33**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**9.749**	**9.412**	**3,58**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**8.660**	**8.286**	**4,51**
BENEFÍCIO DEFINIDO	8.660	8.286	4,51
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**1.089**	**1.126**	**-3,30**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**957**	**991**	**-3,45**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	957	991	-3,45
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR	**132**	**135**	**-2,22**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	132	135	-2,22
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**2.551**	**1.941**	**31,42**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**2.551**	**1.941**	**31,42**
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	**2.551**	**1.941**	**31,42**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.850	1.786	3,61
RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	701	155	352,26
3. FUNDOS	**5**	**5**	**0,00**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	5	5	0,00
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**9**	**9**	**0,00**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	6	5	20,00
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	3	4	**-25,00**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Demonstrativo DPT do PBD-I, houve aumento de 3,58% nas Provisões Matemáticas e de 31,42% nos Resultados Realizados, ocasionando um acréscimo de 8,33% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 13: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Misto-Plano de Benefício II/CNPJ: 2000008038

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)	**157.263**	**204.644**	**-23,15**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**154.715**	**205.647**	**-24,77**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**80.152**	**80.986**	**-1,03**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	4.189	3.174	31,98
BENEFÍCIO DEFINIDO	75.963	77.812	-2,38
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**77.034**	**126.991**	**-39,34**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	**77.034**	**126.991**	**-39,34**
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	28.276	43.880	-35,56
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES BENEFÍCIO DEFINIDO	48.758	83.111	-41,33
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-2.471**	**-2.330**	**6,05**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-2.471**	**-2.330**	**6,05**
(-) ASSISTIDOS	-2.471	-2.330	6,05
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**1.637**	**-2.395**	**-168,35**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**1.637**	**-2.395**	**-168,35**
SUPERÁVIT/DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	1.637	-2.395	-168,35
3. FUNDOS	**405**	**617**	**-34,36**
3.1. FUNDOS PREVIDENCIAIS	93	290	-67,93
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	312	327	-4,59
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**237**	**635**	**-62,68**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	187	579	-67,64
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	50	57	-12,28
5. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	**269**	**139**	**93,53**
5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	269	139	93,53

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No Demonstrativo DPT do Plano Misto verifica-se a redução de 24,77% nas Provisões Matemáticas, de 34,36% nos Fundos, de 62,68% no Exigível Operacional e aumento de 93,53% no Exigível Contingencial, ocasionando um decréscimo de 23,15% nas Provisões Técnicas do Plano. O Resultado Realizado de *Déficit* Técnico do plano em 2015 foi revertido para *Superávit* Técnico em 2016.

Quadro 14: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Geral Saldado/CNPJ: 2008004783

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**245.865**	**228.995**	**7,37**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**256.392**	**242.012**	**5,94**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**244.764**	**223.568**	**9,48**
BENEFÍCIO DEFINIDO	244.764	223.568	9,48
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**53.370**	**57.882**	**-7,80**
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO PROGR.	**42.599**	**47.912**	**-11,09**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	42.599	47.912	-11,09
BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUT.REGIME CAPITALIZAÇÃO NÃO PROG	**10.771**	**9.970**	**8,03**
VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	10.771	9.970	8,03
1.3. PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	**-41.742**	**-39.438**	**5,84**
(-) DÉFICIT EQUACIONADO	**-41.742**	**-39.438**	**5,84**
(-) ASSISTIDOS	-41.742	-39.438	5,84
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**-10.833**	**-13.300**	**-18,55**
2.1. RESULTADOS REALIZADOS	**-10.833**	**-13.300**	**-18,55**
(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	-10.833	-13.300	-18,55
3. FUNDOS	**71**	**62**	**14,52**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	71	62	14,52
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**235**	**221**	**6,33**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	186	177	5,08
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	49	44	11,36

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DPT do PGS houve aumento de 5,94% nas Provisões matemáticas, redução de 18,55% no *Déficit* Técnico do plano, aumento de 14,52% nos Fundos e de 6,33% no Exigível Operacional, ocasionando um acréscimo de 7,37% nas Provisões Técnicas do Plano.

Quadro 15: Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios Prever/CNPB: 2016.0006-19

Valores em R$ mil

DESCRIÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL 31/12/2016	EXERCÍCIO ANTERIOR 31/12/2015	VARIAÇÃO %
PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)	**81.810**	**0**	**0,00**
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	**81.559**	**0**	**0,00**
1.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	**10.030**	**0**	**0,00**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	10.030	0	0,00
1.2. BENEFÍCIO A CONCEDER	**71.529**	**0**	**0,00**
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	**71.529**	**0**	**0,00**
SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDO	1.016	0	0,00
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES BENEFÍCIO DEFI	70.513	**0**	**0,00**
2. EQUILÍBRIO TÉCNICO	**0**	**0**	**0,00**
3. FUNDOS	**27**	**0**	**0,00**
3.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	27	0	0,00
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	**224**	**0**	**0,00**
4.1. GESTÃO PREVIDENCIAL	96	0	0,00
4.2. INVESTIMENTOS - GESTÃO PREVIDENCIAL	128	0	0,00

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No DPT do Prever verifica-se constituição de R$ 81.559 mil de Provisões Matemáticas, de R$ 27 mil de Fundos e de R$ 224 mil de Exigível Operacional. O Plano de Benefícios Prever não apresenta Equilíbrio Técnico por se tratar de um plano de contribuição definida.

4.7 Notas Explicativas

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Nota 1 - Contexto Operacional

A **Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul** é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, constituída pelo Patrocinador Instituidor **Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR**, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos. Regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001 e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social - MPS, através da Secretaria de Previdência Complementar - SPC. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, através do Banco Central do Brasil - Bacen, com autorização de funcionamento concedida através da Portaria MPAS nº 2.463, de 24 de março de 1981, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

Os objetivos da FUNDAÇÃO são administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, aos empregados vinculados aos patrocinadores, aos associados, aos instituidores e grupos familiares dos mesmos, pagar benefícios previdenciais e promover o bem-estar social dos seus destinatários.

Os recursos de que a FUNDAÇÃO dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, segregados e individualizados nos Investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Bradesco S/A.

Nota 2 - Planos de Benefícios

Plano de Benefício Definido I - PBD-I - quando de sua constituição em 1981, a FUNDAÇÃO adotou a modalidade de Plano de Benefício Definido, que foi aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000. Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.118 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se de Plano de Benefício Definido I - PBD-I.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3867/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006 e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 4278/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 29/12/2008 conforme Portaria MPS/SPC nº 2691, publicada no Diário Oficial em 29/12/2008.

Em 31 de dezembro de 2016, o PBD-I contava com o total de 16 participantes, sendo um ativo e 15 aposentados.

Plano de Benefícios II - Plano Misto - em fevereiro de 2001, a FUNDAÇÃO por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu novo plano de benefícios previdenciário na modalidade Contribuição Variável - Plano Previdenciário Misto, tendo seu Regulamento aprovado por meio do Ofício nº 3.321 SPC/COJ, de 21 de novembro de 2000.

Em 06 de abril de 2006, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 1.117 /SPC/DETEC/CGAT, passando a denominar-se Plano de Benefícios II - Plano Misto.

Em 09 de outubro de 2007, foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 3865/SPC/DETEC/CGAT com vigência a partir de 11/10/2007, em cumprimento a Resolução CGPC nº 19, de 25 de setembro de 2006, e Instrução Normativa nº 15/SPC, de 18 de janeiro de 2007.

Em 26 de dezembro de 2008, foram aprovadas a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008.

Em 15 de junho de 2016, por meio do Ofício nº 1737/CGTR/DITEC/PREVIC e da Portaria nº 271 emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016, foram aprovadas as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios II - Plano Misto, bem como o Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos, estabelecendo as regras concernentes ao processo de migração de participantes e assistidos do Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever (vide nota explicativa de nº 5).

Em 31 de dezembro de 2016, o Plano Misto contava com o total de 1.314 participantes, sendo: 682 ativos, 480 aposentados, 52 pensionistas e 100 suspensos.

Plano Geral Saldado - PGS - Em 26 de dezembro de 2008 foi aprovada a Cisão do Plano Misto e autorização da aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 4279/SPC/DETEC/CGAT e Portaria MPS/SPC nº 2692 publicada no Diário Oficial da União em 29/12/2008. Para o Plano Geral Saldado a sua vigência foi a partir de 01/01/2010.

Em 27 de agosto de 2014 foram aprovadas as alterações do Regulamento por meio do Ofício nº 2749/CGAT/DITEC/PREVIC, com vigência a partir de 29/08/2014, conforme Portaria MPS/SNPC nº 468 publicada no Diário Oficial em 29/08/2014.

Em 15 de janeiro de 2015, foram aprovadas as alterações do Regulamento do Plano Geral Saldado por meio do Ofício nº 90/CGAT/DITEC/PREVIC, com vigência a partir de 16/01/2015, conforme Portaria MPS/SNPC nº 19, publicada no Diário Oficial em 16/01/2015.

Em 31 de dezembro de 2016, o PGS contava com o total de 688 participantes, sendo 453 aposentados, 58 pensionistas e 177 participantes aguardando benefício.

Plano de Benefícios Prever - Plano de benefícios previdenciário na modalidade de Contribuição Definida, vigente desde 16 de junho de 2016, a partir da aprovação do seu Regulamento por meio da Portaria nº 271 emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, a qual foi publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016.

A implantação do Plano de Benefícios Prever ocorreu a partir da aprovação do processo de migração voluntária de participantes e assistidos do Plano Misto (vide nota explicativa de nº 5).

Em 31 de dezembro de 2016, o Prever contava com o total de 925 participantes, sendo 848 ativos, 71 aposentados e 06 pensionistas.

Nota 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, em cumprimento à Resolução CNPC nº 01 de 03 de março de 2011, Resolução MPS/CGPC nº 29 de 31 de agosto de 2009, Resolução CFC nº 1.272 de 22 de janeiro de 2010, Resolução MPS/CNPC n° 8 de 31 de outubro de 2011 e pela Instrução MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, alterada pela IN nº 6 de 13 de novembro de 2013 e pela IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015.

A IN nº 25 de 17 de dezembro de 2015 alterou os incisos do artigo 2º da IN MPS/SPC nº 34 de 24 de setembro de 2009, e determinou em seu Anexo C os modelos e instruções de preenchimento das Demonstrações Contábeis a serem elaboradas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, que serão compostas pelo Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido - DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido - DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, Consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA, por Plano de Benefícios (facultativa) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT.

A partir do exercício de 2015, a FUNDAÇÃO passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e a apresentá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (vide notas explicativas de nº 15 e nº 16).

Os balancetes da FUNDAÇÃO são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados e manter o controle das migrações de recursos

entre as diferentes gestões e planos de benefícios. As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, em conformidade com as normas específicas aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar. A Entidade declara que todas as informações relevantes, e somente as relevantes, estão sendo divulgadas nas Notas Explicativas.

Nota 4 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela FUNDAÇÃO para elaboração das demonstrações contábeis foram as seguintes:

4.1 - O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada Gestão e Plano.

4.2 - Os Títulos Públicos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos mantidos ate o vencimento, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.3 - Os Títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos para negociação são ajustados pelo valor de mercado, de responsabilidade da entidade a apuração deste valor, em consonância com as normas determinadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme determina a Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002.

4.4 - As ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, procedimento adotado desde julho de 2008, em conformidade com as disposições da Resolução CGPC n° 25, de 30 de junho de 2008.

4.5 - As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor.

4.6 - Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas na data da última cotação de cada mês de competência.

4.7 - Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações. São depreciados (exceto terrenos) pelo método linear à taxa de 2% ao ano ou às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação (vide Nota nº 12). As instalações em geral são depreciadas pelo método linear à taxa de 10% ao ano.

4.8 - Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência.

4.9 - Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa para Contribuições e Empréstimos dos Planos de Benefícios, seguindo os critérios definidos
na Instrução SPC/MPS n.º 34 de 24/09/2009, no item 11 referente aos procedimentos operacionais do Anexo 'A', conforme quadro abaixo.

PRAZOS PERCENTUAIS APLICADOS NA CONSTITUIÇÃO DE PCLD

Atraso de	% aplicado s/valor dos créditos vencidos e vincendos
61 a 120 dias	25%
121 a 240 dias	50%
241 a 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

4.10 - Os bens que constituem o Ativo Permanente estão devidamente corrigidos pela variação da UFIR até 31/12/1995. Os bens adquiridos após esta data estão registrados pelo custo de aquisição e são depreciados ou amortizados pelo método linear às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Resolução nº 05, de 30/01/2002, alterada pela Resolução nº 10, de 05/07/2002 do MPAS e a partir de 2010 de acordo com a Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009.

QUADRO RESUMO DO ATIVO PERMANENTE EM 31/12/2016 - R$ MIL

Descrição	TAXA DE DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO	CUSTO	DEPRECIAÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	VALOR RESIDUAL
ATIVO PERMANENTE				**19**
IMOBILIZADO				
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	**10% aa**	53	-51	2
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	**10% aa**	47	-44	3
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	**20% aa**	58	-54	4
DIREITO DE USO DE TELEFONES		8	-	8
MARCAS E PATENTES		2	-	2
		168	**-149**	**19**
INTANGÍVEL				
SOFTWARES	**20% aa**	72	-72	0
		72	**-72**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

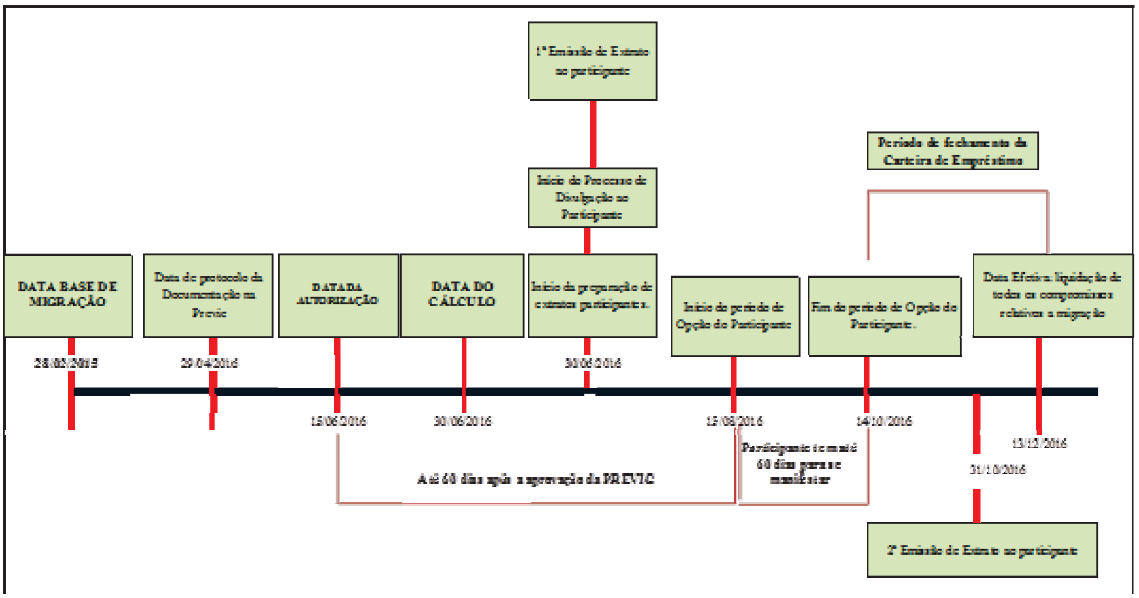
Nota 5 - Migração Entre Planos de Benefícios

5.1 - Introdução

Em 15 de junho de 2016, por meio da Portaria nº 271 emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016, foi aprovado o Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos, firmado entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador ASCAR, estabelecendo as regras concernentes ao processo de migração de participantes e assistidos e suas respectivas reservas matemáticas do Plano de Benefícios II - Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever.

De posse da autorização acima citada, a FUNDAÇÃO deu continuidade ao processo de migração.

No quadro abaixo demonstra-se os prazos considerados pela Gestão da Entidade durante as fases do referido processo.



Fonte: Núcleo de Gestão de Planos

Em 30 de junho de 2016 iniciou-se a divulgação aos participantes das informações pertinentes ao processo de migração.

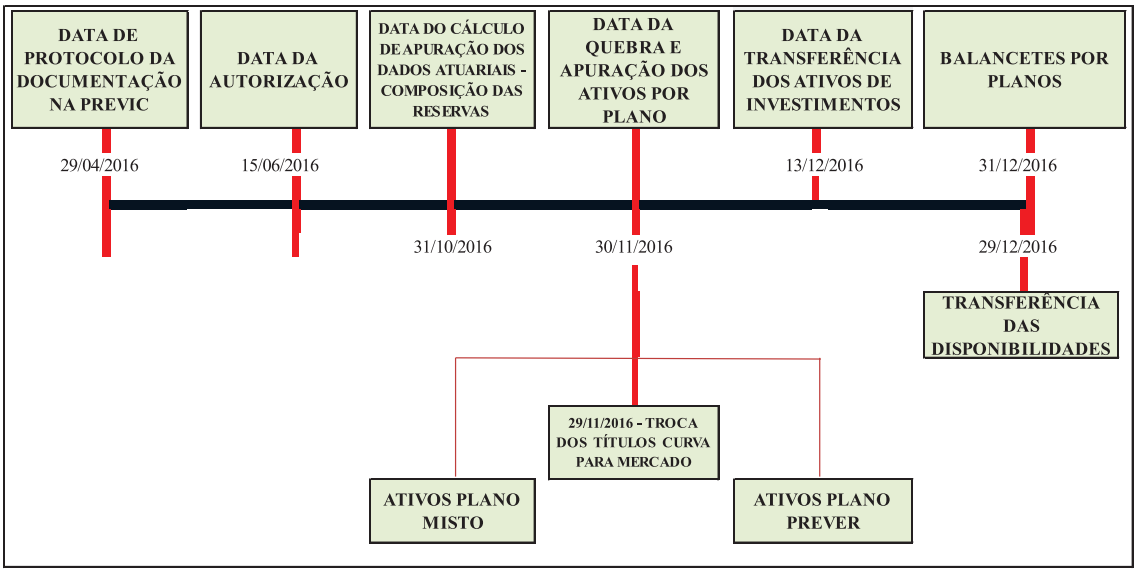
De 15 de agosto a 14 de outubro de 2016 foi oportunizado a cada participante ativo, assistido ou beneficiário vinculados ao Plano de Benefícios II- Plano Misto, a oportunidade de opção de migração ao Plano de Benefícios Prever.

Em 14 de outubro de 2016, data limite para o participante manifestar sua opção, realizou-se o fechamento da carteira de empréstimos para novas concessões, sendo a mesma reaberta em 03 de janeiro de 2017.

Do total de 2147 participantes do Plano Misto que estavam aptos a migrar, 903 efetivaram a migração ao Plano Prever, sendo 823 ativos, 74 aposentados e 6 pensionistas.

5.2 - Composição das Reservas e Segregação de Ativos

Referente a apuração das reservas matemáticas e a transferência dos ativos de investimentos do Plano Misto para o Plano Prever, foi estabelecido o cronograma demonstrado no quadro abaixo.



Fonte: Controladoria

5.2.1 - Reservas Matemáticas

Em 31 de outubro de 2016 foi solicitado aos atuários responsáveis, com base na reserva individual de cada participante, o montante referente às reservas matemáticas do Plano Misto, constituindo assim a composição das reservas para a migração.

De posse da informação de quais participantes optaram pela migração do Plano Misto para o Plano Prever, e considerando 30 de novembro de 2016 como *data da quebra* das reservas entre os planos citados, através da carta CA/027-2016/EA a Equipe Atuarial Ltda informou o valor das reservas matemáticas por plano de benefícios, conforme demonstra-se no quadro a seguir.

QUADRO RESUMO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS A MIGRAR

PROVISÕES MATEMÁTICAS	R$ MIL		
	TOTAL	PLANO MISTO	PLANO PREVER
Benefícios Concedidos	89.936	79.946	9.990
Benefícios a Conceder	142.978	74.746	68.232
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(2.476)	(2.476)	-
Total das provisões Matemáticas	230.438	152.215	78.223

Fonte: Controladoria

5.2.2 - Segregação de Ativos

Em 30 de novembro de 2016 o valor total dos ativos referentes ao processo de migração ainda estava contabilizado no Plano Misto, entretanto, apartado e segregado por plano.

O ativo líquido de cada plano de benefícios foi composto conforme descrito no quadro abaixo.

DESCRIÇÃO	PLANO MISTO	PLANO PREVER	R$ MIL
ATIVO TOTAL - A	**234.816**	**78.494**	**313.310**
DISPONÍVEL	**147**	**23**	**169**
REALIZÁVEL	**234.669**	**78.472**	**313.141**
GESTÃO PREVIDENCIAL	**4.260**	**78.420**	**82.680**
Contribuições	1.091	730	1.821
Contribuições Contratadas	2.925	0	2.925
Depósitos Judiciais/Recursais	244	0	244
Migração Entre Planos	0	77.690	77.690
GESTÃO ADMINISTRATIVA	**753**	**42**	**795**
INVESTIMENTOS	**229.656**	**10**	**229.666**
TÍTULOS E FUNDOS	**226.058**	**10**	**226.068**
Marcados na Curva	**123.172**	0	**123.172**
Plano Misto	123.172	0	123.172
Plano Prever	0	0	0
Marcados a Mercado	**102.886**	**10**	**102.896**
Plano Misto	27.657	0	27.657
Plano Prever	75.230	10	75.240
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	2.001	0	2.001
EMPRÉSTIMOS	1.596	0	1.596
(-) EXIGÍVEL OPERACIONAL - B	**-78.353**	**-200**	**-78.553**
(-) EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - C	**-145**	**0**	**-145**
(-) FUNDOS - D	**-1.181**	**-42**	**-1.223**
(+) SUPERÁVIT TÉCNICO - E	**-2.921**	**0**	**-2.921**
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO = A + B + C + D + E	**152.215**	**78.253**	**230.468**
(-) Novas adesões ao Plano Prever de Participantes Ativos	0	-30	-30
TOTAL DO ATIVO LÍQUIDO PARA EFEITO DE MIGRAÇÃO	**152.215**	**78.223**	**230.438**

Fonte: Controladoria

O estudo realizado pelos atuários, referente à carta CA/027-2016/EA acima citada, serviu de base para o Núcleo de Investimentos apurar a proporção ideal dos ativos líquidos por plano, resultando nos percentuais informados no quadro a seguir.

PERCENTUAL DE PATRIMÔNIO A SER MIGRADO

ATIVO LÍQUIDO PARA EFEITO DE MIGRAÇÃO - NOV/2016	R$ MIL	%
PLANO MISTO	152.215	66,05
PLANO PREVER	78.223	33,95
TOTAL	230.438	100,00

Fonte: Equipe Atuarial

Os critérios para a escolha dos ativos a migrar foram determinados no *Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos*, entretanto respeitou-se também as particularidades e a composição dos ativos do Plano Misto, conforme descrito no Relatório Circunstanciado nº 05/2016 emitido em 31 de janeiro de 2017 pelo Núcleo de Investimentos.

No quadro abaixo demonstra-se o montante dos investimentos já segregados por plano de benefícios que serviram de base para a transferência de recursos em dezembro de 2016.

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS E MIGRAR DO PLANO MISTO PARA O PLANO PREVER EM 30/11/2016

DESCRIÇÃO	PLANO MISTO	PLANO PREVER	R$ MIL
Investimentos	**153.025**	**76.630**	**229.656**
Títulos Públicos	90.160	58.481	148.641
Créditos Privados e Depósitos	32.502	12.780	45.282
Ações	479	239	718
Sociedade de Propósito Específico	3.594	1.650	5.243
Fundos de Investimentos	24.094	2.080	26.174
Investimentos Imobiliários	1.322	679	2.001
Emprestimos e Financiamentos	875	721	1.596
Ajustes Patrimoniais	**2.211**	**1.059**	**3.270**
Divida Contratada	1.873	978	2.851
Parcela de Empréstimos	-	54	54
Fundo de empéstimos	338	27	365
Total Geral	**155.236**	**77.690**	**232.926**

Fonte: Controladoria

Em 30 de novembro de 2016 foi registrado o valor de R$ 77.690 mil referente à transferência dos ativos do Plano de Benefícios II - Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, contabilizados em *Recursos a migrar entre planos de benefícios*.

Considerando que a maioria dos ativos financeiros do Plano Misto é classificada na categoria de títulos mantidos até o vencimento, e que o Plano Prever foi constituído na modalidade de contribuição definida, fez-se necessária a mudança da marcação de ativos da curva para mercado. Para tal, a FUNDAÇÃO solicitou autorização da PREVIC, que foi atendida através do Ofício nº 3634/2016/CGMI/DIACE/PREVIC em 21 de novembro de 2016.

Nos quadros a seguir, demonstra-se a posição em 30 de novembro de 2016 dos ativos de investimentos, fundos de empréstimos e de contribuições contratadas que foram segregados do Plano Misto ao Plano Prever em decorrência do processo de migração.

TÍTULOS PÚBLICOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Emissão	Venc.	Plano Misto		Plano Prever	
			Valor Líquido Total - R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
			Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
NTN-B						
D425572A	14/01/2015	15/05/2055	200	592	200	592
D449821A	14/01/2015	15/05/2055	1.000	2.960	1.000	2.960
D489821A	14/01/2015	15/05/2055	410	1.214	410	1.214
D517108A	14/01/2015	15/05/2055	800	2.368	-	-
D544883	14/01/2015	15/05/2055	1.530	4.529	1.530	4.529
D598850	14/01/2015	15/05/2055	560	1.657	560	1.657
D706686	14/01/2015	15/05/2055	1.060	3.137	1.060	3.137
D729365	14/01/2015	15/05/2055	300	888	300	888
D760307	14/01/2015	15/05/2055	400	1.184	400	1.184
D766679A	14/01/2015	15/05/2055	400	1.184	400	1.184
D790773	14/01/2015	15/05/2055	400	1.184	400	1.184
D806149	14/01/2015	15/05/2055	410	1.214	410	1.214
D815403	14/01/2015	15/05/2055	200	592	200	592
D815511A	14/01/2015	15/05/2055	400	1.184	400	1.184
B208054A	10/02/2010	15/08/2050	1.300	3.987	-	-
B232801	10/02/2010	15/08/2050	330	1.018	-	-
B232802	10/02/2010	15/08/2050	100	309	-	-
B242591	10/02/2010	15/08/2050	1.262	3.881	-	-
B242592A	10/02/2010	15/08/2050	1.000	3.080	-	-
B289353	10/02/2010	15/08/2050	630	1.935	-	-
B308526A	10/02/2010	15/08/2050	250	747	250	747
D274073A	10/02/2010	15/08/2050	600	1.792	600	1.792
D401421A	10/02/2010	15/08/2050	565	1.688	565	1.688
D417917	10/02/2010	15/08/2050	400	1.195	400	1.195
D818534	10/02/2010	15/08/2050	330	986	330	986
B256665	15/08/2004	15/05/2045	414	1.257	-	-
B256697A	15/08/2004	15/05/2045	208	630	-	-
B298591	15/08/2004	15/05/2045	250	751	-	-
B402930	15/08/2004	15/05/2045	1.000	3.057	-	-
B406951A	15/08/2004	15/05/2045	1.750	5.303	-	-
E309568A	15/08/2004	15/05/2045	358	1.050	358	1.050
E344969	15/08/2004	15/05/2045	284	833	284	833
E362547	15/08/2004	15/05/2045	135	401	-	-
E435233	15/08/2004	15/05/2045	473	1.388	473	1.388
B256687	10/02/2010	15/08/2040	208	645	-	-
B289288	10/02/2010	15/08/2040	601	1.867	-	-
B336356	10/02/2010	15/08/2040	500	1.559	-	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTINUAÇÃO - TÍTULOS PÚBLICOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Emissão	Venc.	Plano Misto		Plano Prever	
			Valor Líquido Total - R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
			Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
NTN-B						
B433212A	10/02/2010	15/08/2040	250	752	250	752
B446113	10/02/2010	15/08/2040	169	510	-	-
B480819A	10/02/2010	15/08/2040	500	1.503	500	1.503
C11513A	10/02/2010	15/08/2040	2.250	6.764	2.250	6.764
C529883	10/02/2010	15/08/2040	400	1.202	400	1.202
C545144	10/02/2010	15/08/2040	570	1.718	-	-
C545502A	10/02/2010	15/08/2040	15	45	-	-
C545503A	10/02/2010	15/08/2040	200	603	-	-
C545504A	10/02/2010	15/08/2040	175	528	-	-
B326402	07/03/2006	15/05/2035	459	1.405	-	-
B433214	07/03/2006	15/05/2035	85	246	-	-
B463692	07/03/2006	15/05/2035	699	2.030	-	-
B480818A	07/03/2006	15/05/2035	455	1.305	-	-
B489761	07/03/2006	15/05/2035	224	659	224	659
B499564	07/03/2006	15/05/2035	59	174	59	174
B528322	07/03/2006	15/05/2035	1.340	3.941	1.340	3.941
B542034	07/03/2006	15/05/2035	241	709	241	709
B546975	07/03/2006	15/05/2035	130	371	-	-
B565529	07/03/2006	15/05/2035	270	794	270	794
B573494	07/03/2006	15/05/2035	1.001	2.944	1.001	2.944
B573709A	07/03/2006	15/05/2035	1.000	2.941	1.000	2.941
C515439A	07/03/2006	15/05/2035	810	2.400	-	-
B344986A	10/02/2010	15/08/2030	62	191	-	-
B349327	10/02/2010	15/08/2030	78	240	-	-
B380899A	10/02/2010	15/08/2030	100	308	-	-
B419677	10/02/2010	15/08/2030	30	90	-	-
B485247	10/02/2010	15/08/2030	785	2.310	-	-
B537124	10/02/2010	15/08/2030	220	644	-	-
B595673	10/02/2010	15/08/2030	260	751	-	-
B603307	10/02/2010	15/08/2030	260	750	-	-
B611842	10/02/2010	15/08/2030	250	722	-	-
B635547	10/02/2010	15/08/2030	105	302	-	-
B639630	10/02/2010	15/08/2030	87	261	87	261
B652317	10/02/2010	15/08/2030	125	375	125	375
B657248	10/02/2010	15/08/2030	200	601	200	601
B680282	10/02/2010	15/08/2030	1.000	3.004	1.000	3.004
B741504A	10/02/2010	15/08/2030	675	1.880	-	-
B766293A	10/02/2010	15/08/2030	220	661	220	661
C120516	10/02/2010	15/08/2030	1.500	4.369	-	-
C665176	10/02/2010	15/08/2030	127	385	-	-
C686499	10/02/2010	15/08/2030	165	498	-	-
C693661	10/02/2010	15/08/2030	723	2.200	-	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTINUAÇÃO - TÍTULOS PÚBLICOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Emissão	Venc.	Plano Misto		Plano Prever	
			Valor Líquido Total - R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
			Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
NTN-B						
D311399	10/02/2010	15/08/2030	20	60	-	-
D311404	10/02/2010	15/08/2030	33	100	-	-
E295311	20/01/2016	15/08/2026	363	1.045	-	-
E455900	20/01/2016	15/08/2026	343	1.021	-	-
E470455A	20/01/2016	15/08/2026	370	1.103	-	-
B873060	15/10/2003	15/08/2024	400	1.171	-	-
B887033	15/10/2003	15/08/2024	435	1.269	-	-
C33186	15/10/2003	15/08/2024	493	1.457	-	-
C458304	15/10/2003	15/08/2024	400	1.205	-	-
C501254	15/10/2003	15/08/2024	395	1.194	-	-
C508599A	15/10/2003	15/08/2024	450	1.359	-	-
D311389	15/10/2003	15/08/2024	60	177	-	-
D311391	15/10/2003	15/08/2024	200	603	-	-
D311394	15/10/2003	15/08/2024	40	121	-	-
D311396	15/10/2003	15/08/2024	270	816	-	-
D602479	15/10/2003	15/08/2024	140	414	-	-
D609364	15/10/2003	15/08/2024	127	378	-	-
D683839	15/10/2003	15/08/2024	348	1.032	-	-
E821702A	15/01/2014	15/05/2023	265	779	-	-
B358283	13/10/2011	15/08/2022	199	610	-	-
B830378	13/10/2011	15/08/2022	43	127	-	-
C113699A	13/10/2011	15/08/2022	1.000	2.980	-	-
C62911	13/10/2011	15/08/2022	816	2.421	-	-
B830377	14/01/2009	15/08/2020	175	522	-	-
B894151	14/01/2009	15/08/2020	500	1.480	-	-
B971048	14/01/2009	15/08/2020	90	269	-	-
C4511A	14/01/2009	15/08/2020	744	2.216	-	-
D311346	14/01/2009	15/08/2020	134	397	-	-
B915633	13/10/2011	15/08/2018	242	725	-	-
C55258	13/10/2011	15/08/2018	500	1.501	-	-
D311304	13/10/2011	15/08/2018	60	181	-	-
D311307	13/10/2011	15/08/2018	52	156	-	-
D311316	13/10/2011	15/08/2018	50	150	-	-
39053158	09/05/2007	15/05/2017	242	705	-	-
39053207	09/05/2007	15/05/2017	195	578	-	-
39053209	09/05/2007	15/05/2017	30	89	-	-
39056395	09/05/2007	15/05/2017	37	108	-	-
39056397	09/05/2007	15/05/2017	7	20	-	-
NTN-F						
39056988	09/03/2012	01/01/2023	790	773,02	-	-
TOTAL			**50.350**	**148.641**	**19.697**	**58.481**

Fonte: Núcleo de Investimentos

CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Mercado Curva	Emissão	Venc.	Plano Misto		Plano Prever	
				Valor Líquido Total- R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
				Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
CDB							
58860129	0	04/06/2013	04/07/2017	90	143	-	-
CDBPS							
39109835	0	28/12/2006	28/12/2016	598	634	-	-
39109886	0	28/12/2006	28/12/2016	299	317	-	-
39109918	0	28/12/2006	28/12/2016	46	49	-	-
39109946	0	28/12/2006	28/12/2016	92	98	-	-
CRI							
39056609	0	12/10/2008	12/01/2022	2	578	-	-
39056610	0	12/10/2008	12/01/2022	1	289	-	-
39056611	0	12/10/2008	12/01/2022	1	284	-	-
DE252							
39056442	10,8645	15/02/2012	15/02/2022	1.535	1.918	1.535	1.918
39056443	7,8888	11/11/2011	11/11/2023	2.500	2.055	2.500	2.055
39056448	9,1718	15/06/2011	15/06/2018	70	686	70	686
39056452	0	15/01/2011	15/10/2022	41	50	-	-
39056453	0	15/01/2011	15/07/2022	41	51	-	-
39056458	9,5879	15/01/2011	15/04/2022	41	51	-	-
39056461	0	15/01/2011	15/01/2023	375	523	375	523
39056462	9,5879	15/01/2011	15/04/2022	375	466	-	-
39056463	0	15/01/2011	15/07/2022	375	472	-	-
39056464	0	15/01/2011	15/10/2022	375	463	-	-
39056608	0	15/01/2011	15/01/2023	41	56	41	56
42465665	8,311	15/07/2012	15/07/2019	200	2.961	200	2.961
47188444	0	15/09/2012	15/09/2019	1.700	2.331	-	-
49375173	8,9705	15/12/2012	15/12/2024	700	852	700	852
B958028	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	900	1.239	900	1.239
C289058	0	15/12/2010	15/01/2017	1.830	2.894	-	-
C783241	0	25/04/2012	15/05/2019	923	1.293	-	-
C831960	0	25/04/2012	15/05/2019	880	1.229	-	-
C920765A	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	300	413	300	413
C942817A	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	259	357	259	357
C974066A	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	301	414	301	414
D18291A	0	25/04/2012	15/05/2019	235	328	-	-
D201881A	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	360	496	360	496
D214494A	0	25/04/2012	15/05/2019	1.000	1.385	-	-
D222635	0	25/04/2012	15/05/2019	710	986	-	-
D25402A	0	25/04/2012	15/05/2019	900	1.254	-	-
D264311A	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	200	275	200	275
D311278	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	88	121	88	121
D311287	0	25/04/2012	15/05/2019	290	403	-	-
D63242A	0	25/04/2012	15/05/2019	900	1.247	-	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTINUAÇÃO - CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Mercado Curva	Emissão	Venc.	Plano Misto		Plano Prever	
				Valor Líquido Total- R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
				Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
DE252							
D78406A	6,7847	25/04/2012	15/05/2019	300	413	300	413
E867840	0	15/12/2012	15/12/2024	1.300	1.812	-	-
E874142	0	15/06/2011	15/06/2018	130	1.289	-	-
E874143	0	15/02/2012	15/02/2022	3.075	4.486	-	-
E874144	0	11/11/2011	11/11/2023	5.000	4.120	-	-
DPGE							
45773626	0	13/04/2012	13/03/2017	1.000	1.847	-	-
45774113	0	16/04/2012	16/03/2017	500	924	-	-
45774114	0	18/04/2012	18/01/2017	400	729	-	-
TOTAL				**31.279**	**45.281**	**8.129**	**12.780**

Fonte: Núcleo de Investimentos

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Plano Misto		Plano Prever	
	Valor Líquido Total- R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
	Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
BNPMATCH	70.609	16.695	4.885	1.155
PREMIUM	699.518	6.701	0	-
RBBV11	40.000	2.778	13.320	925
Total	**810.127**	**26.174**	**18.205**	**2.080**

Fonte: Núcleo de Investimentos

RENDA VARIÁVEL DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Código	Mercado Curva	Emissão	Venc.	Plano Misto		Plano Prever	
				Valor de Mercado Líquido - R$ MIL		Valores Segregados - R$ MIL	
				Quantidade	30/11/16	Quantidade	30/11/16
CIAS ABERTAS							
BRAP4				9.828	147	3.273	49
CSNA3				20.697	257	6.892	86
GGBR4				10.042	136	3.344	45
GOAU4				5.571	33	1.855	11
ITSA4				3.726	32	1.241	11
RUMO3				992	6	330	2
USIM5				25.752	107	8.575	36
SPE							
DEBI							
60744593	8,9494	15/06/2013	15/06/2028	1.300	1.650	1.300	1.650
E867841	0	15/06/2013	15/06/2028	2.700	3.594	-	-
TOTAL				**80.608**	**5.961**	**26.810**	**1.889**

Fonte: Núcleo de Investimentos

IMÓVEIS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Descrição	R$ MIL	
	Plano Misto	Plano Prever
	Valor Total	Valor Segregado
Imóvel Uso Próprio	440	149
Participação Shopping Center	1.551	527
Direitos em Alienações de Investimentos	9	3
Total	**2.001**	**679**

Fonte: Núcleo de Investimentos

EMPRÉSTIMOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Descrição	Saldo devido - R$ MIL	
	Plano Misto	Plano Prever
	Valor Total	Valor Segregado
Empréstimos Patrocinador Ascar	1.444	720
Empréstimos Acordo de Dívida	141	43
Empréstimos Patrocinador Fapers	11	12
Total	**1.596**	**775**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Em decorrência da segregação de ativos de empréstimos do Plano Misto para o Plano Prever, realizou-se a migração dos Fundos de Investimentos no valor de R$ 27 mil, conforme quadro abaixo.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Descrição	R$ MIL	
	Plano Misto	Plano Prever
	Valor Total	Valor Segregado
Fundo Cobertura Emprést. por morte ou invalidez	328	26
Fundo Garantidor Emprést. por inadimplência	10	1
Total	**338**	**27**

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Descrição	Saldo devedor - R$ MIL	
	Plano Misto	Plano Prever
	Valor Total	Valor Segregado
Patrocinador Ascar	2.831	971
Patrocinador Fapers	20	7
Total	**2.851**	**978**

Fonte: Controladoria

Das Contribuições Contratadas do Plano Misto, referentes ao equacionamento do *déficit* do plano em junho de 2013, firmado entre os Patrocinadores ASCAR e FUNDAÇÃO, em 30 de novembro de 2016 realizou-se a migração ao Plano Prever, conforme descrito nos itens 6.2 e 6.3 das notas explicativas.

Os valores referentes aos ativos de investimentos, fundos de empréstimos e de contribuições contratadas foram efetivamente transferidos do Plano Misto para o Plano Prever entre 01 e 13 de dezembro de 2016. No dia 29 de dezembro de 2016, a Gestão da Entidade apurou o valor necessário de R$ 1.166 mil para compor o ativo líquido do Plano Prever, mas o valor calculado pelo Custodiante, no momento da conversão, foi acima do estimado. Por esta razão, o total de ativos convertidos ultrapassou o valor necessário de transferência para o Plano Prever, ficando, em 31 de dezembro de 2016, o saldo de R$ 110 mil a ser devolvido ao Plano Misto, registrados nas contas contábeis de R*ecursos a receber e a pagar entre planos de benefícios* e zerando o saldo referente aos *Recursos a migrar entre planos de benefícios*.

5.2.2.1 - Resultado da Precificação de Curva para Mercado na Segregação de Ativos

Para atender às exigibilidades da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, com ênfase nos artigos 6º e 8º, destaca-se, nos quadros a seguir, os títulos que foram convertidos da categoria de *mantidos até o vencimento (na curva)* para a categoria *de negociação (mercado)*, considerando o decorrente impacto na cota patrimonial do Plano Misto, no fechamento contábil de 30 de novembro de 2016, e os ganhos e perdas, as faixas de vencimento, os valores de custo e de mercado e o resultado por título, da referida reclassificação.

RESULTADO DA PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DA CURVA PARA MERCADO - R$MIL

Código	Títulos com Código Reclassificados	Vencimento	Quantidade	Plano Misto			
				Custo Aquisição	Valor na Curva	Valor de Mercado	Resultado de Curva para Mercado
NTN-B							
D449821A	Vendido 12/12/16	15/05/2055	1.000	2.512	2.858	2.960	101
D544883	Vendido 09/12/16	15/05/2055	1.530	3.984	4.420	4.529	109
D729365	Vendido 13/12/16	15/05/2055	300	792	872	888	16
D760307	Vendido 13/12/16	15/05/2055	400	1.059	1.159	1.184	25
D425572A	E930724	15/05/2055	200	491	563	592	29
D489821A	E930724	15/05/2055	410	1.005	1.131	1.214	82
D598850	E930724	15/05/2055	560	1.487	1.630	1.657	28
D706686	E930724	15/05/2055	1.060	2.884	3.190	3.137	-52
D766679A	E930724	15/05/2055	400	1.019	1.114	1.184	70
D790773	E930724	15/05/2055	400	1.003	1.092	1.184	92
D806149	E930724	15/05/2055	410	1.000	1.085	1.214	129
D815403	E930724	15/05/2055	200	497	539	592	53
D815511A	E930724	15/05/2055	400	994	1.077	1.184	107
B308526A	E930723-Vendido 19/12/16	15/08/2050	250	591	760	747	-13
D274073A	E930723-Vendido 19/12/16	15/08/2050	600	1.487	1.753	1.792	39
D401421A	E930723-Vendido 19/12/16	15/08/2050	565	1.490	1.718	1.688	-31
D417917	E930723-Vendido 19/12/16	15/08/2050	400	1.019	1.170	1.195	24

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTINUAÇÃO - RESULTADO DA PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS DA CURVA PARA MERCADO - R$MIL

Código	Títulos com Código Reclassificados	Vencimento	Quantidade	Plano Misto			
				Custo Aquisição	Valor na Curva	Valor de Mercado	Resultado de Curva para Mercado
NTN-B							
D818534	E930723-Vendido 19/12/16	15/08/2050	330	807	903	986	82
E309568A	E930725-Vendido 19/12/16	15/05/2045	358	1.015	1.024	1.050	26
E344969	E930726-Vendido 19/12/16	15/05/2045	284	825	829	833	5
E435233	E930727-Vendido 19/12/16	15/05/2045	473	1.355	1.377	1.388	11
B433212A	E930721	15/08/2040	250	571	727	752	25
B480819A	E930721	15/08/2040	500	1.136	1.439	1.503	65
C11513A	E930721	15/08/2040	2.250	5.060	6.279	6.764	485
C529883	E930721	15/08/2040	400	1.001	1.196	1.202	6
B489761	E930720	15/05/2035	224	504	638	659	21
B499564	E930720	15/05/2035	59	130	165	174	9
B528322	E930720	15/05/2035	1.340	3.005	3.793	3.941	148
B542034	E930720	15/05/2035	241	546	687	709	22
B565529	E930720	15/05/2035	270	611	766	794	28
B573494	E930720	15/05/2035	1.001	2.264	2.838	2.944	106
B573709A	E930720	15/05/2035	1.000	2.248	2.817	2.941	124
B639630	E930719	15/08/2030	87	200	249	261	12
B652317	E930719	15/08/2030	125	286	356	375	19
B657248	E930719	15/08/2030	200	458	570	601	31
B680282	E930719	15/08/2030	1.000	2.280	2.835	3.004	169
B766293A	E930719	15/08/2030	220	494	611	661	50
TOTAL			**19.697**	**48.110**	**56.231**	**58.481**	**2.251**

Fonte: Núcleo de Investimentos

RESULTADO DA PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITOS PRIVADOS E SPE DA CURVA PARA MERCADO - R$MIL

Código	Títulos com Código Reclassificados	Mercado Curva	Vencimento	Quantidade	Plano Misto			
					Custo Aquisição	Valor na Curva	Valor de Mercado	Resultado de Curva para Mercado
DE252								
39056442	E930714	10,8645	15/02/2022	1.535	1.55	2.239	1.918,20	-321
39056443	E930716	7,8888	11/11/2023	2.500	2.544	2.060	2.055,46	-4
39056448	E930695	9,1718	15/06/2018	70	706	694	685,97	-8
39056461	E930710	0	15/01/2023	375	386	482	466	-16
39056608	E930710	0	15/01/2023	41	41	52	51	-1
42465665	E930713	8,311	15/07/2019	200	2.004	2.930	2.960,84	31
49375173	E930717	8,9705	15/12/2024	700	703	976	851,74	-124
C920765A	E930710	6,7847	15/05/2019	300	339	416	413,03	-3
C942817A	E930711	6,7847	15/05/2019	259	292	359	357	-2
C974066A	E930711	6,7847	15/05/2019	301	340	417	414	-2
D264311A	E930711	6,7847	15/05/2019	200	227	274	275	1
D78406A	E930711	6,7847	15/05/2019	300	337	413	413	0
B958028	E930707	6,7847	15/05/2019	900	1.065	1.244	1.239	-5
D201881A	E930707	6,7847	15/05/2019	360	410	497	496	-1
D311278	E930707	6,7847	15/05/2019	88	100	121	121	0
DEBI					-	-	-	
60744593	E930718	8,9494	15/06/2028	1.300	1.308	1.730	1.650	-81
TOTAL				**9.429**	**12.352**	**14.903**	**14.367**	**-536**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Nota 6 - Contribuições Contratadas e *Défict* Técnico

6.1 - Contribuições Contratadas - em 24 de Abril de 2013

O montante das Contribuições Contratadas registradas na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida firmado em 30/11/2000 entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador ASCAR foi recomposto em 29 de dezembro de 2009 através de Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida. Em 09 de março de 2012, a FUNDAÇÃO e a ASCAR protocolaram junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida do Patrocinador ASCAR com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012. Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais anteriores. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013 conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS.

As novas escrituras de Confissão de Dívida foram pactuadas e assinadas entre a FUNDAÇÃO e o Patrocinador FUNDAÇÃO em 24 de abril de 2013. Nesta mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FUNDAÇÃO com seus participantes, foram firmados Termos de Confissão de Dívida.
Durante as negociações da dívida do Patrocinador, houve a necessidade de segregação do montante da dívida em dois contratos: um contendo a dívida financeira e outro com o *déficit* atuarial, em função da origem das dívidas.

Assim, considerando os novos fatos geradores acima descritos e a Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do PGS, base Janeiro/2013, emitido pela empresa Equipe Atuarial em maio/2013, houve a necessidade de reclassificação contábil da dívida atuarial e da dívida financeira dos planos de benefícios PBD-I e PGS, contabilizada em 24/04/2013, como segue:

6.1.1 - Dívida Financeira

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano de Benefício Definido I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FUNDAÇÃO passou a ser de R$ 1.253 mil na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 1.520 mil, registrado na conta contábil 1.2.1.1.04.01.04.01. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R$ 1.462 mil.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2016 foram:

ESCRITURA Nº 22807 DE 24/04/2013 - DÍVIDA FINANCEIRA PATROCINADOR ASCAR - PBD-I

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
33	05/01/2016	11	39	04/07/2016	11
34	02/02/2016	11	40	02/08/2016	11
35	02/03/2016	11	41	02/09/2016	12
36	04/04/2016	11	42	04/10/2016	12
37	03/05/2016	11	43	03/11/2016	12
38	02/06/2016	11	44	02/12/2016	12
TOTAL RECEBIDO EM 2016- R$ Mil					136

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a FUNDAÇÃO passou a ser de R$ 18.537 mil, na data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 22.096 mil, registrado na conta contábil 1.2.1.1.04.01.04.02. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R$ 21.258 mil.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2016 foram:

ESCRITURA Nº 22808 DE 24/04/2013 - DÍVIDA FINANCEIRA PATROCINADOR ASCAR - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
36	05/01/2016	158	42	04/07/2016	167
37	02/02/2016	159	43	02/08/2016	168
38	02/03/2016	162	44	02/09/2016	168
39	04/04/2016	163	45	04/10/2016	169
40	03/05/2016	164	46	03/11/2016	170
41	02/06/2016	165	47	02/12/2016	170
TOTAL RECEBIDO EM 2016- R$ Mil					1.983

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.1.2 - Dívida Oriunda do *Déficit* Atuarial

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR ASCAR

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a FUNDAÇÃO era de R$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012.

O montante principal de R$ 35.366 mil que compete ao patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 42.927 mil, registrado na conta contábil 1.2.1.1.04.03.01.01. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R$ 41.270 mil.

A dívida que compete ao Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

As parcelas recebidas do Patrocinador ASCAR no decorrer de 2016 foram:

ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - DÍVIDA ATUARIAL PATROCINADOR ASCAR - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
33	05/01/2016	305	39	04/07/2016	321
34	02/02/2016	307	40	02/08/2016	323
35	02/03/2016	312	41	02/09/2016	325
36	04/04/2016	315	42	04/10/2016	326
37	03/05/2016	316	43	03/11/2016	327
38	02/06/2016	318	44	02/12/2016	327
TOTAL RECEBIDO EM 2016 - R$ Mil					3.822

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis - Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 2.518 mil.

Participantes Ativos Elegíveis e Assistidos - O montante que compete a este grupo era R$ 32.848 mil, equacionados conforme segue:

Participantes Ativos Elegíveis - Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual, a partir da inclusão do mesmo em benefício, quando passará a ser participante assistido.

Até abril de 2015 os valores referentes às contribuições dos participantes Ativos Elegíveis eram determinados com base no *Fundo para Risco Iminente*, de acordo com as regras estipuladas na Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013. A finalidade deste Fundo era de demonstrar o resultado da economia para o Plano PGS proveniente dos participantes que já tem condições de se aposentar e não o fazem. Em 17 de abril de 2015 a Equipe Atuarial Ltda emitiu o Parecer Atuarial nº 005/2015, solicitando a reversão deste Fundo, pois o mesmo não é necessário para garantia de alguma operação do Plano que venha a ocorrer e que não esteja amparada pelas Provisões. Realizou-se a reversão do saldo do Fundo em questão em 30 de abril de 2015, extinguindo-se, assim, o *Fundo para Risco Iminente*.

Participantes Assistidos - Pagarão Contribuições Extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual.

Descontos efetuados em Folha de Benefícios do Plano Geral Saldado em 2016:

DIVIDA ATUARIAL PGS - ESCRITURA Nº 22806 DE 24/04/2013 - CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES

DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ MIL	DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ MIL
janeiro-16	29/01/2016	280	agosto-16	31/08/2016	281
fevereiro-16	29/02/2016	277	setembro-16	30/09/2016	283
março-16	31/03/2016	278	outubro-16	31/10/2016	284
abril-16	29/04/2016	280	novembro-16	30/11/2016	306
maio-16	31/05/2016	278	dezembro-16	20/12/2016	307
junho-16	30/06/2016	278	Abono 2016	20/12/2016	303
julho-16	29/07/2016	281			
Total Recebido em 2016					3.716

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS - PATROCINADOR FUNDAÇÃO

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado, firmado em 24 de abril de 2013, data base de 31/01/2013, a dívida referente ao *déficit* atuarial do Patrocinador FUNDAÇÃO para com o PGS era de R$ 306 mil, corrigido pelo INPC + 6% ao ano de juros

até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador FUNDAÇÃO e seus empregados.

O patrocinador FUNDAÇÃO reconheceu a dívida de R$ 153 mil e se comprometeu a saldá-la no prazo de 21 anos, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações, sendo o vencimento da última em 30 de abril de 2034. Após 24 de abril de 2013 as demais parcelas também serão corrigidas pelo INPC + 6% ao ano de juros.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 185 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.02.01. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo era de R$ 178 mil.

O montante que compete ao Patrocinador FUNDAÇÃO será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA.

As parcelas recebidas do Patrocinador FUNDAÇÃO no decorrer de 2016 foram:

TERMO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA DE 24/04/2013 - PATROCINADOR FAPERS - PGS

PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL	PARCELA Nº	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR DA PARCELA RECEBIDA - R$ MIL
33	05/01/2016	1	39	04/07/2016	1
34	02/02/2016	1	40	02/08/2016	2
35	02/03/2016	1	41	02/09/2016	2
36	04/04/2016	1	42	04/10/2016	2
37	03/05/2016	1	43	03/11/2016	2
38	02/06/2016	1	44	02/12/2016	2
TOTAL RECEBIDO EM 2016- R$ Mil					17

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 153 mil citados no Termo como dívida dos participantes, serão equacionados com contribuições extraordinárias de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do PGS emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, sendo contabilmente classificados como segue:

Participantes Ativos Não Elegíveis - Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 11 mil.

Participantes Ativos Elegíveis - O montante que compete a este grupo era R$ 142 mil. Participantes que já cumpriram todas as exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo.

Neste grupo, do Patrocinador FUNDAÇÃO no Plano Geral Saldado, se inclui um único participante.

Participantes Assistidos - Não há.

6.2 - Equacionamento do *Déficit* Técnico do Plano Misto - Em 28 de Junho de 2013

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e FUNDAÇÃO a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do *Déficit* Técnico do Plano Misto.

Na mesma data, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FUNDAÇÃO, foi firmado um Termo de Confissão de Dívida.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23/07/2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02/10/2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes ativos e assistidos.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda em 05 de julho de 2013.

O montante total do *déficit* técnico considerado foi de R$ 7.628 mil, registrado em 28 de junho de 2013, conforme a Nota Técnica dos atuários já mencionada, com base nos resultados de dezembro/2012, utilizando-se a tábua AT 2000 e taxa de juros de 5,5% ao ano.

6.2.1 - Patrocinador Ascar

Foi pactuado que a dívida de R$ 3.787 mil que compete ao patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 971 mil da dívida referente ao patrocinador ASCAR para *Déficit Técnico a Contratar* do Plano Prever.

O valor atualizado da dívida do Plano Misto do Patrocinador ASCAR em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 1.869 mil, registrados na conta contábil 1.1.1.2.04.03.01.03, conforme demonstra-se no quadro abaixo.

QUADRO RESUMO CONTRIBUIÇÃO CONTRATADA ESCRITURA Nº 23091 EM 2016 - R$ MIL

PLANO	SALDO EM 31/12/2015	PARCELAS RECEBIDAS 2016	CORREÇÃO JUROS E INPC 2016	MIGRAÇÃO EM 13/12/2016	SALDO EM 31/12/2016
PLANO MISTO	3.320	866	386	971	1.869

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.2.2 - Patrocinador Fundação

De acordo com o Termo de Confissão de Dívida do Plano de Benefício II Plano Misto, firmado em 28 de junho de 2013, data base 31 de dezembro de 2012, a dívida referente ao *déficit* atuarial do Patrocinador FUNDAÇÃO para com o Plano Misto era de R$ 27 mil, corrigido pelo INPC + 5,5% ao ano de juros até a data do termo, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com o artigo 21 da Lei Complementar 109/2001, entre o patrocinador FUNDAÇÃO e seus empregados.

O patrocinador FUNDAÇÃO se comprometeu a saldá-la no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

O montante que compete ao Patrocinador FUNDAÇÃO será equacionado pelo Plano de Gestão Administrativa PGA.

Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 7 mil da dívida referente ao patrocinador FUNDAÇÃO para *Déficit Técnico a Contratar* do Plano Prever.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 13 mil, registrado na conta contábil 1.1.1.2.04.03.02.03 conforme demonstra-se no quadro abaixo.

QUADRO RESUMO CONTRIBUIÇÃO CONTRATADA ADITIVO DO TERMO CONFISSÃO DE DÍVIDA EM 2016 - R$ MIL

PLANO	SALDO EM 31/12/2015	PARCELAS RECEBIDAS 2016	CORREÇÃO JUROS E INPC 2016	MIGRAÇÃO EM 13/12/2016	SALDO EM 31/12/2016
PLANO MISTO	23	6	3	7	13

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.2.3 - Participantes

De acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do *Déficit* Técnico Atuarial do Plano Misto de 05/07/2013, a parte da dívida que compete aos participantes ativos será equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (conta contábil 2.3.1.1.02.01.02) e o equacionamento dos participantes assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, descontadas em folha de benefícios, desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto FUNDAÇÃO.

No quadro a seguir demonstra-se os descontos efetuados em Folha de Benefícios do Plano Misto em 2016.

DIVIDA ATUARIAL PM - ESCRITURA Nº 23091 DE 28/06/2013 - CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ MIL	DESCONTO EM FOLHA DE BENEFÍCIOS	DATA DO RECEBIMENTO	VALOR RECEBIDO R$ MIL
janeiro-16	29/01/2016	18	agosto-16	31/08/2016	33
fevereiro-16	29/02/2016	18	setembro-16	30/09/2016	33
março-16	31/03/2016	18	outubro-16	31/10/2016	35
abril-16	29/04/2016	18	novembro-16	30/11/2016	33
maio-16	31/05/2016	18	dezembro-16	20/12/2016	33
junho-16	30/06/2016	17	Abono 2016	20/12/2016	17
julho-16	29/07/2016	17			
Total Recebido em 2016					308

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.3 - Contribuições Contratadas do Plano Prever em Decorrência do Processo de Migração do Plano Misto para o Plano Prever - Em 13 de Dezembro de 2016

Em decorrência do processo de migração, em 13 de dezembro de 2016 realizou-se a migração das Contribuições Contratadas do Plano Misto, referentes ao equacionamento do *déficit* do plano em junho de 2013, com base nos valores segregados em 30 de novembro de 2016, demonstrados no quadro abaixo, constituindo-se assim a Contribuição Contratada no Plano Prever.

CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS DO PLANO MISTO SEGREGADOS AO PLANO PREVER

Descrição	Saldo devedor - R$ MIL	
	Plano Misto	Plano Prever
	Valor Total	Valor Segregado
Patrocinador Ascar	2.831	971
Patrocinador Fapers	20	7
Total	**2.851**	**978**

Fonte: Controladoria

Considerando o disposto no *Termo Geral de Migração de Planos de Benefícios e Transferência de Ativos* e o estudo realizado pela Equipe Atuarial Ltda, descrito na carta CA/027-2016/EA, a Entidade utilizou o percentual de rateio de 34,31% para segregação do saldo remanescente necessário para compor o valor de transferência do Patrimônio Líquido do Plano Prever.

No quadro a seguir demonstra-se a base de cálculo e os percentuais de rateio apresentados pelos atuários responsáveis no estudo citado.

PERCENTUAL DE RATEIO MIGRAÇÃO CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

PLANO	ATIVO LIQUIDO PARA EFEITO DE MIGRAÇÃO - R$ MIL	%
PLANO MISTO	147.963	65,69
PLANO PREVER	77.266	34,31
TOTAL	**225.229**	**100**

Fonte: Equipe Atuarial

Do total da divida do Plano Misto de R$ 2.851 mil, realizou-se a migração de R$ 978 mil para o Plano Prever.

O montante referente ao Patrocinador ASCAR foi de R$ 971 mil, a ser saldado no prazo de três anos e seis meses, ou seja, através de 42 (quarenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, vencendo a primeira em 03 de janeiro de 2017 e tendo o último vencimento no dia 02 de junho de 2020. O registro contábil foi realizado em 13 de dezembro de 2016 na conta *Déficit Técnico a Contratar (1.2.1.1.99.01.02),* pois o Aditivo da Escritura Pública foi assinado entre as partes em 16 de março de 2017.

O valor da dívida que compete ao Patrocinador FUNDAÇÃO foi de R$ 7 mil, de acordo com o Aditivo do Termo de Confissão de Dívida do Plano Prever, firmado em 13 de dezembro de 2016. O mesmo se comprometeu a saldá-la no prazo de três anos e seis meses, ou seja, através de 42 (quarenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, vencendo a primeira em 03 de janeiro de 2017 e tendo o último vencimento no dia 02 de junho de 2020. O registro

contábil foi realizado em 13 de dezembro de 2016 na conta *Termo de Confissão de dívida Prever (1.2.1.1.04.03.02.04).*

Abaixo, demonstra-se os valores da dívida do Plano Prever em 31 de dezembro de 2016.

QUADRO RESUMO DÍVIDA PLANO PREVER EM 31/12/2016

PATROCINADOR	CONTA CONTÁBIL	R$ MIL
FUNDAÇÃO	TERMO DE CONFISSAO DE DIVIDA	7
ASCAR	DÉFICIT TÉCNICO A CONTRATAR	971
TOTAL		**978**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 7 - Depósito Judicial

Em 31 de dezembro de 2015 o valor total de Depósitos Judiciais era R$ 293 mil, sendo R$ 267 mil do Plano Misto e R$ 26 mil do PGS.

Em 01 de janeiro de 2016 transferimos o saldo da conta *Outros Realizáveis Valores a Recuperar Depósito Judicial* de nº 1.2.1.9.02.07, de cada plano de benefícios, para *Depósito Judicial* de *nº 1.2.1.5.01.01,* para fins de melhor classificação contábil.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total de Depósitos Judiciais era de R$ 260 mil, sendo R$ 244 mil do Plano Misto e R$ 16 mil do PGS, conforme movimentação demonstrada no quadro abaixo.

QUADRO RESUMO DEPÓSITOS JUDICIAIS EM 31/12/2016

DEPÓSITO JUDICIAL CONTA 1.2.1.5.01.01	PLANO MISTO	PGS
	VALOR - R$ MIL	
SALDO EM 31/12/2015	267	26
30/03/2016 - RESGATE	-25	-
10/05/2016 - DEPÓSITO	2	-
24/05/2016 - RESGATE	-	-2
08/06/2016 - RESGATE	-	-4
12/08/2016 - RESGATE	-	-5
07/10/2016 - DEPÓSITO	-	5
01/11/2016 - RESGATE	-	-4
SALDO EM 31/12/2016	**244**	**16**
TOTAL		**260**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 8 - Exigível Contingencial

De acordo com a Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011 e a IN da PREVIC de nº5 de 08 de setembro de 2011, que alterou a IN/SPC de nº 34 de 24 de setembro de 2009, as contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade.

Conforme o pronunciamento técnico do CPC nº 25 de 26/09/2009, são três os tipos de probabilidade de perda, como segue:

QUADRO RESUMO PROBABILIDADE DE PERDA DE CONTINGENCIAS

PROBABILIDADE DE PERDA	JURISPRUDÊNCIA	PROVISÃO CONTÁBIL	NOTAS EXPLICATIVAS
REMOTA	JULGADOS COM DECISÃO DESFAVORÁVEL	NÃO	NÃO
POSSIVEL	JULGADOS COM DECISÃO FAVORÁVEL E CONTRÁRIAS	NÃO	SIM
PROVÁVEL	PACIFICADO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIA E NAS CORTES SUPERIORES	SIM	SIM

Fonte: Site Comitê de Pronunciamentos Contábeis

A partir deste conceito, a FUNDAÇÃO reconheceu em seu Passivo Exigível Contingencial, no Plano Misto, em 28 de junho de 2013, o montante de R$ 82 mil, referente a um processo de caráter previdenciário cuja perda foi considerada provável pela assessoria jurídica.

Esta classificação é revista e seu valor é corrigido monetariamente a cada semestre, de acordo com relatório da assessoria jurídica da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2016 o valor total deste processo era de R$ 269 mil, e no quadro abaixo observa-se sua evolução monetária.

QUADRO RESUMO PROCESSO COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO PROVÁVEL - R$ MIL

PLANO	Nº DE PROCESSOS	TOTAL EM 31/12/2016	TOTAL EM 31/12/2015	TOTAL EM 31/12/2014	TOTAL EM 31/12/2013
PLANO MISTO	01	269	139	123	157

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para causas com perdas classificadas como possíveis **não são constituídas provisões.**

Abaixo verifica-se o quadro resumo do histórico dos processos judiciais com probabilidade de perda possível.

QUADRO RESUMO DOS PROCESSOS COM PROBABILIDADE DE PERDA GRAU DE RISCO POSSÍVEL - R$ MIL

PLANO	TIPO	EM 31/12/2016		EM 31/12/2015		EM 31/12/2014	
		QUANTIDADE	R$	QUANTIDADE	R$	QUANTIDADE	R$
PLANO MISTO	PREVIDENCIÁRIO	3	37	3	185	17	284
	EMPRÉSTIMOS	6	167	11	155	5	72
PGS	PREVIDENCIÁRIO	2	1	3	80	4	80
	EMPRÉSTIMOS	2	81	1	5	-	-
	TRABALHISTA	1	-	-	-	-	-
TOTAL		**14**	**R$ 286**	**18**	**R$ 425**	**26**	**R$ 436**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 9 - Pis e Cofins

A FUNDAÇÃO ingressou em 01 de fevereiro de 2007 com Mandado de Segurança nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001). Em 18 de maio de 2010 obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

Nota 10 - Constituição e Reversão de Fundos

10.1 - Fundos Previdenciais

10.1.1 - Conta de Oscilação de Risco - Cor

Constituída no Plano Misto com parcela do saldo da conta individual própria (CIP) do participante, a título de variabilidade atuarial, na data de início. Esta conta visa suprir eventual insuficiência da Conta Coletiva de Benefícios Concedidos (CCBC) ou dela receberá crédito proveniente de eventuais *Superávits*.

O saldo acumulado na Conta de Oscilação de Risco - COR em 31 de dezembro de 2015 era de R$ 290 mil.

Em 30 de junho de 2016 ocorreu a reversão do saldo total disponível nesta data, no valor de R$ 391 mil, de acordo com a Deliberação nº 010/2016 do Conselho Deliberativo referente Ata nº 291/2016 de 15 de julho de 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo acumulado na Conta de Oscilação de Risco - COR era de R$ 92 mil.

Abaixo, apresenta-se um quadro com o resumo da movimentação da Reserva em análise.

QUADRO RESUMO CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - COR - R$ MIL

COR	2016	2015	2014
CONSTITUIÇÃO	194	290	152
REVERSÃO	-391	-	-813
SALDO	93	290	0

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.2 - Fundos Administrativos

É Constituído ou Revertido mensalmente, conforme apuração do resultado líquido da gestão administrativa, individualmente pela gestão previdenciária e de investimentos e por cada plano de benefício. Sua remuneração se dá com base no resultado dos investimentos, apurada
pelo fluxo dos investimentos e apropriada conforme a participação de cada plano de benefício na formação do fundo.

Em dezembro de 2016 houve alteração nos percentuais de rateio do Fundo Administrativo em decorrência da inclusão do Plano de Benefícios Prever, conforme demonstrado no quadro abaixo.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO DO FUNDO ADMINISTRATIVO EM 2016

CRITÉRIO		PBD-I	PM	PGS	PREVER	TOTAL
Pelo Patrimônio do Fundo	De janeiro a novembro de 2016	41,92%	36,72%	21,36%	0,00%	100%
	Em dezembro de 2016	39,98%	29,00%	24,68%	6,34%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A constituição e reversão do Fundo Administrativo do PGA em 2016 e o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2016 de cada plano de benefícios verifica-se no seguinte quadro resumo:

QUADRO RESUMO FUNDO ADMINISTRATIVO - 2016 - R$ MIL

FUNDO ADMINISTRATIVO	PBD-I	PM	PGS	PREVER	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2015	**790**	**811**	**466**	**0**	**2.067**
CONSTITUIÇÃO	122	108	127	78	435
REVERSÃO	0	-129	0	0	-129
SALDO EM 31/12/2016	**912**	**790**	**593**	**78**	**2.373**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Mensalmente efetua-se o registro de ajuste contábil do Fundo Administrativo no balancete auxiliar *Plano de Ajuste*, em atendimento a IN nº 34 de 24/09/2009 MPS/SPC, a fim de eliminar o efeito de duplicidade de registro decorrente do processo de consolidação dos balancetes contábeis, viste que o Fundo Administrativo é registrado tanto no Plano de Gestão Administrativa quanto nos Planos de Benefícios.

10.3 - Fundos de Investimentos

Registrado no grupo de contas contábeis 2.3.2.3., é formado pelo Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou invalidez e pelo Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência.

10.3.1 - Fundo de Cobertura de Empréstimo por Morte ou Invalidez

Constituído para fazer frente à cobertura do saldo devedor dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento e/ou invalidez permanente, registrado na conta contábil 2.3.2.3.01 de cada plano de benefícios. No quadro abaixo, demonstra-se o saldo do mesmo em 31 de dezembro de 2016.

QUADRO RESUMO 2016 - FDO. COB. EMPREST. P/ MORTE OU INVALIDEZ - R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	PREVER	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2015	5	319	59	0	383
CONSTITUIÇÃO	0	-17	8	26	17
SALDO EM 31/12/2016	**5**	**302**	**67**	**26**	**400**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.3.2 - Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência - FGE

Constituído para compensar eventuais inadimplências de empréstimo pessoal, registrado na conta contábil 2.3.2.3.03 de cada plano de benefícios.

No quadro abaixo, demonstra-se o saldo do mesmo em 31 de dezembro de 2016.

QUADRO RESUMO 2016 - FDO. GAR. EMPREST. POR INADIMPLÊNCIA - FGE - R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	PREVER	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2015	0	8	3	0	11
CONSTITUIÇÃO	0	2	1	1	4
SALDO EM 31/12/2016	**0**	**10**	**4**	**1**	**15**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

10.3.3 - Total dos Fundos de Investimentos

No quadro abaixo demonstra-se a movimentação dos Fundos de Investimentos em 2016, e o saldo acumulado em 31 de dezembro de 2016 de cada plano de benefícios.

QUADRO RESUMO 2016 - FUNDOS DOS INVESTIMENTOS - R$ MIL

	PBD-I	PM	PGS	PREVER	CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2015	5	327	62	0	394
CONSTITUIÇÃO	0	-15	9	27	21
SALDO EM 31/12/2016	**5**	**312**	**71**	**27**	**415**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 11 - Custeio Administrativo e Despesas Adminitrativas

11.1 - Plano de Custeio Administrativo

Atendendo as deliberações do Conselho Deliberativo lavradas na ata nº 270 de 28 de outubro de 2014, desde janeiro de 2015 o custeio administrativo dos planos de benefícios administrados pela FUNDAÇÃO, sofreram alterações na forma de cobrança, passando a ser paritária entre participantes e patrocinadores (50% Patrocinador e 50% Participantes).

No Plano PBD-I, do total das contribuições normais do patrocinador, dos participantes e dos
assistidos, 11,16% foram alocados para a cobertura das despesas administrativas do plano.

Para o Plano Misto, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 5,22% dos Participantes ativos, e do valor do benefício mensal foram descontados 2,17% dos participantes assistidos e pensionistas. Os patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

No PGS, a parcela devida pelo participante ativo, aposentado e pensionista referente à contribuição para custeio administrativo, correspondeu a 1,01% incidente sobre o benefício saldado. Para os ativos a contribuição para custeio administrativo será descontada mensalmente em folha de pagamento de salários, e para os aposentados e pensionistas será através de desconto em folha de pagamento de benefícios.

Para o Plano Prever, a contribuição administrativa cobrada de agosto a dezembro de 2016 foi a mesma do Plano Misto, conforme orientação das Cartas CA de nº 012/2016 e de nº 020/2016 da Equipe Atuarial Ltda, ou seja, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 5,22% dos participantes ativos, e do valor do benefício mensal foram descontados 2,17% dos participantes assistidos e pensionistas. Os patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

O quadro abaixo apresenta um resumo da contribuição destinada à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios no exercício de 2016.

QUADRO RESUMO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS PLANOS - 2016

Descrição	PBD-I		PLANO MISTO		PGS		PREVER	
	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante
	% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado	
Ativos	11,16	11,16	5,22	5,22	1,01	1,01	5,22	5,22
Assistidos/Pensionistas	11,16	11,16	2,17	2,17	1,01	1,01	2,17	2,17

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.2 - Limites do Custeio Administrativo

De acordo com a Resolução CGPC nº 29 de 31/08/2009, no capítulo III, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa. O limite poderá ser representado pela Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou pela Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir).

Para o ano de 2016 o Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO manteve como limite a Taxa de Administração.

11.3 - Despesas Adminitrativas

11.3.1 - Demonstrativo das Despesas Administrativas

A estrutura geral das Despesas Administrativas das Entidades de Fundo de Pensão é dividida entre Gestão Previdencial e Gestão de Investimentos. Quem define esta divisão é a Resolução CGPC nº 29, de 31/08/2009.

A FUNDAÇÃO consolida as despesas administrativas do PGA no grupo de contas Outras Despesas - 4.2.9, e somente depois realiza o rateio entre as gestões Previdencial e de Investimentos. Tal medida foi aprovada e é mantida pelo Conselho Deliberativo desde 2012.

A previsão de despesas é apresentada anualmente ao Conselho Deliberativo pela Diretoria Executiva por meio do documento chamado Orçamento Econômico. O orçamento é uma

expectativa de gastos baseada no ano anterior e nas despesas já conhecidas para o próximo exercício. Após aprovado, este orçamento é colocado em prática. Situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

O quadro abaixo demonstra a estrutura geral das Despesas Administrativas no ano de 2016.

QUADRO RESUMO DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2016 - R$ MIL

DESCRIÇÃO	GESTÃO PREVIDENCIAL	GESTÃO INVESTIMENTOS	TOTAL 2016
DESPESAS COMUNS	**1.591**	**1.010**	**2.601**
PESSOAL E ENCARGOS	943	628	1.571
TREINAMENTOS, CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	10	7	17
VIAGENS E ESTADIAS	28	19	47
SERVIÇOS DE TERCEIROS	440	243	683
DESPESAS GERAIS	167	111	278
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	3	2	5
DESPESAS ESPECÍFICAS	**62**	**40**	**102**
PESSOAL PRÓPRIO - ENCARGOS DÍVIDA PATROC.FAPERS	16	10	26
VIAGENS E ESTADIAS	4	1	5
SERVIÇOS DE TERCEIROS	18	12	30
DESPESAS GERAIS	8	5	13
TRIBUTOS - TAFIC	16	12	28
TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	**1.653**	**1.050**	**2.703**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.2 - Critérios de Rateio das Despesas Administrativas por Gestão

Para realizar o rateio das despesas administrativas a FUNDAÇÃO manteve a utilização do critério de participação pelo tempo de trabalho de cada funcionário e diretor, resultando nos percentuais apresentados no quadro a seguir.

PERCENTUAIS DE RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR GESTÃO

CARGOS	TEMPO DE TRABALHO		
	PREVIDENCIAL	INVESTIMENTO	TOTAL
DIRETOR SUPERINTENDENTE	60,00%	40,00%	100,00%
DIRETOR FINANCEIRO	60,00%	40,00%	100,00%
DIRETOR PREVIDENCIÁRIO	60,00%	40,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 1	80,00%	20,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 2	80,00%	20,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 3	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 4	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 5	100,00%	0,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 6	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 7	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 8	50,00%	50,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 9	0,00%	100,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 10	0,00%	100,00%	100,00%
FUNCIONÁRIO 11	50,00%	50,00%	100,00%
PERCENTUAL DE RATEIO	**60,00%**	**40,00%**	**100,00%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.3 - Critérios de Rateio das Despesas Administrativas por Plano de Benefícios

Para realizar o rateio das despesas administrativas entre os planos de benefícios da FUNDAÇÃO utiliza-se para cada gestão um critério, a fim de buscar maior coerência na efetivação dos rateios da Gestão Previdencial e de Investimentos.

Em dezembro de 2016 houve alteração nos percentuais de rateio das despesas administrativas por plano de benefícios, devido à inclusão do Plano de Benefícios Prever, sendo utilizado como base o Plano de Custeio Administrativo de 2017 da FUNDAÇÃO, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para Gestão Previdencial o rateio se dá pelo número de participantes.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO DA GESTÃO PREVIDENCIAL

CRITÉRIO		PBD-I	PM	PGS	PREVER	TOTAL
Pelo número de participantes	De janeiro a novembro de 2016	0,54%	76,28%	23,18%	0,00%	100%
	Em dezembro de 2016	0,54%	44,71%	23,35%	31,40%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Para Gestão de Investimentos o rateio se dá pelo Patrimônio dos Planos de benefícios.

DEMONSTRATIVO DOS CRITÉRIOS DE RATEIO POR PLANO DA GESTÃO INVESTIMENTOS

CRITÉRIO		PBD-I	PM	PGS	PREVER	TOTAL
Pelo Patrimônio dos planos	De janeiro a novembro de 2016	2,65%	52,82%	44,53%	0,00%	100%
	Em dezembro de 2016	2,59%	36,25%	43,22%	17,94%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 12 - Avaliação de Bens dos Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e ajustado por reavaliações periódicas. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

De acordo com a legislação vigente, as EFPCs devem proceder à reavaliação de seus Investimentos Imobiliários em período não superior a três anos.

A FUNDAÇÃO efetuou em 05 de agosto de 2015 o registro das reavaliações dos imóveis situados na Av. Marcílio Dias nº 1073, e na Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501, ambos no bairro Menino Deus em Porto Alegre/RS, tendo por base os Laudos de Avaliação nº 01645/ 2015 e nº 01644/ 2015, respectivamente, emitidos pela empresa Bolsa de Avaliação de Imóveis do RGS Ltda.

A próxima reavaliação do imóvel situado na Rua Marcílio Dias nº 1073 ocorrerá em 2018, e do Shopping Center Lindóia em 2017.

O quadro abaixo apresenta um resumo das últimas avaliações dos investimentos imobiliários da FUNDAÇÃO.

QUADRO RESUMO DAS ÚLTIMAS AVALIAÇÕES DOS INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS - R$ MIL

IMÓVEL SHOPPING CENTER	HISTÓRICO	DATA ÚLTIMA REAVALIAÇÃO	AVALIADOR RESPONSÁVEL	Nº LAUDO	VALOR CONTÁBIL ATÉ DATA REAVALIAÇÃO	VALOR DA REAVALIAÇÃO	RESULTADO DA REAVALIAÇÃO	CONTA CONTÁBIL RELACIONADA
LINDÓIA	RENDA DE PARTICIPAÇÕES	01/12/2014	BOLSAVAL LTDA	01614/2014	4.929	6.409	1.480	1.2.3.6.04.04.
CONJ 501 RUA SALDANHA MARINHO Nº 33	RENDA LOCADO A TERCEIROS	05/08/2015	BOLSAVAL LTDA	01644/2015	129	178	49	1.2.3.6.04.03.
MARCÍLIO DIAS	RENDA DE USO PRÓPRIO	05/08/2015	BOLSAVAL LTDA	01645/2015	874	1.400	526	1.2.3.6.04.01.

Fonte: Núcleo de Contabilidade e de Investimentos

12.1 - Aluguéis

São calculados com base nos contratos firmados a valores considerados pela administração como compatíveis com os valores de mercado, estão registrados em subcontas de investimentos imobiliários, em contrapartida das receitas dos Investimentos.

O imóvel da Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501, alugado desde novembro de 2014, registrado na conta contábil 1.2.3.6.04.03.04.01 no grupo de "Locados a Terceiros", foi entregue pelo locador em julho de 2015.

Em 14 de outubro de 2015 o mesmo foi vendido por R$ 205 mil, sendo R$ 40 mil recebidos no ato da assinatura do Instrumento Particular de Promessa de Compra e Venda e Outras Avenças, duas parcelas de R$ 30 mil em 15/11/2015 e 15/12/2015 respectivamente, e o restante em 15 parcelas de R$ 7 mil, vencendo a primeira em 15/01/2016 e as restantes sucessivamente nos dias 15 de cada mês. Todas as parcelas vincendas do preço de venda são submetidas a reajuste monetário pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) a contar da data da assinatura do Instrumento citado.

Permanece alugada a casa de nº 1073 na Rua Marcílio Dias, com registro na conta contábil de nº 1.2.3.6.04.01.06.01, no grupo de "Uso Próprio" como sede da FUNDAÇÃO.

12.2 - Alienações

Representam os saldos das operações de venda a prazo, os quais são calculados pelo sistema da Tabela *Price* e corrigidos por índice de mercado estabelecido nos contratos de Promessa de Compra e Venda. Os Terrenos alienados (Gramado-RS), até 2002, foram realizados pelo método da Tabela *Price* (+) IGP-M, a partir de 2003 pela Tabela *Price* (+) INPC, e o imóvel da Rua Saldanha Marinho nº 33 conjunto 501 pelo método da Tabela *Price* (+) INPC.

12.3 - Provisão para Oscilações no Mercado Imobiliário

Até dezembro de 2016 a FUNDAÇÃO manteve o valor de R$ 1.000 mil a título de provisão para oscilações no mercado imobiliário, ajustado em 02/12/2011 com base no preço de mercado da reavaliação do empreendimento Lindóia Shopping Center nesta data, para fins de cobertura de eventual resultado futuro negativo em defesa dos interesses dos quotistas, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Nota 13 - Composição da Carteira de Investimentos

13.1 - Demonstrativo da Composição Consolidada da Carteira de Investimentos

O quadro a seguir apresenta a composição dos Investimentos de forma consolidada, em conformidade com os saldos do Balanço de 2016.

POSIÇÃO CONSOLIDADA DOS INVESTIMENTOS - R$ MIL

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2016	SALDO EM 31/12/2015
TÍTULOS PÚBLICOS	**244.590**	**246.977**
TÍTULOS PÚBLICOS	244.590	246.977
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**84.038**	**89.123**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.339	9.451
COMPANHIAS ABERTAS	76.699	79.672
AÇÕES	**12.409**	**12.055**
COMPANHIAS ABERTAS	2.176	2.362
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	10.233	9.693
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**78.202**	**20.385**
REFERENCIADO	72.418	11.091
AÇÕES	0	4.134
IMOBILIÁRIO	5.784	5.160
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**6.305**	**6.636**
ALUGUÉIS E RENDA	6.282	6.526
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVEST. IMOBILIÁRIOS	23	110
EMPRÉSTIMOS	**2.095**	**2.288**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.2 - Demonstrativo da Composição por Plano de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa da Carteira de Investimentos

O quadro a seguir demonstra a composição dos Investimentos por Planos de Benefícios e Plano de Gestão Administrativa, em conformidade com os saldos do Balanço e das Demonstrações do Ativo Líquido por Planos de Benefícios de 2016.

POSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR PLANO - R$ MIL

DESCRIÇÃO	SALDOS EM 31/12/2016				
	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
TÍTULOS PÚBLICOS	**6.249**	**90.927**	**110.903**	**34.885**	**1.625**
TÍTULOS PÚBLICOS	6.249	90.927	110.903	34.885	1.625
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS	**3.043**	**31.540**	**37.119**	**12.335**	**0**
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	0	3.670	3.670	0	0
COMPANHIAS ABERTAS	3.043	27.870	33.449	12.335	0
AÇÕES	**85**	**3.921**	**6.607**	**1.798**	**0**
COMPANHIAS ABERTAS	85	434	1.441	217	0
SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO	0	3.487	5.166	1.581	0
FUNDOS DE INVESTIMENTO	**1.207**	**25.656**	**21.271**	**29.281**	**786**
REFERENCIADO	1.207	23.727	18.379	28.318	786
IMOBILIÁRIO	0	1.929	2.892	963	0
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	**186**	**1.320**	**4.120**	**679**	**0**
ALUGUÉIS E RENDA	185	1.315	4.105	677	0
DIREITOS EM ALIENAÇÕES DE INVEST. IMOBILIÁRIOS	1	5	15	2	0
EMPRÉSTIMOS	**15**	**778**	**581**	**722**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

13.3 - Critérios para Registro e Avaliação de Títulos e Valores Mobiliários

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30/01/2002, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

(i) Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

(ii) Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração e considerando a capacidade financeira da FUNDAÇÃO, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

A FUNDAÇÃO não efetuou operações contempladas pela Resolução CGPC n°15, de 23/08/2005.

A administração tem a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria *Títulos Mantidos até o Vencimento*, em virtude da capacidade financeira da FUNDAÇÃO.

O quadro a seguir demonstra os títulos e em quais categorias os mesmos estão classificados.

DESCRIÇÃO	PARÂMETRO	NATUREZA	CUSTO DE AQUISIÇÃO	MONTANTE EM 31/12/2016	FAIXAS DE VENCIMENTOS
TÍTULOS PÚBLICOS			**202.954**	**244.590**	
NTN-B	Curva	ii	2.427	4.868	135 dias
NTN-B	Curva	ii	9.594	11.882	592 dias
NTN-B	Curva	ii	1.698	2.072	865 dias
NTN-B	Curva	ii	12.545	15.668	1323 dias
NTN-B	Curva	ii	202	203	1596 dias
NTN-B	Mercado	i	202	203	1596 dias
NTN-B	Curva	ii	8.706	10.691	2053 dias
NTN-F	Curva	ii	1.720	1.828	2192 dias
NTN-B	Curva	ii	3.821	4.055	2326 dias
NTN-B	Mercado	i	1.593	1.585	2326 dias
NTN-B	Curva	ii	16.326	19.785	2784 dias
NTN-B	Curva	ii	5.767	5.964	3514 dias
NTN-B	Curva	ii	28.254	35.473	4975 dias
NTN-B	Mercado	i	4.921	5.067	4975 dias
NTN-B	Curva	ii	25.418	31.348	6709 dias
NTN-B	Mercado	i	12.211	12.691	6709 dias
NTN-B	Curva	ii	13.947	17.727	8628 dias
NTN-B	Mercado	i	10.272	10.737	8628 dias
NTN-B	Curva	ii	13.751	16.740	10362 dias
NTN-B	Curva	ii	16.503	21.439	12280 dias
NTN-B	Curva	ii	4.989	5.670	14014 dias
NTN-B	Mercado	i	8.086	8.895	14014 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS			**71.674**	**84.038**	
Instituições Financeiras			**3.980**	**7.339**	
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	800	1.468	18 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	2.000	3.722	72 dias
DPGE-Mercantil do Brasil	Curva	ii	1.000	1.861	75 dias
CDB-Pine	Curva	ii	180	288	185 dias
Companhias Abertas			**67.694**	**76.699**	
Debênture BNDESPAR	Curva	ii	4.098	5.165	15 dias
Debênture BNDESPAR	Curva	ii	13.371	16.296	865 dias
Debênture BNDESPAR	Mercado	i	3.740	3.778	865 dias
Debêntures Simples-CBEE(Ampla)	Curva	ii	3.327	3.300	531 dias
Debêntures Simples-CBEE(Ampla)	Mercado	i	692	697	531 dias
Debêntures Simples-Energisa	Curva	ii	2.004	2.957	926 dias
Debêntures Simples-Energisa	Mercado	i	2.981	3.003	926 dias
Debêntures Simples-Alga	Curva	ii	5.091	6.905	988 dias
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	ii	4.026	3.797	1838 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Curva	ii	4.512	6.561	1872 dias
Debêntures Simples-Cemig G	Mercado	i	1.931	1.960	1872 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.106	1.392	1931 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.365	2022 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	1.107	1.337	2114 dias
Debêntures Simples-ECPT	Curva	ii	679	927	2206 dias
Debêntures Simples-CPTE	Curva	ii	10.683	8.725	2506 dias
Debêntures Simples-CPTE	Mercado	i	2.061	2.088	2506 dias
Debêntures Simples-CART	Curva	ii	4.319	5.636	2906 dias
Debêntures Simples-CART	Mercado	i	860	810	2906 dias
Debênture Simples-Vale	Curva	ii	0	1	12242 dias
AÇÕES			**14.590**	**12.409**	
Companhias Abertas			**6.227**	**2.176**	
Rumo ON	Mercado	i	111	18	-
Bradespar PN	Mercado	i	1.210	423	-
Gerdau PN	Mercado	i	764	382	-
Gerdau Metalurgica PN	Mercado	i	715	111	-
Itausa PN	Mercado	i	37	31	-
Siderúrgica Nacional ON	Mercado	i	1.697	859	-
Usiminas PN	Mercado	i	1.693	347	-
Dividendos e Juros a Receber			-	4	
SPE			**8.364**	**10.234**	
Debêntures Simples-Rod Tietê	Curva	ii	6.744	8.653	4184 dias
Debêntures Simples-Rod Tietê	Mercado	i	1.620	1.581	4184 dias
FUNDOS DE INVESTIMENTO				**78.202**	
Referenciado				**72.418**	
BNP Match DI FI REF. CP	Mercado	i	Banco BNP Paribas	52.414	-
Bradesco FI REF DI PREMIUM	Mercado	i	Banco Bradesco	20.004	-
Imobiliário				**5.784**	-
Rio Bravo F.Imob. JHSF FBV	Mercado	i	R. Bravo Investimento	5.784	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

13.4 - Reclassificação de Debêntures Rodovias do Tietê

Em agosto de 2015 realizou-se uma consulta junto a PREVIC referente à classificação contábil das Debêntures Rodovias do Tietê, até então registradas como renda fixa em Créditos Privados e Depósitos. A mesma analisou o estatuto social da emissora das debêntures, concluindo que se trata de Sociedade de Propósito Específico (SPE), prevista na Resolução CMN n° 3.792/09 e, portanto, seus títulos e valores mobiliários devem ser classificados no segmento de renda variável, conforme o artigo 19 da mesma norma.

Sendo assim, desde setembro de 2015 as Debêntures Rodovias do Tietê estão registradas na conta contábil *1.2.3.3.05.01 - Valor Atualizado Sociedades de Propósito Específico*.

Nota 14 - Tábua de Mortalidade, Taxa de Juros Atuarial e Duração do Passivo (Duration)

Em 2013 a FUNDAÇÃO substituiu a Tábua de Mortalidade AT-83 pela Tábua AT-2.000, para todos os Planos administrados pela FUNDAÇÃO, em atendimento a Resolução CNPC nº 09 de 29 de novembro de 2012, e de acordo com a decisão do Conselho Deliberativo conforme a Ata nº 239 de 28/02/2013, sendo a AT-2000 mantida em 2016.

Referente às taxas de juros, observa-se no quadro abaixo as mesmas praticadas desde 2012.

QUADRO RESUMO TAXAS DE JUROS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

2015			2014			2013			2012		
PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS	PBD-I	PM	PGS
5%	5,38%	5,43%	5%	5,50%	5,50%	5%	5,50%	5,75%	6%	6%	6%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 2015 a FUNDAÇÃO solicitou um Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios aos atuários responsáveis, em atendimento à Resolução CNPC nº 15 de 19 de novembro de 2014, à Instrução PREVIC nº 23 de 26 de junho de 2015 e à Portaria PREVIC nº 708 de 25 de dezembro de 2015. Devido à relevância do estudo citado e a exigência da legislação de que o mesmo seja apresentado anualmente, a Equipe Atuarial Ltda emitiu em 10 de setembro de 2016 o Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios referente ao exercício 2016, apresentando a adequação e a aderência das taxas de juros e da tábua de mortalidade, confirmando a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos aos planos de custeio e aos fluxos futuros de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios dos planos de benefícios da FUNDAÇÃO, conforme Parecer Atuarial nº 016/2016, sendo sua vigência a partir de dezembro de 2016 e aprovado pelo Conselho Deliberativo através da Ata nº 294/2016.

Em fevereiro de 2017 a Equipe Atuarial Ltda emitiu as Avaliações Atuariais dos Planos de Benefícios administrados pela FUNDAÇÃO, nas quais os mesmos analisam as premissas atuariais de cada plano, conforme descreve-se a seguir.

Para o Plano PBD-I a taxa de juros de 5% a.a. foi mantida. A duração do passivo *(Duration)* deste plano resultou em 8,73 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 6,67% ao ano.

No Plano Misto a taxa de 5,38% a.a. foi mantida até novembro de 2016, passando a 5,31% a.a. a partir de dezembro. A *duration* deste plano resultou em 13,14 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 6,62% ao ano. O impacto da adoção da nova taxa de juros em 2016 aumentou as provisões matemáticas em 0,17%.

No PGS a taxa de 5,43% a.a. também foi mantida até novembro de 2016, passando a 5,30% a.a. a partir de dezembro. A *duration* deste plano resultou em 11,42 anos, com uma taxa parâmetro máxima de 6,61% ao ano. O impacto da adoção da nova taxa de juros em 2016 elevou as provisões matemáticas em 1,26%.

Referente ao Plano de Benefícios Prever, por tratar-se de plano de contribuição definida, não contempla nenhuma premissa atuarial.

Nos quadros abaixo verifica-se a taxa de juros atuarial, a Duration de cada plano de benefícios e o impacto da aplicação de novas taxas de juros dos mesmos em 2016.

QUADRO RESUMO TAXAS DE JUROS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	PBD-I	PLANO MISTO	PGS
TAXA DE JUROS	5%	5,31%	5,30%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

QUADRO RESUMO IMPACTO DAS NOVAS TAXAS NAS PROVISÕES MATEMÁTICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	PBD-I	PLANO MISTO	PGS
ELEVAÇÃO DE	-	0,17%	1,26%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

QUADRO RESUMO DURAÇÃO DO PASSIVO (DURATION) DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

	PBD-I	PLANO MISTO	PGS
ANOS	8,73	13,14	11,42

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Nota 15 - Ajuste de Precificação dos Títulos Públicos Federais

A Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014, estabelece novas condições e procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar na apuração do resultado, destinação e utilização de *superávit* técnico e no equacionamento de *déficit* técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

A PREVIC emitiu em 04 de fevereiro de 2015 a Instrução nº 19, tratando das questões da Resolução CNPC nº 16, acima citada, principalmente quanto aos critérios e procedimentos

para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de *déficit* técnico e para utilização ou destinação de *superávit* técnico.

Esse ajuste corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder com valores ou níveis previamente estabelecidos, e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquirissem características de benefício definido na fase de concessão.

O ajuste de precificação positivo ou negativo de cada plano de benefícios está discriminado nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

Nos quadros a seguir demonstra-se os títulos públicos federais utilizados para o cálculo do ajuste de precificação de 2016, para cada plano de benefícios.

QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS FEDERAIS - PLANO DE BENEFÍCIOS I - PBD-I - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2016	VALOR AJUSTADO 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	28	41	82	84	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	40	99	121	123	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	40	100	121	123	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	60	150	182	184	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	195	465	584	608	23
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	168	393	502	523	22
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	41	102	124	128	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	22	52	65	70	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	130	301	382	417	35
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	21	50	63	67	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	70	177	213	224	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	8	21	24	26	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	17	45	50	54	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	12	29	37	40	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	30	71	91	99	8
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	44	102	130	146	16
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	161	374	477	533	55
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	8	20	24	26	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	38	95	116	126	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	41	101	126	136	10
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	45	102	130	150	20
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	31	70	89	103	14
TOTAIS		1.250	2.958	3.735	3.988	254

Fonte: Núcleo de Investimentos

No Plano Misto, alguns títulos classificados na categoria de *títulos mantidos até o vencimento* informados no ajuste de precificação em 2015 foram excluídos da tabela de ajuste de precificação de 2016, embora não estivessem vencidos, em decorrência da migração de ativos para o Plano Prever, de acordo com Ofício nº 3634 e Nota nº 102/ CGMI/DIACE da PREVIC emitidos em 21 de novembro de 2016.

QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS FEDERAIS - PLANO MISTO - PM - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2016	VALOR AJUSTADO 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	242	355	712	722	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	7	7	21	21	0
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	37	37	109	110	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	242	579	730	739	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	52	125	157	159	2
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	50	122	151	153	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	500	1.220	1.512	1.526	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	60	150	182	183	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	134	313	400	414	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	175	414	526	540	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	500	1.175	1.491	1.544	52
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	90	216	271	278	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	744	1.784	2.232	2.297	65
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	199	480	614	621	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	43	101	128	134	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	816	1.958	2.439	2.546	107
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	1.000	2.425	3.001	3.120	119
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	60	140	178	189	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	929	1.179	1.260	80
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	435	1.007	1.278	1.370	92
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	493	1.176	1.467	1.552	85
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	200	499	608	630	22
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	1.005	1.213	1.260	47
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	40	101	122	126	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	395	1.000	1.202	1.244	42
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	270	684	821	850	29
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	450	1.139	1.369	1.417	48
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	78	188	242	251	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	62	150	193	200	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	100	242	310	322	12
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	30	71	91	97	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	785	1.824	2.327	2.528	201
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	220	511	649	708	59
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	260	601	757	837	80
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	260	600	756	837	81
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	250	578	727	805	78
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	105	242	304	338	34
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	675	1.518	1.895	2.174	279
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	1.500	3.551	4.400	4.830	430
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	127	324	387	409	22
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	20	51	61	64	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	165	420	502	531	29
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	33	82	101	106	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	723	1.802	2.215	2.328	113
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	459	1.128	1.414	1.478	63
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	85	199	248	274	26

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTINUAÇÃO - QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS FEDERAIS - PLANO MISTO - PM - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2016	VALOR AJUSTADO 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	699	1.600	2.044	2.250	206
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	455	1.030	1.314	1.465	151
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	130	295	374	419	45
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	810	2.010	2.417	2.608	191
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	208	500	650	686	36
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	601	1.452	1.880	1.982	103
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	500	1.217	1.570	1.649	80
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	169	402	513	557	44
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	570	1.440	1.730	1.880	150
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	175	442	531	577	46
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	200	505	607	660	52
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	15	38	46	49	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	414	1.002	1.266	1.358	93
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	208	502	634	682	48
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	250	600	756	820	64
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.300	3.078	4.015	4.349	335
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	100	239	312	335	23
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	330	787	1.025	1.104	79
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.262	3.002	3.908	4.222	314
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.000	2.383	3.101	3.346	245
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	630	1.502	1.948	2.108	160
TOTAIS		23.997	57.249	72.329	77.226	4.897

QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS FEDERAIS - PLANO GERAL SALDADO - PGS - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2016	VALOR AJUSTADO 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	531	778	1.562	1.585	23
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2017	101	148	297	301	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	40	96	121	122	1
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	1.000	2.391	3.013	3.052	39
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	500	1.220	1.512	1.526	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	610	1.507	1.844	1.862	18
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	450	1.113	1.360	1.373	13
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2018	240	597	727	732	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2019	660	1.593	1.954	1.996	41
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	85	203	255	262	8
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	130	309	385	401	16
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	175	414	526	540	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	500	1.175	1.491	1.544	52
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	910	2.183	2.736	2.809	73
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	240	583	722	741	19
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	50	123	151	154	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	800	1.977	2.417	2.470	52
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	159	394	481	491	10
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2020	75	196	223	232	8
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	600	1.382	1.772	1.872	100
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	43	101	128	134	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	73	172	218	228	10
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	80	192	239	250	11
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	48	121	143	150	6
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	190	503	569	593	24
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2022	380	1.008	1.139	1.186	46

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONTINUAÇÃO - QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS FEDERAIS - PLANO GERAL SALDADO - PGS - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2016	VALOR AJUSTADO 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	390	1.001	1.103	1.205	102
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	350	1.014	1.039	1.081	42
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2023	332	963	984	1.025	42
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	400	929	1.179	1.260	80
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	435	1.007	1.278	1.370	92
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	126	300	375	397	22
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	25	59	74	79	5
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	565	1.435	1.722	1.779	57
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	640	1.629	1.953	2.015	62
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	40	102	119	126	7
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	21	54	62	66	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	60	159	180	189	9
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2024	135	360	403	425	22
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	363	1.000	1.052	1.152	100
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2026	343	1.007	1.028	1.089	61
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	500	1.203	1.539	1.610	71
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	940	2.229	2.855	3.027	172
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	500	1.170	1.494	1.610	117
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	456	1.052	1.344	1.468	124
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	554	1.287	1.642	1.784	142
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	240	554	699	773	74
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	250	578	727	805	78
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	200	461	579	644	65
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	183	421	528	589	61
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	175	400	502	564	61
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	200	458	574	644	70
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	675	1.518	1.895	2.174	279
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	500	1.127	1.405	1.610	205
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	220	494	616	708	92
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	85	217	259	274	14
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2030	606	1.510	1.857	1.951	95
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	1.100	2.690	3.347	3.541	195
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	500	1.161	1.447	1.610	163
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	500	1.201	1.494	1.610	116
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	125	292	364	402	38
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	1.000	2.327	2.968	3.219	251
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	873	1.998	2.553	2.810	257
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	131	300	383	422	39
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	145	326	416	467	51
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	641	1.414	1.805	2.064	258
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	660	1.480	1.882	2.125	243
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	369	836	1.060	1.188	128
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	130	295	374	419	45
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	290	774	865	934	68
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	700	1.866	2.086	2.254	167
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2035	670	1.785	1.995	2.157	162
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	208	500	650	686	36
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	601	1.452	1.880	1.982	103
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	500	1.211	1.556	1.649	93
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	200	486	623	660	36
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	500	1.187	1.521	1.649	128
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	250	571	732	825	93
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	831	1.976	2.525	2.741	216
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2040	205	464	579	676	97

Fonte: Núcleo de investimentos

CONTINUAÇÃO - QUADRO AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS FEDERAIS - PLANO GERAL SALDADO - PGS - R$ MIL

ATIVO	VENCIMENTO	QUANTIDADE	VALOR DA AQUISIÇÃO	VALOR CONTÁBIL 31/12/2016	VALOR AJUSTADO 31/12/2016	VALOR DO AJUSTE
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	100	243	307	328	21
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	414	1.002	1.266	1.358	93
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	207	500	631	679	48
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	250	600	756	820	64
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	200	493	615	656	41
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	357	1.012	1.029	1.171	142
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/05/2045	166	482	488	545	57
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	420	1.001	1.304	1.405	101
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	630	1.502	1.948	2.108	160
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	250	591	765	836	71
Notas do Tesouro Nacional - Série B	15/08/2050	1.000	2.417	3.114	3.346	232
TOTAIS		34.302	82.613	102.380	109.437	7.057

Fonte: Núcleo de investimentos

Para o Plano Prever, por tratar-se de plano de benefícios de contribuição definida, recomenda-se que os ativos estejam classificados na categoria de Títulos para Negociação e avaliados ao valor de mercado, portanto não há o ajuste de precificação.

Nota 16 - Apuração de Resultados - *Superávit/Déficit* Técnico e Equilíbrio Técnico Ajustado

Os resultados técnicos dos planos de benefícios da FUNDAÇÃO são apurados pelo regime de competência. A partir do exercício de 2015, a FUNDAÇÃO passou a apurar também o equilíbrio técnico ajustado e demonstrá-lo na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios - DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16 de 19 de novembro de 2014 e Instrução PREVIC nº 25 de 17 de dezembro de 2015 (ver Notas Explicativas nº 03 e nº 15).

O equilíbrio técnico ajustado passou a ser à base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de *superávit* técnico ou para o equacionamento de *déficit* técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso.

A Resolução CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de *déficit*s e destinação de *superávit*s, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Para o *déficit*, o limite é dado pela fórmula (*duration* - 4) x 1% x Provisão Matemática. Para destinação ou utilização de *superávit*, o limite é dado pela fórmula (10% + (*duration* x 1%)) x Provisão Matemática (ver Nota Explicativa nº 14).

16.1 - Limite para Destinação de *Superávit* e Equacionamento de *Déficit*

Os limites para equacionamento de *déficit*s e destinação/utilização de *superávit*s e as evoluções do equilíbrio técnico ajustado acumulado dos Planos de benefícios da FUNDAÇÃO estão a seguir demonstrados, de acordo com as Avaliações Atuariais emitidas pelos atuários responsáveis em fevereiro de 2017.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I

Do valor total de *Superávit* do PBD-I de R$ 2.551 mil, R$ 1.850 mil foram registrados em Reserva de Contingência, e R$ 700 mil em Reserva Especial para Revisão do Plano. Estas Reservas têm por objetivo dar cobertura aos desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

Para que ocorra a destinação destes valores, deve-se observar as hipóteses atuariais especificadas no § 2º da CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015.

Aplicando apenas a redução da taxa de juros para o cálculo das Provisões do PBD-I, não haveria Reserva especial para Revisão do Plano, sendo assim, o mesmo ainda não pode distribuir os resultados da Reserva Especial para Revisão do Plano.

LIMITE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO *SUPERÁVIT* TÉCNICO - PBD-I - R$ MIL

EXERCÍCIO	2016	2015
Provisões Matemáticas	9.749	9.412
Duration	8,73	8,98
Limite : 10% + (Duration x 1%) x PM	18,73%	18,98%
Reserva de Contingência	1.850	1.786
Superávit Acumulado	2.551	1.941
Reserva Especial para Revisão do Plano	700	155

Fonte: Equipe Atualial Ltda

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

No Plano Misto, não há Reserva Especial para Revisão do Plano porque o valor relativo à Reserva de Contingência absorve totalmente o valor do *Superávit*. Para que houvesse a constituição da Reserva citada, o valor do *Superávit* deveria ser superior ao limite de 23,14% das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Concedidos, demonstrado no quadro abaixo.

LIMITE UTILIZAÇÃO/DESTINAÇÃO *SUPERÁVIT* TÉCNICO - PLANO MISTO - R$ MIL

2016		2015	
Provisões Matemáticas	75.964	Provisões Matemáticas	205.647
Duration	13,14	Duration	14,81
Limite : 10% + (Duration x 1%) x PM	23,14%	Limite : 1% x (Duration - 4) x PM	10,81%
Reserva de Contingência	1.637	Novo Limite	22.230
Superávit Acumulado	1.637	Déficit Acumulado	-2.395
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	Déficit a Equacionar	-

Fonte: Equipe Atualial Ltda

PLANO GERAL SALDADO - PGS

O PGS é um plano de benefícios deficitário, mas de acordo com a CNPC nº 22 de 25 de novembro de 2015, não há necessidade de equacionamento, tendo em vista que o limite apresentado é superior ao *déficit*. Veja no quadro a seguir.

LIMITE EQUACIONAMENTO *DÉFICIT* TÉCNICO - PGS - R$ MIL

EXERCÍCIO	2016	2015
Provisões Matemáticas	256.392	242.012
Duration	11,42	11,91
Limite : 1% x (Duration - 4) x PM	7,42%	8%
Novo Limite	19.024	19.143
Déficit Acumulado	-10.833	-13.300
Déficit a Equacionar	-	0

Fonte: Equipe Atuarial Ltda

16.2 - Equilíbrio Técnico Ajustado

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I

Conforme observa-se no demonstrativo abaixo, em 2016 o PBD-I encerrou o exercício com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 2.805 mil.

CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - R$ MIL

EXERCÍCIO	2016	2015
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	2.551	1.941
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	254	270
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	2.805	2.211

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

O Plano Misto, conforme quadro abaixo, encerrou o exercício de 2016 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 6.534 mil.

CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO - PLANO MISTO - R$ MIL

EXERCÍCIO	2016	2015
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	1.637	-2.395
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	4.897	6345
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	6.534	3.950

Fonte: Núcleo de Contabilidade

PLANO GERAL SALDADO - PGS

Para o PGS, no quadro a seguir, verifica-se um equilíbrio técnico ajustado negativo de R$ 3.776 mil no encerramento do exercício de 2016.

CÁLCULO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO - PLANO GERAL SALDADO - R$ MIL

EXERCÍCIO	2016	2015
A) EQUILÍBRIO TÉCNICO	-10.833	-13.300
B)(+/-) AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO	7.057	5.538
C)(+/-) EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO = (A+B)	-3.776	-7.762

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2016.

Paulo Francisco Conrad
Diretor Superintendente
CPF: 240.794.050-49

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF: 641.913.030-15

Neiva Minussi Bisinotto
Controller - CRC/RS 49965
CPF: 424.032.780-68

5. PARECERES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício I - PBD-I)

Parecer Atuarial 001/2017

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2016 DO PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I.

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro - atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2016, um *superávit* técnico de R$ 2.550.808,90, equivalente a 20,74% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 12.300.182,22, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 59 anos de idade e 15 aposentados, cuja idade média é de 74 anos e benefício médio de R$ 3.652,79.

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	1	R$ 5.866,46	59,00
Aposentados	15	R$ 3.963,46	74,07

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	5,00 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros do Plano permaneceu a mesma do ano anterior, tendo em vista que o Estudo Técnico Atuarial, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 294/2016 apontou uma taxa de 5,28%, ou seja, maior do que a já utilizada no Plano. Assim, se optou por manter a mesma taxa de juros já utilizada.

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2016, foi de 14,54% contra uma meta atuarial de 11,91%, o que, em termos reais, representa obter 2,35% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 7,47% contra 5,00% necessária, como demonstrado abaixo.

	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JUROS NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,1454	1,0658	1,0500	1,0747
PERCENTUAL	14,54%	6,58%	5,00%	7,47%

Juros Real Acima da Meta	2,35%

5) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2016, as seguintes aberturas:

Título	Valores
Patrimônio o Plano	R$ 12.300.182,22
Provisões Matemáticas	9.749.373,32
Benefícios Concedidos	R$ 8.659.999,39
Benefícios a Conceder	R$ 1.089.373,93
Superávit	2.550.808,90

6) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do *Superávit* Técnico, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

7) De acordo com a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, do valor total do *Superávit* Técnico de R$ 2.550.808,90, R$ 1.850.431,06 será registrado como Reserva de Contingência, e R$ 700.377,84 será alocado na conta de reserva especial para revisão do plano. Estes valores têm por objetivo dar cobertura a desvios desfavoráveis que venham a ocorrer em relação às hipóteses atuariais adotadas.

Provisões Matemáticas	R$	9.749.373,32
Duration		8,73
10% + (Duration x 1%) x PM		18,73%
Reserva de Contingência	R$	1.850.431,06
Superávit Acumulado	R$	2.550.808,90
Reserva Especial para Revisão do Plano	R$	700.377,84

8) Com base na Planilha fornecida Pela Previc e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2016, chegamos aos seguintes resultados no Plano BD: 8,73 anos.

Posição no corredor, de acordo com a Portaria 186 de 28/04/2016:

Pontos em anos	Taxa de juros parâmetro	Limite inferior	Limite superior
9	6,27%	4,39%	6,67%

Taxa de retorno dos investimentos: 5,28%. Taxa utilizada para cálculo das Provisões: 5,00%. Como se observa, a taxa de retorno dos investimentos, utilizada na Avaliação Atuarial ficou dentro dos limites determinados.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2017.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL
(Plano de Benefício II - Plano Misto)

Parecer Atuarial 002/2017

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2016 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II - Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios II - Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2016, um *superávit* técnico de R$ 1.636.973,71, equivalente a 1,05% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 156.351.873,81, demonstrando equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais posicionados em 31/12/2016, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016.

3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	782	R$ -	48,78
Aposentados	407	R$ 670,85	65,29
Aposentados temporários	36	R$ 2.029,01	61,56
Inválidos	37	R$ 1.818,58	60,86
Pensionistas	52	R$ 2.534,69	60,69

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,31 %(**)
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) Só para Benefícios Concedidos
(**)De jan a nov/2016: 5,38% e dez/2016 5,31%

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	MULLER
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2016, foi de 14,85% contra uma meta atuarial de 12,31%, o que, em termos reais, representa obter 2,26% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 7,76% contra 5,37% (*) necessária, como demonstrado abaixo.

CÁLCULO DO JURO REAL MISTO SEMESTRE				
	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JUROS NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,1485	1,0658	1,0537	1,0776
PERCENTUAL	14,85%	6,58%	5,37%	7,76%

Juros Real Acima da Meta	2,26%

(*) A composição da meta atuarial foi de 5,38% de janeiro a novembro/2016 e 5,31% em dezembro/2016, acrescida do INPC do período de 6,58%.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2016, as seguintes aberturas:

Título	Valores	
Benefícios Concedidos	R$	80.151.800,37
Benefícios a Conceder	R$	77.033.622,05
Provisões Matemáticas a Constiruir	-R$	2.470.522,32
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	154.714.900,10
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	156.351.873,81
Superávit	R$	1.636.973,71

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do *Superávit* Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Cabe destacar a mudança na taxa de juros do Plano, que passou de 5,38% para 5,31% conforme Estudo de aderência dessa premissa elaborada pela Consultoria Financeira da Entidade e aprovado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 294/2016, sendo sua vigência a partir de dezembro/2016.

9) De acordo com a Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015, do valor total do *Superávit* Técnico de R$ 1.636.973,71, será registrado integralmente como Reserva de Contingência. A duration do Plano calculada em dezembro/2016 com a taxa de juros de 5,31% foi de 13,14 anos.

Provisões Matemáticas (BC Vitalício)	R$	75.963.925,86
Duration		13,14
10% + (Duration x 1%) x PM		23,14%
Reserva de Contingência	R$	1.636.973,71
Superávit Acumulado	R$	1.636.973,71
Reserva Especial para Revisão do Plano	R$	-

10) Os custos dos benefícios de risco estão acima do valor calculado, que atualmente é de 20,82% descontado do valor da contribuição para a CIV, devendo passar para 26,71% após aprovação do Conselhos Deliberativo. Essa elevação ocorreu em função do novo perfil da massa de participantes após a migração, onde foi elevada a idade média dos participantes do plano, bem como a redução da base de contribuições.

11) Com base na Planilha fornecida pela Previc e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2016, chegamos aos seguintes resultados no Plano Misto: 13,14 anos.
Posição no corredor, de acordo com a Portaria 186 de 28/04/2016:

Pontos em anos	Taxa de juros parâmetro	Limite inferior	Limite superior
13	6,22%	4,35%	6,62%

Taxa de retorno dos investimentos: 5,31%. Taxa utilizada para cálculo das Provisões: 5,31%. Como se observa, a taxa de retorno dos investimentos, utilizada na avaliação atuarial ficou dentro dos limites determinados.

12) Propostas a serem implementadas ao longo de 2017:

a) Ajuste da taxa de contribuição para os benefícios de risco.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2017.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano Geral Saldado - PGS)

Parecer Atuarial 003/2017

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2016 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado - PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2016, um *déficit* técnico de R$ 10.832.623,30, equivalente a 4,41% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 245.558.603,44 demonstrando desequilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais, posicionados em dezembro/2016, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2016.

3) A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	177	R$ 1.271,97	56,63
Aposentados	453	R$ 2.974,01	66,63
Pensionistas	58	R$ 3.559,57	68,55

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	(*) 5,30 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) A partir de dezembro/2016

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros foi alterada em função do Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 294/2016 e aplicada a partir de dez/2016.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2016, foi de 16,31% contra uma meta atuarial de 12,36%, o que, em termos reais, representa obter 3,52% acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades. Com relação à taxa real de juros do Plano, esta foi de 9,13% contra 5,42%(*) necessária, como demonstrado abaixo.
(*) 5,43% de janeiro a novembro/2016 e 5,30% em dezembro/2016.

	VARIAÇÃO DA COTA (A)	INPC DO ANO (B)	JUROS NECESSÁRIO	JURO REAL (A/B)
ÍNDICE	1,1631	1,0658	1,0542	1,0913
PERCENTUAL	16,31%	6,58%	5,42%	9,13%

Juros Real Acima da Meta	3,52%

A composição da meta atuarial foi de 5,43% de janeiro a novembro/2016 e 5,30% em dezembro/2016, acrescida do INPC do período de 6,58%.

A adequação da taxa de juros foi aplicada, conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo na Ata nº 294/2016, sendo a implementada em dezembro de 2016.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2016, as seguintes aberturas:

Título	Valores	
Benefícios Concedidos	R$	244.763.624,75
Benefícios a Conceder	R$	53.369.709,68
Provisões Matemáticas a Constiruir	-R$	41.742.107,69
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	256.391.226,74
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	245.558.603,44
Déficit	-R$	10.832.623,30

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do *Déficit* Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Com relação ao *déficit* técnico, cabe destacar que conforme o disposto na Resolução CNPC nº 22 de 25/11/2015 não há necessidade de equacionamento, tendo em vista que o limite apresentado abaixo é superior ao *déficit* existente.

Provisões Matemáticas PM	R$	256.391.226,74
Duration		11,42
1% x (duration - 4) x PM		7,42%
Limite	R$	19.024.229,02
Déficit	R$	10.832.623,30
Valor a equacionar	R$	-

9) Com base na Planilha fornecida pela Previc e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2016, chegamos aos seguintes resultados no Plano Misto: 11,42 anos.

Posição no corredor, de acordo com a Portaria 186 de 28/04/2016:

Pontos em anos	Taxa de juros parâmetro	Limite inferior	Limite superior
12	6,21%	4,34%	6,61%

Taxa de retorno dos investimentos: 5,30%. Taxa utilizada para cálculo das Provisões: 5,30%. Como se observa, a taxa de retorno dos investimentos, utilizada na avaliação atuarial ficou dentro dos limites determinados.

10) Propostas para serem implementadas ao longo de 2017:

Buscar novamente o equilíbrio atuarial e financeiro do Plano seja por meio de rentabilidades, ou ajuste de contribuições e benefícios.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2017.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios PREVER)

Parecer Atuarial 004/2017

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER ATUARIAL SOBRE O BALANCETE DE 31.12.2016 DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER

Preliminarmente cabe esclarecer que este Plano recebeu participantes do Plano de Benefícios II Plano Misto, por meio de migrações, com seus respectivos saldos de contas. Os saldos de contas CIV do Plano Misto que migraram para este Plano, foram convertidos em CIP como forma de incentivar a Migração. Em função disso, os saldos de contas dos participantes são bem superiores ao saldo da CIV.

1 - Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos:

O Plano de Contribuição Definida da FAPERS, PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC n° 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Demonstrativo Contábil do exercício de 2016, foram identificadas aos saldos de conta dos participantes e patrocinadora em 31.12.2016, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano CD FAPERS, em 31.12.2016, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC n° 08/2011, de 31.10.2011:

		Valores em 31.12.2016(R$)
2.3	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**81.637.580,42**
2.3.1	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**	**81.559.722,94**
2.3.1.1	**PROVISÕES MATEMÁTICAS**	**81.559.722,94**
2.3.1.1.01	**BENEFÍCIOS CONCEDIDOS**	**10.030.524,70**
2.3.1.1.01.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	10.030.524,70
2.3.1.1.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	10.030.524,70
2.3.1.1.02	**BENEFÍCIOS A CONCEDER**	**71.529.198,24**
2.3.1.1.02.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	71.529.198,24
2.3.1.1.02.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA	1.016.552,87
2.3.1.1.02.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA	70.512.645,37
2.3.1.1.03	**(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR**	**0,00**
2.3.1.2	**EQUILÍBRIO TÉCNICO**	**0,00**
2.3.1.2.01	**RESULTADOS REALIZADOS**	**0,00**
2.3.1.2.02	**RESULTADOS A REALIZAR**	**0,00**
2.3.2	**FUNDOS**	**105.127,46**
2.3.2.1	FUNDOS PREVIDENCIAIS	0,00
2.3.2.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	77.857,48
2.3.2.3	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	27.269,98

A Avaliação Atuarial de 2016 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria nº 271, de 15.06.2016, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na data-base de 31.12.2016

2 - Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos do plano avaliado. Como os benefícios do Plano PREVER são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos, acrescidas do retorno dos investimentos, não cabendo a utilização de hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios. Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou Financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano de custeio para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado. A estabilidade do custo no caso da adoção de método de Método de Capitalização Individual (ou Financeira) dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

3 - Considerações Finais

O Plano PREVER apresenta em 31/12/2016 Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em de R$ 81.559.722,94, conforme demonstrado no item 1 deste parecer, bem como Fundo Administrativo no valor de R$ 77.857,48 e Fundo de Investimentos no valor de 27.269,98.

Esta situação era prevista, visto que em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de *superávit* ou *déficit* técnico, pois os ganhos e perdas financeiras são repassados para os saldos de conta que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

Este é o parecer.

É o parecer.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2017.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Final de Migração)

Parecer Atuarial 005/2017

Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER Nº 5/2017/CTR/CGTR/DITEC PROCESSO Nº 430515184 FINALIZAÇÃO DE MIGRAÇÃO

Em atendimento ao item 4.2 do Parecer acima mencionado, segue PARECER ATUARIAL REFERENTE AO FINAL DE MIGRAÇÃO do Plano de Benefícios II Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever.

Os Planos envolvidos na Migração ocorrida na FAPERS, foram o Plano de BENEFÍCIOS II PLANO MISTO - CNPB nº 2000.0080-38 e o Plano PREVER - CNPB nº 2016.0006-19.

1 - Plano De Benefícios II Plano Misto

1.1 -A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefícios II - Plano Misto da FAPERS apresentou, em 31/12/2016, um *superávit* técnico de R$ 1.636.973,71, equivalente a 1,05% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 156.351.873,81, demonstrando equilíbrio do plano.

1.2 -A População do plano é assim constituída:

Categoria	Frequência	Benefício Médio	Idade Média
Ativos	782	R$ -	48,78
Aposentados vitalícios	407	R$ 670,85	65,29
Aposentados temporários	36	R$ 2.029,01	61,56
Inválidos	37	R$ 1.818,58	61
Pensionistas	52	R$ 2.534,69	60,69

1.3 -Através da análise do Balancete Contábil do Plano Misto em 31/12/2016, apuramos o seguinte valor de Ativo Líquido para cobertura das Reservas Matemáticas:

DESCRIÇÃO	VALOR
ATIVO TOTAL	R$ 158.052.501,69
(-) Exigivel operacional	-238.303,68
(-) Exigível contigencial	-268.540,03
(-) Fundo administrativo	-790.271,88
(-) Fundo previdencial	-92.640,06
(-) Fundo de investimentos	-310.872,23
ATIVO LÍQUIDO	156.351.873,81

1.4 -O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2016, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$	80.151.800,37
Benefícios a Conceder	R$	77.033.622,05
Provisões Matemáticas a Constiruir	-R$	2.470.522,32
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	154.714.900,10
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	156.351.873,81
Superávit	R$	1.636.973,71

1.5 -Participantes que migraram para o Plano PREVER:

Do total de 2147 participantes do Plano Misto que estavam aptos a migrar, 903 efetivaram a migração ao Plano Prever, sendo 823 ativos, 74 aposentados e 6 pensionistas.

1.6 -Premissas do Plano:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,31 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) Só para Benefícios Concedidos

Premissas Demográficas	
Tábua de Mortalidade Geral	AT 2000
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT 49
Tábua de Entrada em Invalidez	MULLER
Rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

1.7 -A *duration* do Plano calculada em dezembro/2016 com a taxa de juros de 5,31% foi de 14,81 anos.

2 - Plano Prever

2.1 -A População do plano está assim constituída em 31/12/2016:

CATEGORA	FREQ.	BENEFÍCIO MÉDIO		IDADE MÉDIA
ATIVOS	848			44,64
APOSENTADOS	71	R$	1.143,74	63,62
PENSIONISTAS	6	R$	4.785,29	61,17
TOTAL	925			

2.2 -O Plano de Benefícios PREVER da FAPERS apresentou, em 31/12/2016, a seguinte situação financeira:

		31/12/2016
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	R$	10.030.524,70
BENEFÍCIOS A CONCEDER	R$	71.529.198,24
TOTAL RM	R$	81.559.722,94
ATIVO DE COBERTURA DO PLANO	R$	81.559.722,94

Tendo em vista que se trata de um Plano de Contribuição Definida Puro, o mesmo não apresenta *superávit* nem *déficit* técnico.

3 - Conclusão:

Como era de se esperar, a população mais jovem do Plano Misto optou em migrar para o Plano PREVER. Dessa forma, os benefícios de risco do Plano Misto tiveram um agravamento em função do novo perfil da massa de participantes após a migração, onde foi elevada a idade média dos participantes do plano, bem como a redução da base de contribuições.
Assim, o custo para os benefícios de risco que estavam calculados na base de 20,82% sobre o valor das contribuições normais dos patrocinadores passou para 26,71%.

Por fim, tendo em vista que após a migração ambos os Planos apresentam equilíbrio, atestamos que o processo de migração, do ponto de vista Atuarial atingiu seus objetivos, principalmente diminuindo o passivo atuarial do Plano Misto que estava sob o modelo de benefício definido, mitigando uma parte dos riscos de taxa de juros e longevidade.

Segue em anexo os demonstrativos com os resultados contábeis dos Planos MISTO e PREVER.

É o parecer.

Porto Alegre, 6 de março de 2017.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

6. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS**, e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

a) Ajuste de Precificação

a.1) PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I
Chamamos a atenção para a Nota 15, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO - PBD-I. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R$ 254 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.2) PLANO DE BENEFÍCIO II - PLANO MISTO
Chamamos a atenção para a Nota 15, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO DE BENEFÍCIO II - PLANO MISTO. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R$ 4.897 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

a.3) PLANO GERAL SALDADO - PGS
Chamamos a atenção para a Nota 15, às demonstrações contábeis, que descreve o ajuste de precificação do PLANO GERAL SALDADO - PGS. De acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014, o valor dos títulos públicos federais atrelados ao índice de preços classificados na categoria títulos mantidos à vencimento, calculados considerando a diferença entre a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial e o valor contábil desses títulos em 31/12/2016, apresentou resultado positivo de R$ 7.057 mil. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 25 de fevereiro de 2016, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis, com ênfase sobre os mesmos assuntos do parágrafo de ênfase acima.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos, somos requeridos a comunicar esse fato. Até a data de emissão do nosso relatório não havíamos recebido o Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos pelo que nada temos a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - FAPERS** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identifica trabalhos.

Porto Alegre, 02 de março de 2017.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC RS-001544/O-3

MARCELO SOUZA MARQUES DO COUTO
CONTADOR CRC RS-50671

7. PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016. Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário, a respeito do Plano de Benefícios I-PBD-I, do Plano de Benefícios II-Plano Misto e do Plano Geral Saldado-PGS emitidos em 25 de fevereiro de 2017, pela Equipe Atuarial Ltda e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, pela Exacto Auditoria S/S, datado de 17 de fevereiro de 2017, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 20 de março de 2017.

Almir Laureano Fernandes
Presidente

Álvaro Roque Kern Junqueira
Conselheiro Titular

João Francisco Quaresma Caino
Conselheiro Titular

Jorge Eduardo Hamilton Torres
Conselheiro Suplente

8. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2016, em reunião realizada nesta data, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 22 de março de 2017.

Conselheiros Titulares

Dirlei Matos de Souza
Presidente

Ricardo Capelli
Vice-Presidente

Suzana Medianeira Lunardi
Secretária

Derli Paulo Bonine

Doriana Gozzi Miotto

Fernando Luiz Horn

Adão Bertier Rodrigues

Conselheiros Suplentes

Antonio Conte

Clairto Dal Forno

Claudio Rufino de Aguiar

Mario Luiz Landerdahl

Marli Theresinha Bühler

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL
Rua Marcílio Dias, 1073 - Bairro Menino Deus
CEP: 90130-001 - Porto Alegre - RS
Telefone: (51) 3231-7444
www.fapers.org.br
fapers@fapers.org.br